

# Crianças realizam ato público pelo Estatuto



Uma manifestação de crianças e adolescentes em frente ao Palácio do Congresso das Práticas quando se realizaram as reuniões de discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente, que entra em vigor neste domingo. A manifestação foi realizada pelo Exército Brasileiro de Defesa da Infância e Adolescência (EIBA) em parceria com o Conselho Nacional de Defesa da Infância e Adolescência (CNDIA) e o Conselho Nacional de Defesa da Infância e Adolescência (CNDIA).



**20 ANOS**  
**Estatuto da Criança e do Adolescente**

Conquistas e Desafios

**25 anos**  
**ESTATUTO**  
**da Criança e do**  
**Adolescente**  
**Conquistas e Desafios**

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras****Presidente**

Aldemir Bendine

**Gerente Executivo de Responsabilidade Social**

Armando Ramos Tripodi

**Gerente de Relacionamento Comunitário**

Rosene Figueiredo

**Gerente de Relacionamento Comunitário Nordeste**

José Abadia Ribeiro

**Gestora Projetos Socioambientais**

Iva Valadares

**Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional**

Ivanilda de Brito Barbosa (Diretoria Executiva)

**Universidade Federal Rural de Pernambuco****Reitora**

Maria José de Sena

**Vice-Reitor**

Marcelo Brito Carneiro Leão

**Pró-Reitoria de Atividades de Extensão - PRAE**

Delson Laranjeira

**Projeto 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios****Coordenação Institucional**

Humberto Miranda

**Coordenação Executiva**

Kátia Bordado

**Pesquisadores**

Sílvio Cadena

Karla Cristian da Silva

**Secretaria**

Alisson Rosendo

Gustavo de Lira

Laura Oliveira

**Produção Executiva**

Hélio Cabral

**Assessoria de Imprensa**

Thiago Faria

**Relatoria de Diagnóstico**

Marcos Ribeiro

**Fundação Apolônio Salles**

José Almir do Nascimento (Coordenação Pedagógica)

Edleuza Rodrigues de Araújo (Coordenação Administrativa)

**Produção Textual**

Humberto Miranda

José Almir do Nascimento

Karla Cristian da Silva

Sílvio Cadena

**Revisão Textual**

Valéria Gomes

**Projeto Gráfico**

Diogo Cesar Fernandes

**Apoio Pesquisa**

Andre Luiz Batista de Macedo (BIA/FACEPE/UFRPE)

Heliwelton do Amaral Clemente (PIBIC/CNPq/UFRPE)

Karla Fernanda Falcão Rodrigues de Fraga (UFRPE)

Raul Alves da Silva (PIBIC/CNPq/UFRPE)

Thiago Oliveira Lima Nunes (PIC/CNPq/UFRPE)

**Apoio/Oficinas de Mobilização**

Casa Dom Barreto/Piauí

Cidade Evangélica dos Órfãos – CEO/Pernambuco

Escola Estadual Djalma Aranha Marinho/Rio Grande do Norte

Frente de Assistência à Criança – FACC/Ceará

Igreja Batista das Pedras Vivas/Bahia

Rede Amiga da Criança/Maranhão

Rede Margaridas Pro Crianças e Adolescentes – REMAR/Paraíba

Sociedade Semear/Sergipe

Unidade de Internação Feminina – UIF/Alagoas

**Parceiros Estratégicos**

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de

Alagoas

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de

Pernambuco

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sergipe

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Piauí

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio

Grande do Norte

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do

Maranhão

Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo

da Bahia

**Rede Nordestina de Escolas de Conselhos**

Escola de Conselhos da Bahia

Escola de Conselhos da Paraíba

Escola de Conselhos de Alagoas

Escola de Conselhos de Sergipe

Escola de Conselhos do Ceará

Escola de Conselhos do Rio Grande do Norte

Escola de Conselhos de Pernambuco

## 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios

Humberto Miranda\*

Este Projeto nasceu do sentimento de construir uma “outra História” das crianças e dos adolescentes. Acreditamos que é possível produzir uma História que questione a visão adultocêntrica e as narrativas que situam os meninos e as meninas à sombra do mundo adulto, das famílias e das instituições. O cenário de comemoração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente proporcionou o momento oportuno para que o sentimento se tornasse trabalho concreto. Graças ao apoio da Petrobras e da articulação regional - envolvendo pessoas, instituições/entidades e escolas de conselhos -, o Projeto se fortaleceu e foi ganhando as cores e sotaques do Nordeste do Brasil.

O objetivo do Projeto foi construir um acervo das memórias sobre a trajetória histórica do Estatuto da Criança e do Adolescente a partir da metodologia da História Oral, reunindo meninos e meninas para refletirem sobre a operacionalidade desta Lei no cotidiano. As nove capitais do Nordeste se transformaram no palco de mobilização em torno da História e da Memória... Do direito de construir um passado.

A concretização do projeto permitiu a construção do Laboratório da História e da Memória da

\* Doutor em História. Professor Adjunto da UFRPE. Coordenador da Escola de Conselhos de Pernambuco. Coordenador Institucional do Projeto 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios.

Infância Nordestina, um espaço de produção acadêmica, de criação de trabalhos de pesquisa, ensino e extensão. Acreditamos que a ciência deve nos ajudar a viver melhor, e como afirma Marc Bloch, cabe à História “trabalhar em benefício do homem”, sendo “historiador chamado a prestar contas” do passado.\*\*

Crianças, adolescentes e adultos, das mais diferentes instituições e seguimentos, falaram e ouviram histórias de mobilizações, de estratégias, de negociações e, principalmente, de trajetórias de pessoas que dedicaram sua vida à luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Relembrar foi também criticar, refletir, questionar... A conquista da promulgação do Estatuto foi vista como desafio... Desafio na sua compreensão e na sua aplicação.

Nas oficinas de mobilização, a trajetória das pessoas, os acontecimentos e os fatos foram rememorados... A produção das memórias foi marcada pela relação entre a lembrança e o esquecimento. Na dinâmica de produção, os mais diferentes sentimentos afloraram... Choramos e sorrimos juntos e no final de cada momento, uma certeza: tudo valeu a pena.

A História do Estatuto da Criança e do Adolescente, para além da perspectiva oficial, é forte-

\*\* BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

mente marcada pela superação de pessoas e organizações sociais e políticas. Marcada pelo esforço de desjudicializar processos, de questionar ações punitivas e coercitivas, de valorizar a mobilização

popular, de acreditar na democracia participativa e de, principalmente, olhar para os meninos e meninas como sujeitos de direitos, protagonistas de suas histórias.

**25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente:** Tempo de celebrar as conquistas e reconhecer os desafios.

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente tem a honra de fazer parte deste Projeto, que busca a construção integrada e sistemática de um movimento em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como cenário o Nordeste do Brasil.

Este livro é feito de diferentes sotaques, de diferentes cores, de diferentes sentimentos... A sua beleza se encontra nas imagens, nos relatos de memórias e na documentação que retrata a recepção ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Um trabalho de pesquisa e de produção de entrevistas, representando o fruto de uma importante articulação regional.

Através do Projeto 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível perceber como foi construída a Rede Nordestina de Escolas de Conselhos. O trabalho em rede é de fundamental relevância para o fortalecimento da política da formação continuada dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Parabéns à Petrobras. Parabéns a todas as escolas de conselhos envolvidas no processo. Parabéns a todas as crianças e adolescentes do Nordeste.

*Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente*

## A união da sociedade pelos direitos da criança e do adolescente

Nós, da Petrobras, temos o desafio de conciliar o desenvolvimento econômico com as demandas sociais e ambientais. Assim, buscamos contribuir com a qualidade de vida de toda a sociedade em sintonia com os negócios da companhia. Por isso, fazemos investimentos sociais que refletem o compromisso com a história e o futuro dos países onde atuamos. No Brasil, patrocinamos projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos em sinergia com políticas públicas. Apoiamos iniciativas que aliem diversidade, consistência, continuidade e ações sustentáveis.

O projeto 25 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Conquistas e Desafios está alinhado à nossa política de Responsabilidade Social, que reflete os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a compromissos assumidos pela companhia, como os Princípios Norteadores sobre Empresas e Direitos Humanos e o Pacto Global da ONU.

A temática “Direitos da Criança e do Adolescente” é contemplada em diversas ações que desenvolvemos nas relações com nossos públicos de interes-

se. O tema integra uma das sete linhas de atuação do Programa Petrobras Socioambiental que investe em projetos sociais em todo o país. Apoiamos a erradicação do trabalho infantil, escravo e degradante em nossa cadeia produtiva. Reforçamos aos nossos fornecedores, com penalidades contratuais, a proibição e a prática desta atividade.

Também desenvolvemos um plano de trabalho para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no entorno de nossos empreendimentos. Outra ação importante é o projeto Siga Bem Criança que atua contra o abuso e a exploração sexual infantil, coordenado por nossa subsidiária de distribuição de derivados, a Petrobras Distribuidora.

Assim, temos satisfação de sermos parceiros de projetos como este da Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional, que está alinhado à atuação estratégica da companhia.

*Armando Ramos Tripodi - Gerente Executivo de Responsabilidade Social da Petrobras*

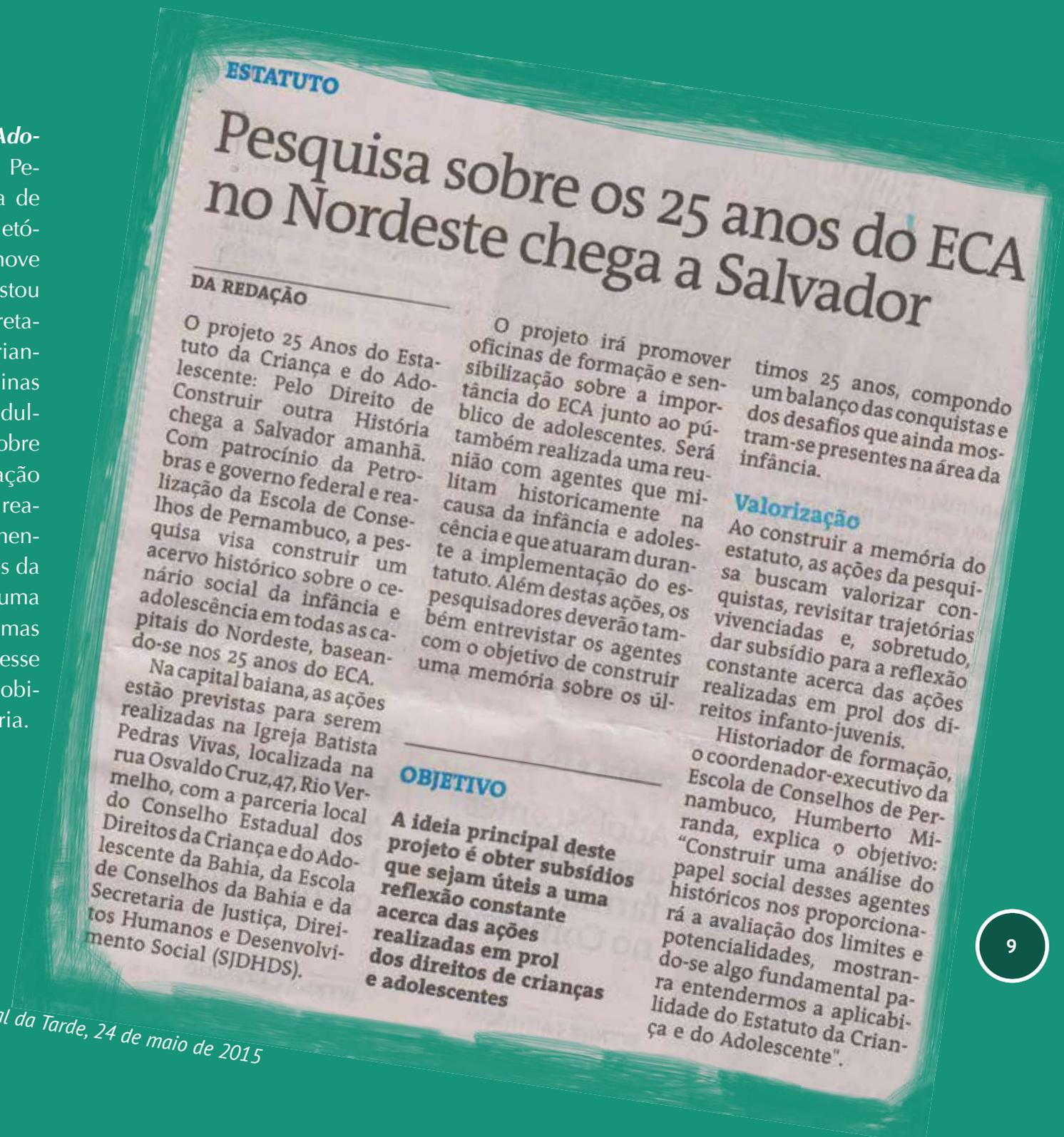


**Crianças e  
adolescentes  
no Nordeste  
do Brasil:  
pelo direito de  
construir outra  
História**



## O Projeto

O Projeto *25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios*, patrocinado pela Petrobras, objetivou construir um trabalho de coleta de documentos e produção de entrevistas sobre a trajetória histórica da Lei 8.069/1990, contemplando as nove capitais do Nordeste do Brasil. Um projeto que constou com a parceria das Escolas de Conselhos, das secretarias, conselhos estaduais e fóruns dos direitos da criança e do adolescente. Através da realização de oficinas de memórias e histórias, crianças, adolescentes e adultos foram convidados a construir uma narrativa sobre os processos de mobilização, construção, promulgação e efetivação do Estatuto. Além das oficinas, foram realizadas entrevistas e pesquisa nos centros de documentação e arquivos (públicos ou particulares). Partimos da perspectiva de que o conhecimento do passado é uma condição fundamental para se entender os problemas do presente. Esta publicação representa o fruto desse trabalho, que teve como propósito ético-político mobilizar as pessoas para a construção de “outra” História.



Jornal da Tarde, 24 de maio de 2015

## Ouvir e contar histórias...

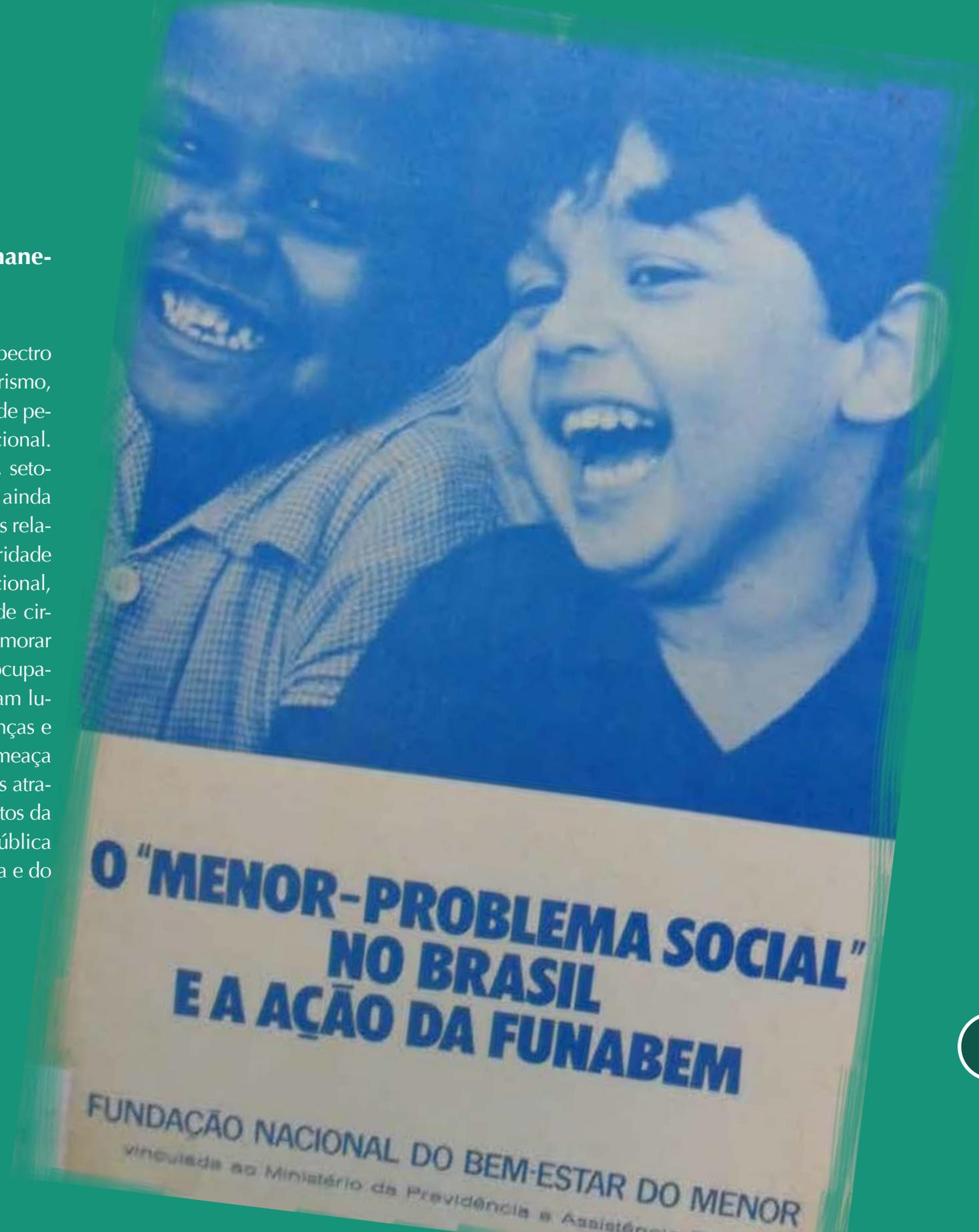
A metodologia da História Oral foi utilizada como referência para construção deste trabalho. Através das oficinas de mobilização, meninos e meninas, homens e mulheres, que vivenciaram as campanhas pró-Estatuto, na década de 1980, contribuíram para construção de um rico acervo documental, que conta com mais de 50 entrevistas sobre a trajetória de pessoas que vivenciaram as mobilizações em defesa do Estatuto, seja na condição de criança ou adolescente, seja na condição de adulto. Essas entrevistas estão disponíveis no Laboratório da Memória da Infância Nordeste, localizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

## Rede das Escolas de Conselhos do Nordeste

O Projeto 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitou o fortalecimento da Rede de Escolas de Conselhos do Nordeste, uma ação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que visa a formação continuada dos conselheiros(as) de direitos da criança e do adolescente e conselheiros (as) tutelares, em todo território nacional. Através das ações de mobilização, as escolas implantadas participaram de forma efetiva na viabilização do projeto. Desse modo, as escolas de conselhos de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, tornaram-se parceiras fundamentais pelo sucesso das oficinas de mobilização. Nos casos do Maranhão e do Piauí, estados que não possuíam escolas implantadas no decorrer do projeto, contamos com a parceria estratégica do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão e do Conselho Estadual das direitos da Criança e do Adolescente do Piauí.

## O menorismo... Um espectro que permanece entre nós

Durante a construção desta pesquisa, um espectro rondou nossa caminhada: o fantasma do menorismo, que insistia em defender a redução da maioridade penal dos adolescentes que cometeram ato infracional. No ano em que o Estatuto completou 25 anos, setores da nossa sociedade defenderam, assim como ainda hoje, a redução como solução para os problemas relacionados à criminalidade. A Redução da Maioridade Penal foi defendida por setores da imprensa nacional, principalmente pelos jornais e revistas de grande circulação. Nesses momentos, a alegria de comemorar os 25 anos de História era substituída pela preocupação e angústia daqueles que lutaram e continuam lutando em defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Vivemos a pesquisa sob a ameaça da perda dos direitos reconhecidos e legitimados através da Convenção Internacional sobre dos Direitos da Criança (1989), da Constituição Federal da República do Brasil (1988) e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).



## Pelo direito de construir outra História

Comemorar é celebrar a memória. É construir uma relação entre o presente e o passado, sem deixar de criar uma expectativa para o futuro. Percorrer o Nordeste do Brasil para construir, de forma coletiva, a celebração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente foi se deparar com a produção de memórias construídas a partir de diferentes tempos. Na estrada que interligava as capitais nordestinas, as pessoas entrevistadas narraram de diferentes formas o processo de mobilização pelo conhecimento e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, no período em que o Nordeste e o Brasil vivenciavam o processo de redemocratização política. Entre lembranças e esquecimentos, a História do Estatuto passou a ser a História de vida dessas pessoas.

Entendemos a História como um direito humano. A História pode nos levar a uma “outra” compreensão acerca dos problemas relacionados aos meninos e meninas que ainda permanecem em situação de rua, à exploração e abuso sexual, ao trabalho infantil e à superlotação das unidades de internação e o não respeito ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Um passado marcado pela palmatória, pelos castigos, pela punição. Um passado das mobilizações, das coletas de assinaturas, das passeatas pelas ruas e

avenidas das cidades. As lembranças da FEBEM e do Código de Menores eram contadas a partir da perspectiva da mudança, da transformação, haja vista que as recordações do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, da criação dos centros de defesa, da implantação dos conselhos dos direitos e tutelares, também fizeram parte da construção dos relatos de memórias.

A luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente tem uma História. A trajetória das legislações, das políticas, dos programas e projetos é a história das pessoas que, das mais diferentes formas, pensaram um projeto de sociedade onde os meninos e meninas também faziam parte dela. Debruçar-nos sobre essa trajetória, permite-nos perceber que ao longo do tempo esses meninos e meninas deixaram de ser vistos à sombra dos adultos e passaram a ser percebidos como sujeitos de direitos.

Desse modo, o Laboratório da Memória da Infância Nordestina se apresenta como um presente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, nesses 25 anos de existência. Daí a importância da História, que, ao “prestar contas” do passado, nos ajuda a entender os desafios do tempo presente. É preciso aprender com a História, para que a palmatória, a cafua e as mais diferentes violações de direitos sejam combatidas. O conhecimento do passado de luta em defesa das diferentes infâncias é um direito humano que deve ser reconhecido e garantido por todos nós.

**O direito ao passado,  
um direito humano...**



“Eu me lembro de que um menino me dizia que não era a FEBEM, era a FEMAL. Era um lugar muito mal onde se escondiam as nossas crianças e adolescentes, durante o período do Código de Menores (1927 – 1990). Com o agravante que se misturava num lugar só o autor de ato infracional com o abandonado. Eu acho que a FEBEM é a filha perversa da FUNABEM, que era uma mãe perversa. E quando você diz o que era, eu digo o que é. Para mim, FUNABEM e FEBEM não morreram. Elas mudaram de nome, mudaram a máscara. Muitas vezes diante da força do Estatuto da Criança e do Adolescente elas ficaram escondidinhas.”

*Silvino Neto  
Escola de Conselhos de Pernambuco  
Fórum dos Direitos da Criança  
e Adolescente de PE  
Recife - PE*

# 1º ENCONTRO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

BRASÍLIA, 26 A 28 DE MAIO DE 1986

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA





Em 1987 aconteceu o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e os estados do Nordeste realizaram vários encontros para organizar a participação de nossa Região, inclusive, saí como representante do Piauí/Nordeste nesse Primeiro Encontro. O nosso Estado levou 35 adolescentes, eram trabalhadores biscateiros ou “de rua”... O I Encontro aconteceu em Brasília e foi um marco para a luta e enfrentamento à violência. Lembro que nós adolescentes fomos chamados para discutir vários problemas que afetavam a vida dos meninos e meninas que viviam na rua e estávamos divididos por grupos de trabalhos que debatiam a questão da saúde, da educação, da violência, da família, do adolescente trabalhador e problemas relacionados aos adolescentes que cometiam atos infracionais. Durante o evento, falamos da não aceitação do Código de Menores, pois essa lei não garantia os nossos direitos e estigmatizava meninos e meninas de rua, nos colocando sempre na condição de incômodo e nunca na perspectiva de superação através do protagonismo. Nesse período (1980-1990), surgiram, em grandes capitais, os grupos de extermínios e milícias forma-

dos inclusive por policiais a mando de empresários. Os adolescentes denunciaram essa situação através de seus depoimentos no I Encontro. Existia um sentimento de rejeição com a presença de crianças e adolescente sujos, maltrapilhos, famintos, agressivos e moradores das praças. A intenção desses grupos violentos era intimidar e varrer esses meninos e meninas das ruas, inclusive eliminando aqueles que eram considerados infratores. Nesse período (1980-1990), surgiram, em grandes capitais, os grupos de extermínios e milícias formados inclusive por policiais a mando de empresários. Os adolescentes denunciaram essa situação através de seus depoimentos no I Encontro. Existia um sentimento de rejeição com a presença de crianças e adolescente sujos, maltrapilhos, famintos, agressivos e moradores das praças. A intenção desses grupos violentos era intimidar e varrer esses meninos e meninas das ruas, inclusive eliminando aqueles que eram considerados infratores.

*Ananias Cruz*  
*Educador Social - Teresina - PI*

# ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Fico muito feliz de falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, falar sobre a minha trajetória de vida. Eu me orgulho muito de ter sido ministra da Assistência Social. Tivemos um trabalho muito bom, e o Estatuto foi realmente um marco muito importante na minha vida e no meu trabalho. Eu gostaria de ver o Estatuto sendo aplicado corretamente. Eu gostaria muito de saber que nós temos todas as pessoas trabalhando em benefício da criança e do adolescente de uma maneira permanente e sistemática. O Estatuto possibilita todos os caminhos. Na época, eu não senti muita resistência, era uma coisa assim muito arrumada, e as Nações Unidas já tinham formulado para o mundo a Convenção dos Direitos da Criança, e o Brasil já fazia parte sendo signatário. Então eu não lembro, naquela época, de ter essas repercussões negativas. Falta um pouco é de respeito para que se tenha realmente certeza de que a criança é vista hoje. É preciso ver a criança, o adolescente hoje e suas condições, para oferecer a eles o que o Estatuto orienta, diz e que todo mundo poderia fazer. Digo mais uma vez que a responsabilidade não é apenas do governo federal, dos governos estaduais e municipais, é da sociedade inteira, de todos e todas que têm acesso a qualquer criança em qualquer condição.

*Margarida Procópio  
Ministra da Assistência Social em 1990  
Maceió-AL*



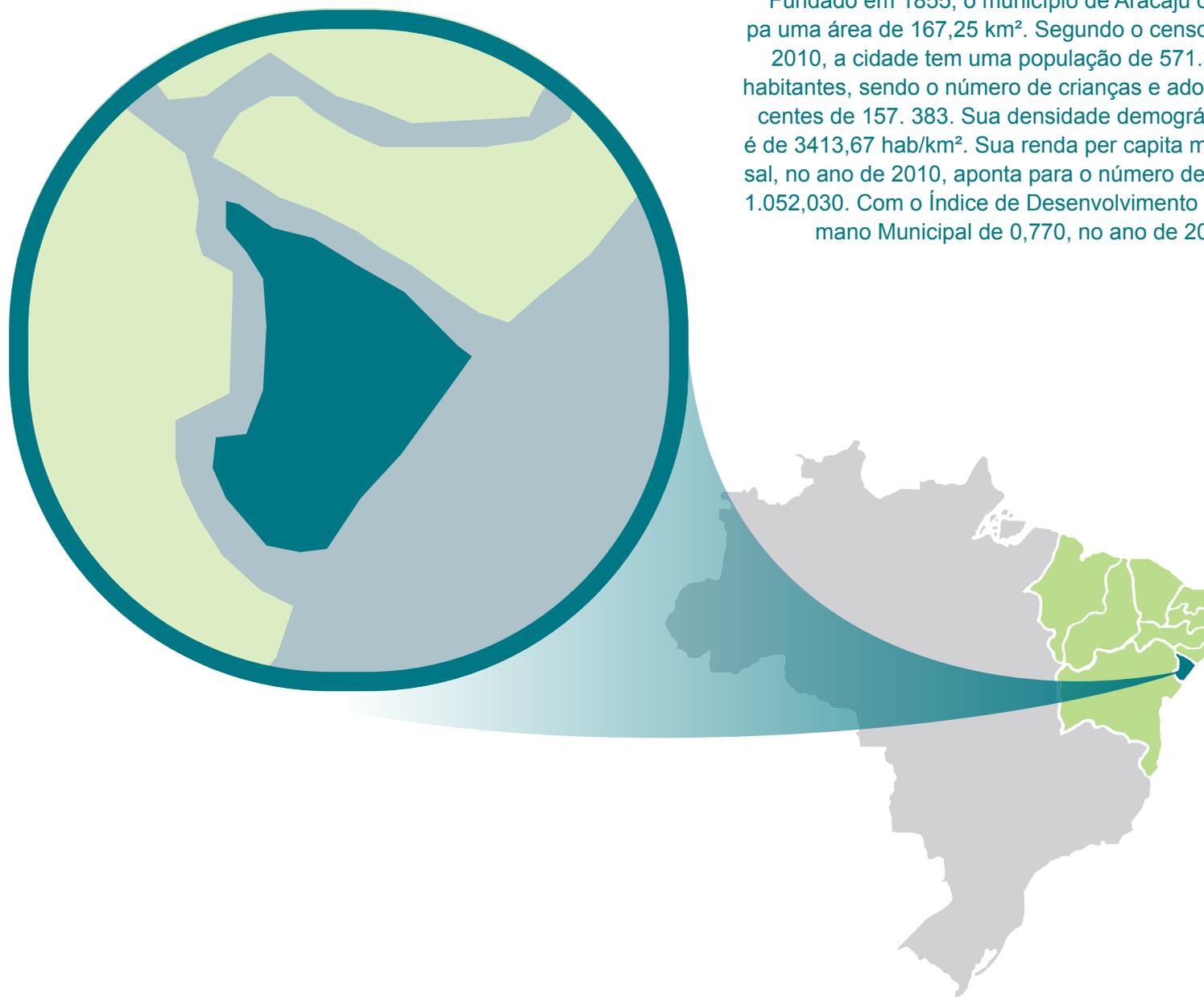
# **CAPITAIS DO NORDESTE DO BRASIL:**

**palco de mobilizações  
em defesa dos direitos da  
criança e do adolescente**

# Aracaju

(Sergipe)

Fundado em 1855, o município de Aracaju ocupa uma área de 167,25 km<sup>2</sup>. Segundo o censo de 2010, a cidade tem uma população de 571.383 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 157.383. Sua densidade demográfica é de 3413,67 hab/km<sup>2</sup>. Sua renda per capita mensal, no ano de 2010, aponta para o número de R\$ 1.052,030. Com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,770, no ano de 2010.







### Há um tempo

Há um tempo em que é preciso  
abandonar as roupas usadas ...  
Que já têm a forma do nosso corpo ...  
E esquecer os nossos caminhos que nos  
levam sempre aos mesmos lugares ...  
É o tempo da travessia ...  
E se não ousarmos fazê-la ...  
Teremos ficado ... para sempre ...  
À margem de nós mesmos...  
Fernando Pessoa

Ao resgatar lembranças do processo de luta, criação e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em Sergipe, nos damos conta de que é preciso trabalhar em rede. E, eis aí um desafio!

Para que a plena efetivação dos direitos infanto-adolescente aconteça, é necessário a intervenção dos diversos órgãos e autoridades, que, embora possuam atribuições específicas a desempenhar, têm igual responsabilidade individual e coletiva na solução de problemas. Dando-se, assim, a efetivação do trabalho articulado entre si, como possibilidade de um desenho político-administrativo em que se consolide uma rede de proteção, promoção e controle. Eis aí outro desafio!

Se perguntarmos aos usuários, técnicos, colaboradores, entre outros do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente se a rede funciona, é provável que recebamos como resposta que a “rede não existe, está furada” e assim por diante. Eis aí mais um desafio.

O tempo passa e estamos a discutir se valeu, ou não, a pena. Se temos, ou não, o que

festejar com os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Mas, de repente, surge alguém com a ideia de trabalhar em um livro cujo objetivo é fazer um resgate das Memórias do ECA. E mais, que esse resgate seja feito não em um estado, mas em uma região. Eis, então, que fomos desafiados!

O que podemos responder a todos estes desafios é simples: requer vontade, conhecimento, mudança de paradigmas, coragem, doação, amor e, como diz Fernando Pessoa: ousar em mudar.

O Projeto Memórias do Estatuto da Criança e do Adolescente no Nordeste nos impele a atuar cyber-conectados, intercambiando e ousando em criar novas realidades em Direitos Humanos. Assim, construindo novos sonhos à medida que alimentamos os velhos.

E tudo pode ser transformado, inovado, porque a força de vontade faz dos desafios, nossa missão transformadora do mundo.

*Telma Souza Santana e equipe da “Escola de Conselhos de Sergipe”*





## Memórias do Cotidiano...

"Eu sabia que estava fazendo uma Lei para a mudança, porque sempre saía no Jornal Nacional... E era na época de Ulysses Guimarães... Sempre saía que estava tendo uma Lei que iria mudar a vida das crianças para melhor. Era esse o entendimento da gente na época. Antes a gente conhecia o Juizado de Menores. Eu lembro que no bairro onde eu morava, quando dava oito horas da noite, as crianças iam se recolhendo. Aqueles que ficavam no meio da rua tinham medo de passar a Kombi e se recolhiam... As mães já falavam sobre as Kombis do Juizado dentro da comunidade que eu morava. As Kombis passavam recolhendo aqueles que estavam nas ruas e depois o que faziam ninguém sabe. Essa lembrança que eu tenho, que estaria vindo uma Lei preparada para proteger os menores e melhorar a vida das crianças."

Florisa Jurubeba Filha  
Conselheira Tutelar - Aracajú - SE

## Lembranças do Movimento...

"O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua foi protagonista fundamental nesse momento. Tanto é que antes dos deputados aprovarem o Estatuto, os meninos no encontro nacional aprovaram o Estatuto antes dos deputados federais do congresso nacional. Acho que, no início de dezembro de 1989, depois de todas as discussões que fizemos nos meses anteriores sobre o Estatuto, um dos momentos desse encontro foi levar os meninos para o congresso nacional. Nesse particularmente, eles não só foram para o congresso, eles ocuparam a tribuna e aprovaram simbolicamente, naquele encontro nacional do movimento meninos e meninas de rua, o Estatuto da Criança e do Adolescente, coisa que os deputados foram fazer em 1990. Então, cinco meses antes dos deputados, os meninos no encontro nacional fizeram. Essa é a importância do movimento, ter sido esse instrumento da sociedade brasileira particularmente com esse olhar para a infância."

Robson Anselmo Santos  
Educador Social - Aracajú - SE



## Um olhar sobre o Sistema de Justiça...

“Só depois que eu comecei a trabalhar com a Pastoral da Criança, na igreja, comecei a ver as discussões muito mais de perto. No Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Aracajú, que comecei a direcionar, não só os estudos, mas o meu trabalho especificamente para crianças e adolescentes. Não que antes eu trabalhasse com processos de adoção, com processo de guarda, com processo de alimentos, mas com o olhar e uma visão muito jurídica, muito à luz do Código Civil, muito mais do que com o viés do Estatuto da Criança e do Adolescente depois de 1990. É claro... Porque antes a gente tinha Código de Menores. Só que uma coisa que me chama atenção é que, já lá, a gente não fazia nenhuma menção ao Código de Menores, nem ao Estatuto da Criança, mesmo quando a gente discutia as questões de guarda nas ações que diziam respeito às questões de guardas de crianças e adolescente nos processos judiciais relacionados à família. Hoje há um reconhecimento Histórico. Hoje você vê algumas decisões judiciais com essa tendência muito forte de aplicar o Estatuto, e não o Código Civil quando se trata de guarda excepcional, mas não era a prática. Se utilizava e alguns ainda utilizam muito, nos textos, nos artigos, enfim... Dava uma conotação muito mais importante ao que dispõe o Código Civil o que dispõe o Estatuto da criança e do adolescente no que diz respeito aos direitos de criança e adolescente.”

*Glissia Thais Salmeron de Miranda*  
Advogada – Defensora dos Direitos Humanos  
Aracajú - SE

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)  
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de Aracaju, no ano de 2010, detém o número de 0,770, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital sergipana foi a Longevidade, com índice de 0,823, logo após a Renda, com índice de 0,784, e o de Educação, com 0,708. O ano de 1991, o índice chegava a 0,545. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,648. O número volta a crescer em 2010, com 0,770.

1991	2000	2010
0,545	0,648	0,770

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A mortalidade infantil em crianças de até um ano, no município de Aracaju, no ano de 1991, era de 48,56% por mil nascidos vivos. Em 2000, reduz-se a taxa para 38,95. No ano de 2010, a redução da mortalidade na referida faixa etária cai para 15,61.

1991	2000	2010
48,56	38,95	15,61

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS

(IBGE)

No que se refere à população de crianças e adolescentes, a capital sergipana apresenta, em 1991, o número de 164, 975 habitantes neste recorte etário. No ano 2000, um decréscimo pode ser percebido, chegando a 158,892 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 outra queda é observada, chegando-se a 157,383.

1991	2000	2010
164.975	158.892	157.383

### 2000 2006 2013

5,7	3,2	1,1
-----	-----	-----

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS

(Portal ODM)

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, na cidade de Aracaju, tendo em vista o levantamento dos anos de 1991, 2000 e 2010, apresentam um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava 5,7%. O número sofre uma queda no ano de 2006, passando de 5,7% para 3,2%. Em 2013 um novo declínio pode ser verificado, chegando ao percentual de 1,1.

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA.**  
( Portal ODM )

Em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, a capital sergipana apresenta uma sequência de aumento neste índice nos anos abaixo expostos. No ano 2000, o número apontava para 83,2%, crescendo o atendimento em 2006 para 94,5%. Uma nova ampliação no percentual pode ser verificada em 2013, quando se chega 94,8.

2000	2006	2013
83,2	94,5	94,8

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**  
( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

A capital sergipana, em relação ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, apresenta um decréscimo ao compararmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 60,58, no segundo, de 51%.  
*\*Dados indisponíveis*

1991	2000	2010
*	60,58	51,00

**PROPORÇÃO DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**  
( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

No que se refere ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, o município de Aracaju apresenta um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 1,86%, para o ano 2000, quando se chega a 3,06%. Já em 2010, a cidade indica uma queda em relação à aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,81%.

1991	2000	2010
1,86	3,06	2,81

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**  
( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

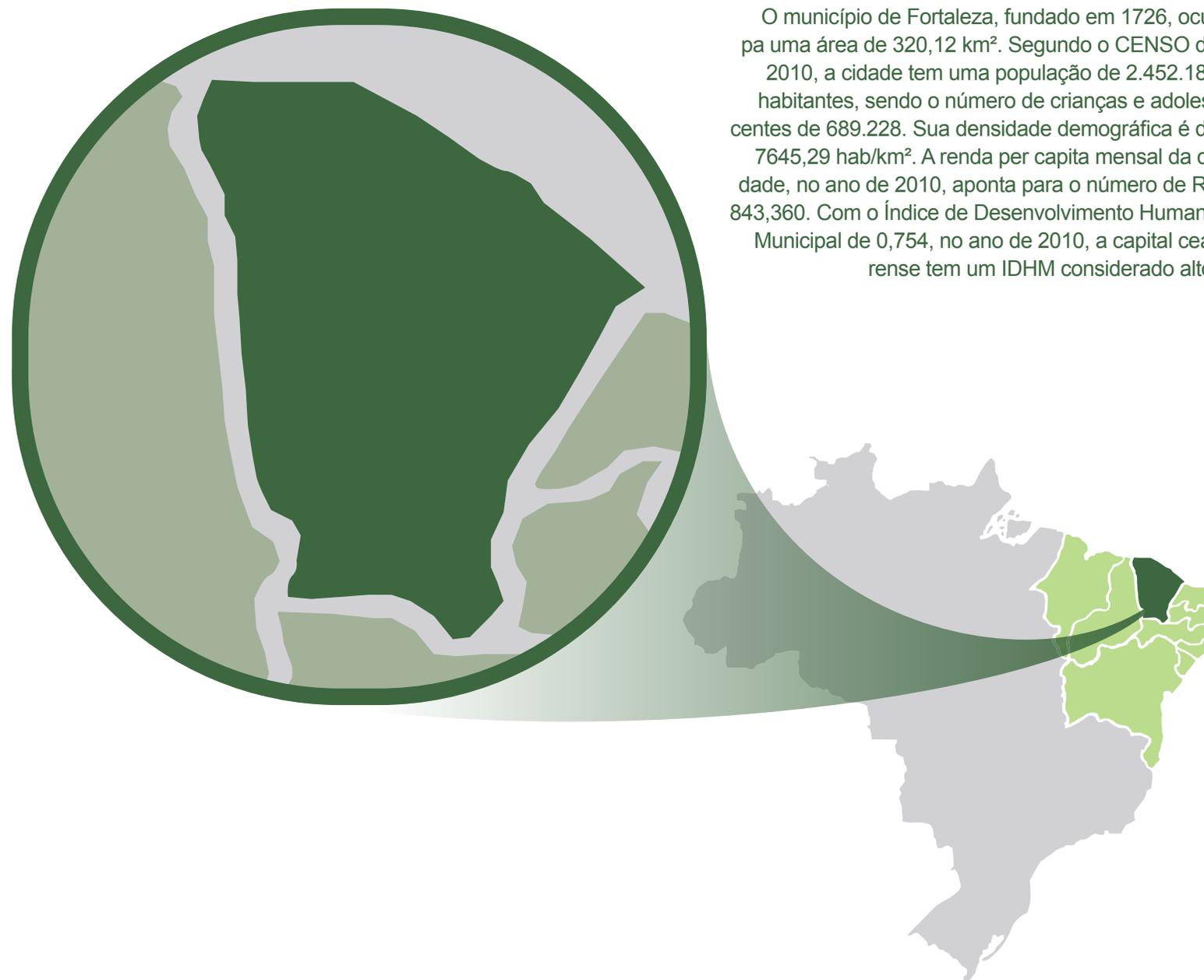
O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, no município de Aracaju, aponta para uma sequência de quedas nos anos abaixo apresentados. Em 1991, 13,65% das crianças neste recorte etário se encontravam afastadas das escolas. Um declínio pode ser verificado em 2000, chegando ao número de 4,66%. Em 2010 há uma nova diminuição no percentual, com 2,58%.

1991	2000	2010
13,65	4,66	2,58

# Fortaleza

(Ceará)

O município de Fortaleza, fundado em 1726, ocupa uma área de 320,12 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 2.452.185 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 689.228. Sua densidade demográfica é de 7645,29 hab/km<sup>2</sup>. A renda per capita mensal da cidade, no ano de 2010, aponta para o número de R\$ 843,360. Com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,754, no ano de 2010, a capital cearense tem um IDHM considerado alto.







Escrever sobre os 25 anos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) não é só uma grande responsabilidade, mas um enorme desafio: expressar, numa lauda, tamanha importância dessa normativa.

Não é de hoje que vemos a ausência de leitura e de aplicação do ECA. São 25 anos de fortalecimento da Doutrina da Proteção Integral às crianças e adolescentes, de amor, abandono, dificuldades, superação, frustrações, expectativas, violações, conquista e esperança. Esperança de sua garantia e aplicação para todas as crianças e adolescentes de modo incondicional.

Para construir os argumentos deste texto, convidei algumas crianças e adolescentes do projeto Ciranda da Cidadania Cultural do IAPS (Instituto de Assistência e Proteção Social) para expressarem como se sentem quando são protegidas e quando não; e o que entendem do ECA. E assim pensam nossos sujeitos de direitos:

“Quando um adulto me protege, eu me sinto protegida e que nenhum mal me acontece-

rá. Quando um adulto me trata mal, sinto que não gosta de mim” – Maria Mikaelly, 10 anos.

“Para nós, crianças e adolescentes, é bom saber que existe o ECA, que nos serve como uma proteção” – João Pedro, 10 anos.

“A maior alegria de uma criança e adolescente é saber que está sendo protegida, para que nada de mal lhe aconteça” – Lara Silva, 17 anos.

“Ser protegido é quando alguém te protege de alguma coisa, protege do mal, como quando alguém quer roubar a gente. Quando me protegem eu me sinto bem, bem assim como se Deus estivesse me protegendo. É bem melhor quando você me explica quando eu erro, me sinto cuidado, protegido, feliz e alegre. Quando não me protegem é como se Deus não cuidasse da gente, é como não ganhar presente de aniversário; dói, dói meu corpo e o cérebro, às vezes, dói o coração porque fico triste” – Gabriel Felipe Kolody Camargo, 08 anos.

Convictos que todos têm direitos, mesmo vivendo numa sociedade que ainda privilegia o adulto, minimizando a prerrogativa de abso-

luta priorização do grupo infanto-adolescente; é nossa tarefa incontestável se firmar na linha de frente da proteção, da promoção dos direitos humanos.

E quando nos depararmos com aqueles que tiveram seus direitos violados, possamos ser instrumentos de auxílio para superação das consequências das violações dos direitos que esta sociedade ainda produz aos grupos mais fragilizados da sociedade.

Então, felizes as crianças que têm o que comemorar com o aniversário desta lei. Felizes os adolescentes que são entendidos, respeitados e acolhidos em suas famílias e comunidades. Felizes são os Adultos que garantem às crianças e aos adolescentes oportunidade de comemoração através da presença, do compromisso em educar.

Por assim dizer, felizes somos nós que acreditamos na implementação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente.

*Rayssa Stella Nunes Arruda  
Conselheira - CEDCA-CE*



## Memórias de luta...

"Eu acho que em parte se nós tivermos que agradecer a uma entidade no Brasil por ter conseguido a efetivação da promulgação do estatuto, essa figura pode ser o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que tinha uma força muito grande, muito articulado. Eu me lembro de pessoas do movimento, aqui no Ceará, que tinham um nível de debate e de exigência muito grande em relação à garantia de direitos. Era uma coisa extremamente politizada, extremamente forte e eu acho que eles, naquele contexto, fizeram uma diferença imensa. Acho que só depois de muito tempo nós fomos perceber o quanto as bandeiras que eles estavam erguendo, em todo o Brasil dentro daquele movimento, que era imenso e tinham uma força muito grande aqui no Ceará. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua tinha educadores que faziam a atuação e eles eram de uma qualidade no nível de debate, além de organizarem caravanas para Brasília. Então, para mim, aquilo que aquelas pessoas faziam era surreal, eu aprendi muito com eles também. Aqui a gente também tinha pessoas aguerridas e hoje não encontramos mais essas pessoas por aqui, migraram para outros espaços de trabalho, mas participaram do movimento e eram figuras que eu me recordo que faziam diferença mesmo nesse cenário."

Mônica Oliveira  
Educador Social - Fortaleza - CE

"No Estado, naquela época, a FEBEMCE era a responsável, porque antes não tinha secretaria, e sim fundações. A FEBEMCE, na época, foi a encarregada de fazer a discussão que começou com a discussão da Constituição Federal. (...) A gente acompanhava por conta do movimento social e da Igreja. A gente gostou porque a FEBEMCE começou a fazer reuniões no interior, mandando os técnicos ensinarem o povo, conscientizar, dizer o que é o Estatuto. (...) O Estado estava fazendo a parte dele, talvez entendendo, mas e a sociedade? Então, muito dessa sociedade foi deixada de fora dessa sensibilização para a implementação do Estatuto. Assim como até hoje está. A gente tem mania de fazer grupos, é o pessoal que está envolvido no sistema de garantia. Quando a gente sabe que, se o Estatuto não passar desse sistema, ele nunca vai ser completamente implementado. Por isso que está essa discussão sobre a redução. As pessoas têm uma falsa ideia de tudo e isso já vem de antes, aliás como tudo. A população não é esclarecida, pois, se fosse, a gente viveria em outra realidade em relação a questões cultural e de informação."

Maria da Conceição Nunes  
Secretária Executiva do CEDCA-CE  
Fortaleza - CE



Acho fundamental hoje atentar que o ECA aponta um conjunto de princípios para os direitos da infância que deveriam ser, portanto, vertebrados em outros subsistemas, como uma norma de princípios. Hoje ele está sendo atacado pela lógica de administração penal da pobreza, a grande marca do Brasil pós 1990, que é a administração penal dos conflitos sociais, como a redução da idade penal. A ideia de aumento do tempo de internamento, o desejo de encarceramento, o ódio aos adolescentes nas periferias urbanas e o extermínio são estratégias penais de administração dos conflitos, ou seja, é o dispositivo penal administrando. Uma sociedade que tem de convocar os dispositivos penais para administrar seus conflitos sociais é uma sociedade em que a política, ela própria, foi capturada pela estratégia criminalizante. A política virou o direito penal. Portanto, eu acho que um tema central hoje para a militância dos direitos humanos da infância é essa hiperpenalização de todo o conflito no Brasil. Tudo hoje pode virar um crime, e crime é fundamentalmente uma opção política. Então, quando nós optamos por colocar milhares de jovens que poderiam estar em outros lugares, mas não estão, nas cadeias e nos cemitérios, esta foi uma opção política, então quando nós optamos por colocar milhares de jovens que poderiam estar em outros lugares, mas não estão, foram para cadeias e cemitérios esta foi uma opção política. Essa opção política para se legitimar tem que destruir a coesão em torno do direito da infância e da adolescência. Então você tem, por um lado, a administração penal dos conflitos sociais. Para isso é necessária uma coesão social que destrua a representação social da criança como sujeito de direito. Então essa representação social da criança como sujeito de direito está sendo destruída para dar lugar a uma ideia de administração penal dos conflitos sociais. Eu acho que esse é o grande problema, e nós estamos no meio desse tufão.

*Renato Roseno*

*Parlamentar – Defensor dos Direitos Humanos - Fortaleza - CE*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de Fortaleza, no ano de 2010, aponta o número de 0,754, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital cearense foi a Longevidade, com índice de 0,824, logo após vem Renda, com índice de 0,749, e o de Educação, com 0,695. No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,546. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,652. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,754.

1991	2000	2010
0,546	0,652	0,754

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A mortalidade infantil em crianças de até um ano, na capital cearense, no ano de 1991, era de 47,11% por mil nascidos vivos. Em 2000, reduz-se a taxa para 34,57%. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, novamente cai, chegando a 15,76%.

1991	2000	2010
47,11	34,57	15,76

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS (IBGE)

No que se refere à população de crianças e adolescentes, a capital cearense apresenta, em 1991, o número de 713,142 habitantes neste recorte etário. No ano 2000, um acréscimo pode ser percebido, chegando a 768,317 habitantes entre 0 e 17. Já em 2010 um queda é observada, alcançando o número de 689,228.

1991	2000	2010
713.142	768.317	689.228

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS

(Portal ODM)

Em Fortaleza, a proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, levando-se em conta os levantamentos de 1991, 2000 e 2010, apresenta um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 9,7%. Em 2006, o número sofre uma queda. Onde passa de 9,7%, do levantamento anterior, para 4,5%. Um novo declínio pode ser verificado em 2013, chegando ao percentual de 0,8.

2000	2006	2013
9,7	4,5	0,8

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA**

( Portal ODM )

A cidade de Fortaleza, em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, apresenta em 2000 o número de 73%, aumentando o percentual em 2006 para 91,6. Já o ano de 2013 a marca é de 90,6%, sendo possível verificar uma queda no número de vacinados neste recorte etário.

2000	2006	2013
73	91,6	90,6

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

No que se refere ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, o município de Fortaleza apresenta uma queda ao analisarmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 62,92, no segundo, de 51%.

\*Dados indisponíveis

1991	2000	2010
*	62,92	51

**PROPORÇÃO DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A capital cearense, em relação ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, demonstra um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 2,02%, para o ano 2000, quando se chega a 3,38%. Já em 2010, a cidade apresenta uma queda em relação à aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,85%.

1991	2000	2010
2,02	3,38	2,85

**% DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

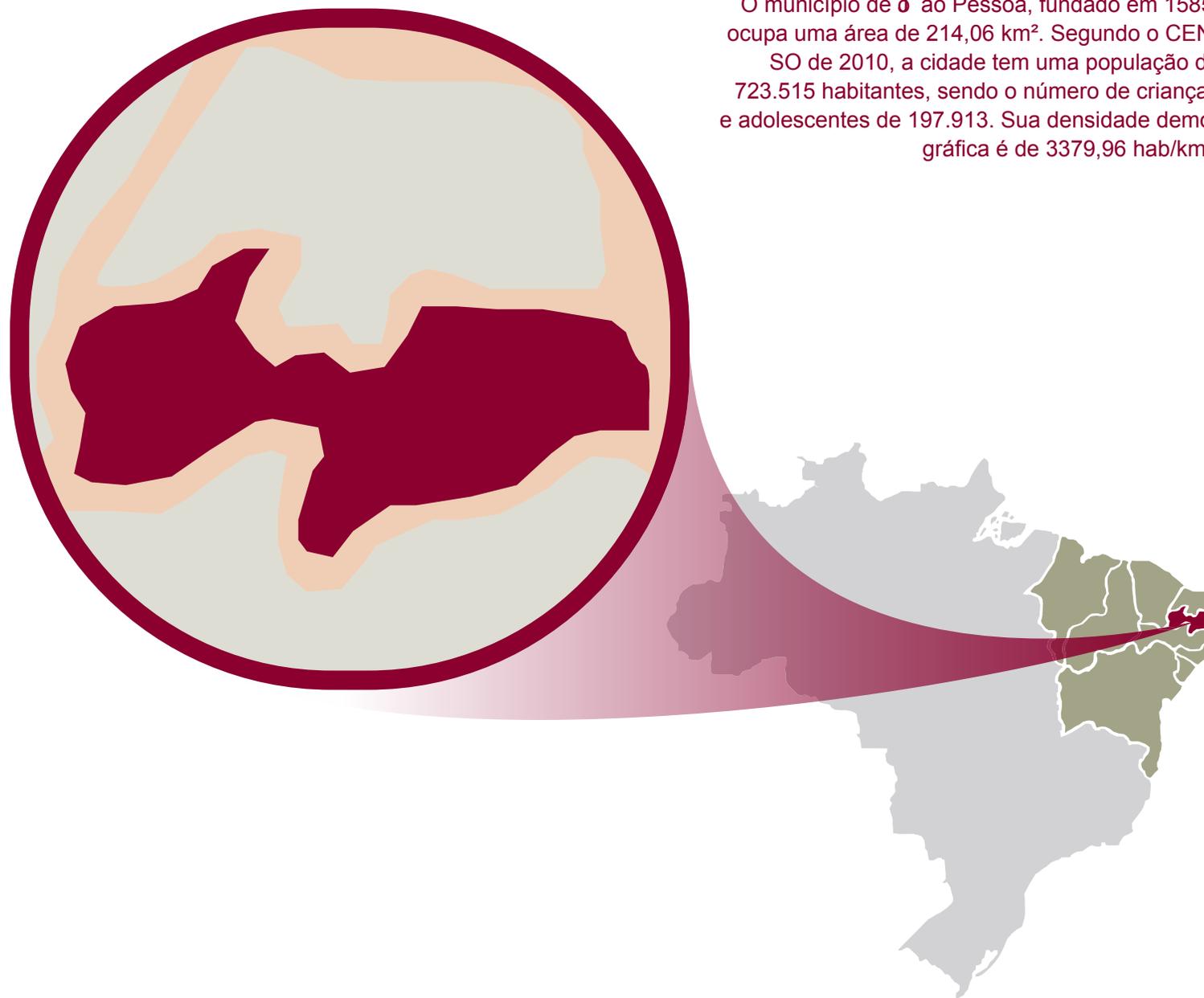
No município de Fortaleza, o percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola aponta para uma sequência de declínios nos anos abaixo expostos. No ano de 1991, 16,18% das crianças, neste recorte etário, se encontravam afastadas das escolas. Uma queda pode ser verificada em 2000, quando se chega ao número de 5,36%. No ano 2010 há uma nova diminuição no algarismo, com 3,89% das crianças fora da escola.

1991	2000	2010
16,18	5,36	3,89

# João Pessoa

(Paraíba)

O município de João Pessoa, fundado em 1585, ocupa uma área de 214,06 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 723.515 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 197.913. Sua densidade demográfica é de 3379,96 hab/km<sup>2</sup>.







No momento em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa seus 25 anos, é um momento impar para se registrar valiosos acontecimentos, de forma especial, das memórias da Região Nordeste, lugar em que os desafios à infância são aumentados graças às condições sociais, políticas e econômicas peculiares à sua história.

A Lei 8.069/1990 é um documento que reforça o compromisso do Governo e da Sociedade Civil com a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Enfrentar as violações de Direitos Humanos, deste grupo etário, e garantir a Proteção Integral tem sido um desafio lançado a toda sociedade brasileira. Esta tarefa árdua, somente logrará êxito quando organizações governamentais, as não governamentais e o setor produtivo de iniciativa privada trabalharem juntos com o foco neste mesmo ideal.

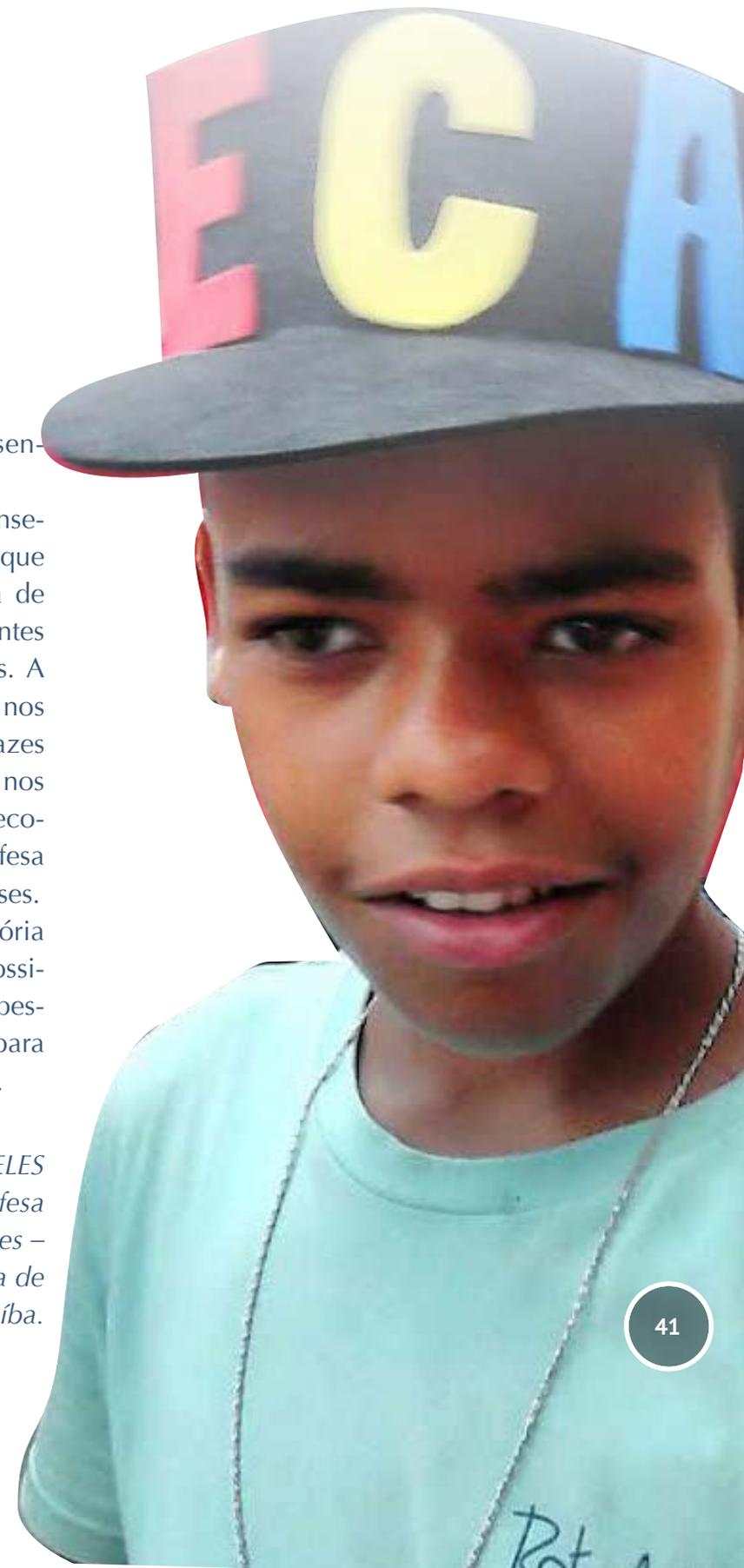
A toda Criança e Adolescente deve ser garantido o direito à educação de qualidade, o acesso à saúde, à convivência familiar e comunitária, à participação social, à promoção de ações para o fortalecimento da família, o lazer e à prática de atividades esportivas e cul-

turais, a fim de se assegurar um pleno desenvolvimento da pessoa.

São diversas as frentes que levam à consecução deste objetivo. Conhecer a história que marcou o movimento em prol da garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes na cidade de João Pessoa é um dos vieses. A memória atualiza os percursos tomados e nos faz vislumbrar os avanços que fomos capazes de construir. Além disso, é a memória que nos aponta os horizontes da utopia e nos faz reconhecer os protagonistas das batalhas em defesa da vida dos infantes e adolescentes pessoenses.

Então, colaborar na construção da memória do nosso estado é algo inexplicável, pois possibilita o conhecimento e reflexão, a partir de pessoas que, ao longo desses anos, contribuem para o fortalecimento dos direitos desses sujeitos.

*CARMEN LÚCIA DE ARAÚJO MEIRELES  
Presidenta do Conselho Estadual de Defesa  
dos Direitos de Crianças e Adolescentes –  
CEDCA/PB e Coordenadora da Escola de  
Conselhos da Paraíba.*

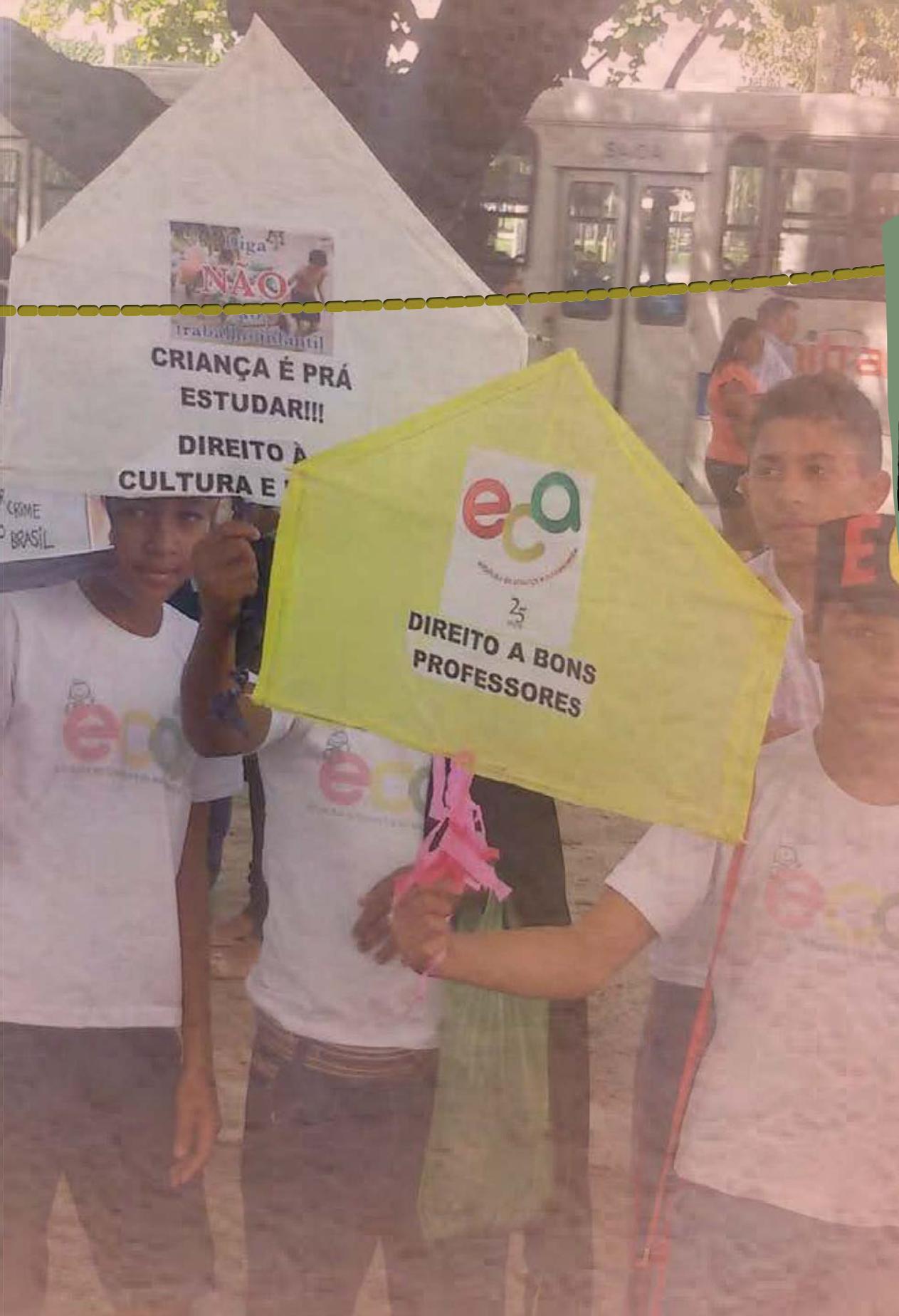


A FEBEM era uma instituição extremamente fechada. Quando entrei lá, percebi que não tínhamos espaço para desenvolver as coisas, vinha tudo destinado. Como era estagiária de Serviço Social, a gente tinha uma visão bem crítica, mas nós éramos chamados à atenção. Aqui na Paraíba, tinha uns meninos que, na época, os delegados prendiam nas ruas, não tinha Estatuto... Eu cheguei à delegacia para visitar um adolescente, e o delegado disse que eu tinha desacatado a sua autoridade. A prática da FEBEM era direcionada, conduzida, e a gente tinha que fazer tal qual eles mandassem. Se a gente saísse da regra, éramos postos para fora. Eles não queriam gente que questionasse. Era uma instituição que determinava tudo, não tinha discussão nenhuma do ponto de vista da política lá dentro

Socorro Carvalho  
Cientista Social - João Pessoa - PB

“Não dá mais para a gente brincar de conversar sobre o Estatuto, é preciso ser fundamentado e ter embasamento legal. Os instrumentos estão todos aí, a gente tem uma lei orgânica, tem a política nacional, tem a política de assistência em todos os aspectos, tem a tipificação de serviços que vieram arrumar as suas três complexidades, que vieram organizar os CREAMS E CRAS. Então, nós já estamos com as normativas e agora é preciso o empoderamento dos operadores de direitos para terem capacidade na formulação, na proposição, na análise, na sistematização dessas políticas públicas e na intervenção com qualidade. Então isso é o que precisa o processo formativo e com condições de exigibilidade.”

Maria Salete Freitas Ribeiro da Silva  
Educadora Social - João Pessoa - PB



“Depois do Estatuto muda essa energia de falar, movimentar, reivindicar, gritar... Eu acho que a gente tomou força principalmente na parceria com o judiciário, a gente ainda tem as fragilidades, mas a gente consegue sentar com um juiz, com um promotor e dialogar sobre essas realidades. Consegue visitar o gabinete de um prefeito, governador, deputado e discutir as políticas públicas de um município ou estado. Acho que isso é um avanço. Discutir de forma responsável não é chegar destruindo porta, chegar de forma qualitativa e abrir esses espaços de debate, é o Sistema de Garantia de Direitos trabalhando e construindo junto essas políticas”.

*Carmen Lúcia de Araújo Meireles  
Assistente Social/Conselheira do CEDCA/PB  
- João Pessoa- PB*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)  
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de João Pessoa, no ano de 2010, detém o número de 0,763, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital paraibana foi a Longevidade, com índice de 0,832, logo após vem Renda, com índice de 0,770, e o de Educação, com 0,693. No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,551. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,644. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,763.

1991	2000	2010
0,551	0,644	0,763

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A mortalidade infantil em crianças de até um ano, na capital paraibana, no ano de 1991, era de 49,89% por mil nascidos vivos. Em 2000, reduz-se a taxa para 40%. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, novamente cai, chegando a 16,44%.

1991	2000	2010
49,89	40	16,44

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS

(IBGE)

No que se refere à população de crianças e adolescentes, a capital paraibana apresenta, em 1991, o número de 198.690 habitantes neste recorte etário. No ano 2000, um acréscimo pode ser percebido, chegando a 204.149 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 uma queda é observada, chegando-se a 197.913.

1991	2000	2010
198.690	204.149	197.913

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS

(Portal ODM)

Em João Pessoa, a proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, levando-se em conta os levantamentos de 1991, 2000 e 2010, apresenta um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 7,6%. Em 2006, o número sofre uma queda. Onde passa de 7,6%, do levantamento anterior, para 1,8%. Um novo declínio pode ser verificado em 2013, chegando ao percentual de 0,3.

2000	2006	2013
7,6	1,8	0,3

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA.**

( Portal ODM )

A cidade de João Pessoa, em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, expõe uma sequência de aumento neste índice nos anos abaixo averiguados. Em 2000, o número apontava para 74,7%, ampliando o acesso no ano de 2006 para 90,7%. Um novo aumento no percentual pode ser verificado em 2013, quando se chega 91,7%.

2000	2006	2013
74,7	90,7	91,7

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

No que se refere ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, o município de João Pessoa apresenta uma queda ao analisarmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 64,33, no segundo, de 52%.

\* Dados indisponíveis

1991	2000	2010
*	64,33	52

**PERCENTUAL DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

A capital paraibana, em relação ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, demonstra um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 1,70%, para o ano 2000, quando se chega a 3,17%. No ano de 2010, a cidade mantém a sequência de elevação da taxa, chegando ao algarismo de 3,39%.

1991	2000	2010
1,70	3,17	3,39

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

No município de João Pessoa, o percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola aponta para uma sequência de declínios nos anos abaixo expostos. No ano de 1991, 17,17% das crianças, neste recorte etário, se encontravam afastadas das escolas. Uma queda pode ser verificada em 2000, quando se chega ao número de 4,69%. No ano 2010 há uma nova diminuição no algarismo, com 3,07% das crianças fora da escola.

1991	2000	2010
17,17	4,69	3,07

# Maceió

(Alagoas)

O município de Maceió, fundado em 1815, ocupa uma área de 516,46 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 932.748 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 284.507. Sua densidade demográfica é de 1805,77 hab/km<sup>2</sup>. A renda per capita mensal da cidade, no ano de 2010, aponta para o número de R\$ 792,540. Com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,721, no ano de 2010, a capital alagoana tem um IDHM considerado alto.







O Brasil pode se orgulhar em ter escrito um verdadeiro tratado de respeito e compromisso para com as crianças e adolescentes. Resgatar histórias vividas e recontá-las a partir da ótica de quem no dia a dia continua levando à frente essa bandeira de cidadania e batalhas pelo exercício do direito de ser criança e adolescente é, sem dúvida, mais um grande feito para todos nós.

Da roda dos enfeitados à proposta da redução da maioridade penal, temos tido inúmeros argumentos para qualificar as discussões e ações em prol da garantia de direitos de crianças e adolescentes, contudo, a aprovação no Congresso Nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, é o marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que pautavam a ideia de que crianças e adolescentes são também sujeitos de direitos e são aptos ao acesso à cidadania e proteção.

Expor fatos marcantes e os sentimentos de quem os viveu, e ainda os vive, é importante não apenas enquanto data, mas principalmente pelo convite expresso de conquista. O ato de entender e propiciar aos novos a história vivida ao longo desses 25 anos, remete-nos a certeza de que se muito foi realizado ainda temos muito a realizar. O ECA é nosso grito em forma de Lei. Ele, sem dúvida, tem sido fonte de conven-

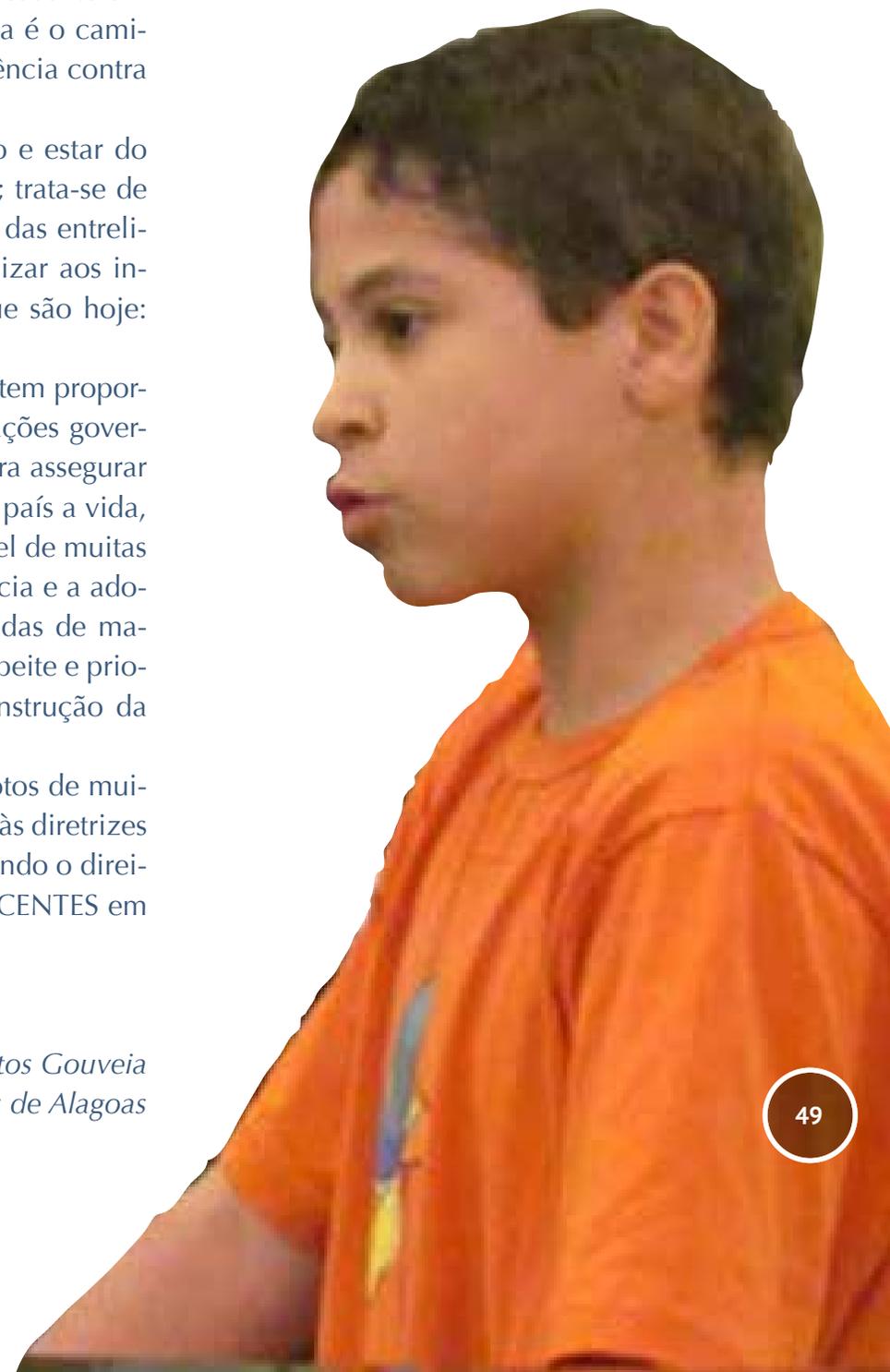
cimento de que tratar criança e adolescente enquanto sujeitos ativos de sua história é o caminho para diminuir todo tipo de violência contra os mesmos.

Não se trata de ter bom coração e estar do lado da defesa de “seres indefesos”; trata-se de direito constituído, de lei. A beleza das entrelinhas do ECA é respeitar e oportunizar aos infantes os direitos de assim ser o que são hoje: CRIANÇAS e ADOLESCENTES.

Ao longo desses 25 anos, o ECA tem proporcionado o aumento qualitativo de ações governamentais e não governamentais para assegurar às crianças e adolescentes do nosso país a vida, nos apontando um horizonte possível de muitas cores e esperanças para que a infância e a adolescência brasileiras sejam vivenciadas de maneira que tenhamos um país que respeite e priorize crianças e adolescentes na construção da cidadania plena.

Ao ECA, nossos parabéns e os votos de muitos anos pela frente, nos dando foco às diretrizes para continuarmos lutando e garantindo o direito de termos CRIANÇAS e ADOLESCENTES em ciranda pela vida digna e feliz.

*Rickelane Maria dos Santos Gouveia  
CEDCA/AL - Escola de Conselhos de Alagoas*



“Eu acho que o Estatuto foi o grito de liberdade. Era como se estivéssemos presos, sem poder mostrar o que estava acontecendo. Só assim para que a gente pudesse compreender o regime da FEBEM. Com o pós-Estatuto é que foi criado esse conhecimento. É como se fôssemos leigos e virássemos alfabetizados, porque não sabíamos os direitos que tínhamos. Só vem a mudança se o povo tiver consciência e lutar para que isso mude. É o que queremos para a população. O Estatuto mostra que os adolescentes são capazes, que a mudança tem que vir e só há mudança se essas bases tiverem estruturadas de pessoas conscientes, que têm esses direitos garantidos, para que se possa mudar a história. O Estatuto veio com muito suor e muito sofrimento, para que a Lei não se tornasse uma ação punitiva, e sim educativa. (...) Aqui em Maceió tivemos um problema muito sério: a luta foi para a aprovação e, depois de aprovado, os meninos começaram a falar o que sofriam e podiam falar para todo o mundo. Gritar que existiam. Aí quem não estava acostumado com menino falante, começou a repressão. Os meninos começaram e tudo que faziam, tudo que acontecia dizia que era culpa do Estatuto. Morreram também meninos depois da aprovação do Estatuto. Foi um período muito crítico aquele período pós-Estatuto, pois principalmente a polícia não queria menino falante.”

Graça Bezerra  
Assistente Social - Maceió - AL

A violência se desdobra de forma perversa, porque não são todos os jovens que são vítimas dessa violência. É uma a violência que é direcionada aos negros, pobres, da periferia e é uma coisa muito triste porque muito pouco se faz, a classe média pouco se envolve. Eu digo sempre que a violência só incomoda a classe média quando ela ultrapassa os muros da pobreza, porque enquanto estão matando pobres na periferia, está tudo bem. Mas, quando vem bater na porta da classe média, aí parece que ela acorda. A morte do negro, do pobre não chama atenção, não causa incômodo, pelo contrário é até bom que eles se matem lá... Então isso é triste... Esse modelo de sociedade onde as pessoas sempre procuram condomínios fechados, achando que têm mais segurança, mas isso não é segurança. Eu acho que a felicidade é coletiva ou ela não existe. Acho que nós deveríamos criar um outro tipo de cultura, que possa realmente trazer esses jovens que estão se matando, que se encontram nessa situação, que possamos trazer para a vida.

Átila Vieira  
Educador Social - Maceió - AL



“Na minha cidade, a Igreja começou a discutir o Estatuto logo após ser aprovado em 1990. Aí nós começamos a ter um ciclo de discussões e debates sobre o Estatuto. A nova Lei para crianças e adolescentes era tudo novo, e eu participei. Logo após, esse grupo de discussão sentiu já uma necessidade da implantação desses conselhos. Foi quando a Igreja mobilizou a sociedade para a Câmara Municipal discutir o projeto de lei e assim foi encaminhado para o Executivo enviar para o Legislativo, criando, assim, os conselhos de direitos e tutelares. Nessa situação, eu fui convidado para me inscrever para ser conselheiro tutelar e fui eleito nesse primeiro conselho tutelar do estado de Alagoas.”

*José Edmilson Souza*  
*Conselheiro Tutelar - Maceió - AL*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de Maceió, no ano de 2010, detém o número de 0,721, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital alagoana foi a Longevidade, com índice de 0,799, logo após vem Renda, com índice de 0,739, e o de Educação, com 0,635.

No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,507. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,584. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,721.

1991	2000	2010
0,507	0,584	0,721

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS (IBGE)

No que se refere à população de crianças e adolescentes, a capital alagoana apresenta, em 1991, o número de 257. No ano 2000, um acréscimo pode ser percebido, chegando a 291.667 habitantes entre 0 e 17. Já em 2010 uma queda é observada, chegando-se a 284.507.

1991	2000	2010
257.584	291.667	284.507

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

Em Maceió a mortalidade infantil em crianças de até um ano, no ano de 1991, era de 60,6% por mil nascidos vivos. Em 2000, há uma queda na taxa com o número de 43,7%. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, cai novamente, chegando a 22,02%.

1991	2000	2010
60,6	43,7	22,02

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS

(Portal ODM)

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, no município de Maceió, levando-se em conta os levantamentos de 1991, 2000 e 2010, apresenta um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 19%. Em 2006, o número sofre uma redução. Onde passa de 19%, do levantamento anterior, para 3,3%. Um novo declínio pode ser observado em 2013, quando o percentual chega a 0,7.

2000	2006	2013
19	3,3	0,7

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA.**

( Portal ODM )

Em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, a cidade de Maceió, no ano de 2000, apontava para 80,8%, aumentando em 2006 para 92,1% e em 2013 caindo para 83,4%.

2000	2006	2013
80,8	92,1	83,4

**% DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O município de Maceió, no que tange ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, demonstra uma queda ao analisarmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 68,58, no segundo, de 55%.

\*Dados indisponíveis

1991	2000	2010
*	68,58	55

**% DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

No que se refere ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, a capital de Alagoas demonstra um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 2,83%, para o ano 2000, quando se chega a 4,27%. Já em 2010, a cidade apresenta um declínio em relação à aferição anterior, chegando ao algarismo de 3,95%.

1991	2000	2010
2,83	4,27	3,95

**% DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

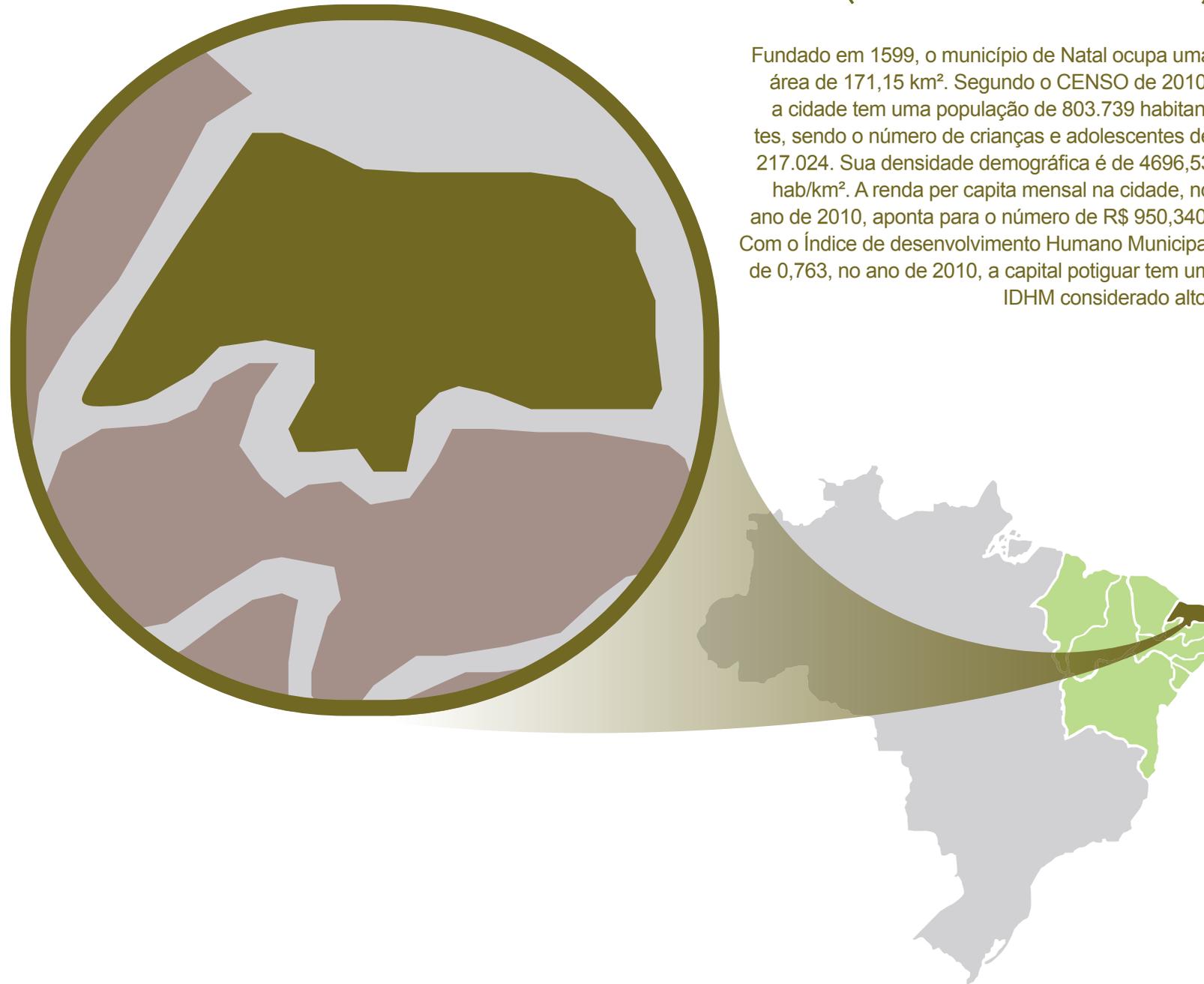
O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, na capital alagoana, aponta para uma sequência de declínios nos anos abaixo expostos. No ano de 1991, 22,04% das crianças, neste recorte etário, se encontravam fora das escolas. Uma queda pode ser verificada em 2000, quando se chega ao percentual de 10,64. Há uma nova diminuição no algarismo em 2010, com 4,97% das crianças afastadas da escola.

1991	2000	2010
22,04	10,64	4,97

# Natal

(Rio Grande do Norte)

Fundado em 1599, o município de Natal ocupa uma área de 171,15 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 803.739 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 217.024. Sua densidade demográfica é de 4696,53 hab/km<sup>2</sup>. A renda per capita mensal na cidade, no ano de 2010, aponta para o número de R\$ 950,340. Com o Índice de desenvolvimento Humano Municipal de 0,763, no ano de 2010, a capital potiguar tem um IDHM considerado alto.





1 Compreende-se por questão social o conjunto das expressões das desigualdades presentes na sociedade capitalista resultado da produção social coletiva e sua apropriação cada vez mais privada. (IAMAMOTO, 2003). No cenário atual no qual impera a perspectiva neoliberal verifica-se a desigualdade social, as péssimas condições de vida de milhares de brasileiros, o empobrecimento das famílias, o desemprego, a baixa escolaridade e qualificação profissional retiradas do âmbito da contradição entre capital e trabalho e transferidas para responsabilidade individual do cidadão, tornando-o culpado pela situação na qual se encontra.

Ao comemorarmos os 25 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) em nosso país, devemos lembrar de todas as conquistas e os avanços para a política de atendimento direcionada à população infanto-adolescente brasileira. Por outro lado, é preciso reconhecer que o que ainda se observa no Brasil são contextos de graves violações de direitos desta população. Crianças e adolescentes pobres são considerados como uma ameaça constante, e tal segmento populacional, estereotipado em virtude de suas condições de vida e violados em seus direitos mais básicos continua sendo tratado, a partir de um recorte evidente de classe e a despeito da doutrina da proteção integral, como “menores”. Eles e elas são os que estão fora da escola, nos sinais de trânsito pedindo “um trocado” a quem pare nos semáforos das zonas urbanas, os que têm seus responsáveis sem escolaridade e emprego, ocupando as zonas periféricas, os morros, os barracos, as ruas das cidades.

A realidade do estado do Rio Grande do Norte não é destoante do que se vivencia no resto do país. Mas é necessário trazer à baila as particularidades do estado e da capital, Natal-RN, para refletirmos acerca dos direitos da população infanto-adolescente e suas violações, nesse tempo comemorativo dos 25 anos do ECA.

A Constituição do estado do RN, a qual versa sobre a proteção e amparo a crianças e adolescentes, foi promulgada em 1989, após a Constituição Federal de 1988. O Artigo 157 da Constituição do estado refere-se à responsabilidade deste em prover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, principalmente daquelas com deficiência física, sensorial e mental, além de programas especiais de proteção e amparo aos ainda intitulados “menores abandonados de rua” e adolescentes em situação de vulnerabilidade por abandono, orfandade, deficiência física, sensorial ou mental, infração à lei, dependência química, vítimas de abuso ou exploração sexual ou maus tratos.

O preocupante cenário com o qual nos deparamos em Natal é o de destituição de direitos sociais, de naturalização das expressões da questão social<sup>1</sup>, da banalização da vida, principalmente da vida da classe trabalhadora, das crianças, adolescentes e jovens pobres. A população infanto-adolescente potiguar é violada e negligenciada cotidianamente pelo acesso precário ou inexistente aos direitos sociais de educação, saúde, habitação, segurança, cultura, lazer, entre outros direitos essenciais ao crescimento e desenvolvimento com qualidade e dignidade. Apesar da criança e do

adolescente serem legalmente reconhecidos como sujeitos de direitos e prioridades absolutas no atendimento através de políticas públicas, a rede de instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, que deveria acompanhar e proteger, muitas vezes se encontra fragilizada, desarticulada, com encaminhamentos que não avançam, o que repercute negativamente no acompanhamento das demandas apresentadas pelas crianças, adolescentes e suas famílias.

O Rio Grande do Norte também tem violado gravemente direitos humanos de adolescentes no âmbito do sistema socioeducativo, executando medidas de caráter punitivo que ignoram direitos básicos como a convivência familiar e comunitária e geram adoecimento

nos jovens e suas famílias. É preciso destacar, ainda, o processo de genocídio da juventude das periferias do RN, sobretudo em relação aos jovens negros, que têm suas vidas interrompidas precocemente por um sistema que os invisibiliza e descarta perversamente.

Assim, passados 25 anos de promulgação do ECA, é tempo de celebrar as inegáveis conquistas alcançadas na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Mas é tempo, sobretudo, de atentar e buscar cotidianamente a concretização dos direitos garantidos por esta legislação, de afirmar a vida de nossas crianças, adolescentes e jovens. Pelos direitos da infância, adolescência e juventude brasileira nenhum passo atrás!

**Iris Maria de Oliveira** – Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

**Anna Luiza Lopes Liberato Alexandre Freire** – Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRN (PPGSS-UFRN). Especialista em Educação em Direitos Humanos pelo Programa de Formação Continuada do Departamento de Educação da UFRN (PROFOCO-UFRN)

**Fernanda Cavalcanti de Medeiros** - Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRN (PPGpsi-UFRN). Especialista em Educação em Direitos Humanos pelo Programa de Formação Continuada do Departamento de Educação da UFRN (PROFOCO-UFRN).

**Tabita Aija da Silva Moreira** – Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFRN (PPGpsi-UFRN). Membro do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV-UFRN).



## A História do Movimento em Natal...

"Aqui em Natal, a organização inicial do Movimento de Meninos e Meninas de Rua foi muito difícil, porque, de certa forma, nós estávamos ligados a FEBEM. A ação do projeto de rua, que era o projeto redenção, era executado pela FEBEM e grande parte de nós vinha desse projeto. Aí, a gente buscou articular igrejas, pessoas que trabalhavam na comunidade e tudo; mas tinha muita dificuldade, porque as pessoas trabalhavam de forma voluntária e a gente não tinha quem financiasse as ações do movimento. Então, tudo foi feito com muita dificuldade. Nós começamos primeiro, basicamente, com um grupo de pessoas que estavam na FEBEM, que eram educadores que atuavam com a meninada de rua, e depois, aos poucos, percebemos que o movimento não é só um programa de atendimento. É muito mais do que isso. E assim, começamos a buscar pessoas, parceiros e outras pessoas que estavam em outros movimentos, outros programas que pudessem ajudar a gente a envolver essa questão da formação dos adolescentes. Foi nesse sentido que a gente foi fazendo."

Tomázia Izabel Fernandes Araújo  
Conselheira do CEDCA/RN - Natal - RN

## Lembranças das crianças e adolescentes em situação de rua...

"Em Natal nós tínhamos dois segmentos... Tínhamos aqueles meninos e meninas que viviam em situação de rua, eles estavam nas ruas, muitos inclusive dormiam nas ruas, outros dormiam em casas, mas passavam o dia nas ruas... Eram diferentes situações de vivência na rua. Mas, a gente tinha também crianças e adolescentes que tinham suas famílias e que não tinham essa vivência de rua, mas estavam em comunidades de grande vulnerabilidade e também era feito trabalho de base, de formação sociopolítica dessas crianças e adolescentes. Então, a gente tinha um trabalho que era realizado diretamente com essas pessoas em situação de rua; mas, tínhamos também esse outro trabalho de formação sociopolítica com crianças e adolescentes que tinham as suas casas e que não viviam em situação de rua. Muito mais um trabalho que podemos chamar de preventivo, muito mais preventivo às violações."

Sayonara Régia de Medeiros Dias  
Assistente Social - Natal - RN



## A prioridade absoluta...

Nessa efetivação dos direitos da criança e do adolescente, através do Estatuto, a gente precisa das conquistas e dos grandes desafios que a gente ainda enfrenta e ainda enfrentaremos por muito tempo. Porque, na verdade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente passa pela vontade política, e sabemos que crianças e adolescentes não são prioridades, como diz o Estatuto. Que prioridade é essa que criança está na rua? Que prioridade é essa que as unidades de saúde não atendem de forma prioritária mesmo? Que prioridade é essa que ainda temos uma educação de péssima qualidade? Eu sou muito crítica, mas eu acredito que a gente precisa ver realmente as coisas de uma forma clara. Conquistas existem muitas e nós sabemos disso. O que nós precisamos na realidade é a efetivação dessas conquistas, é a efetivação desses direitos, porque se não houver vontade política a gente nunca vai alcançar. Então, nessa linha de pensamento, eu acho que os movimentos sociais têm uma parcela de importância enorme até no controle social. Eu acredito que se os movimentos sociais e a sociedade civil se envolvessem de uma forma mais efetiva, talvez existisse uma política pública de direitos humanos das crianças e dos adolescentes mais garantida.

*Ildete Mendes Silva de Souza  
Educadora Social - Natal - RN*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)  
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de Natal, no ano de 2010, aponta o número de 0,763, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital potiguar foi a Longevidade, com índice de 0,835, logo após vem Renda, com índice de 0,768, e o de Educação, com 0,694.

No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,572. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,664. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,763.

1991	2000	2010
0,572	0,664	0,763

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A mortalidade infantil em crianças de até um ano, na capital potiguar, no ano de 1991, era de 43,49% por mil nascidos vivos. Em 2000, reduz-se a taxa para 32%. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, novamente cai, chegando a 14,35%.

1991	2000	2010
43,49	32	14,35

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS

(IBGE)

No que se refere à população de crianças e adolescentes, a capital potiguar apresenta, em 1991, o número de 241.339 habitantes neste recorte etário. No ano 2000, um acréscimo pode ser percebido, chegando a 247.862 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 uma queda é observada, alcançando o número de 217.024.

1991	2000	2010
241.339	247.862	217.024

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS

(Portal ODM)

Em Natal, a proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, levando-se em conta os levantamentos de 1991, 2000 e 2010, apresenta um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 12%. Em 2006, o número sofre uma queda. Onde passa de 12%, do levantamento anterior, para 4,6%. Um novo declínio pode ser verificado em 2013, chegando ao percentual de 1,2.

2000	2006	2013
12	4,6	1,2

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA**

( Portal ODM )

A cidade de Natal, em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, expõe uma sequência de aumento neste índice nos anos abaixo averiguados. Em 2000, o número apontava para 83,1%, ampliando o acesso no ano de 2006 para 87%. Um novo aumento no percentual pode ser verificado em 2013, quando se chega 90%.

2000	2006	2013
83,1	87	90

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

No que se refere ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, o município de Natal apresenta uma queda ao analisarmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 60,18, no segundo, de 51%.

1991	2000	2010
*	60,18	51

**PROPORÇÃO DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

A capital potiguar, em relação ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, demonstra um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 1,64%, para o ano 2000, quando se chega a 3,31%. Já em 2010, a cidade apresenta uma queda em relação à aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,39%.

1991	2000	2010
1,64	3,31	2,39

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

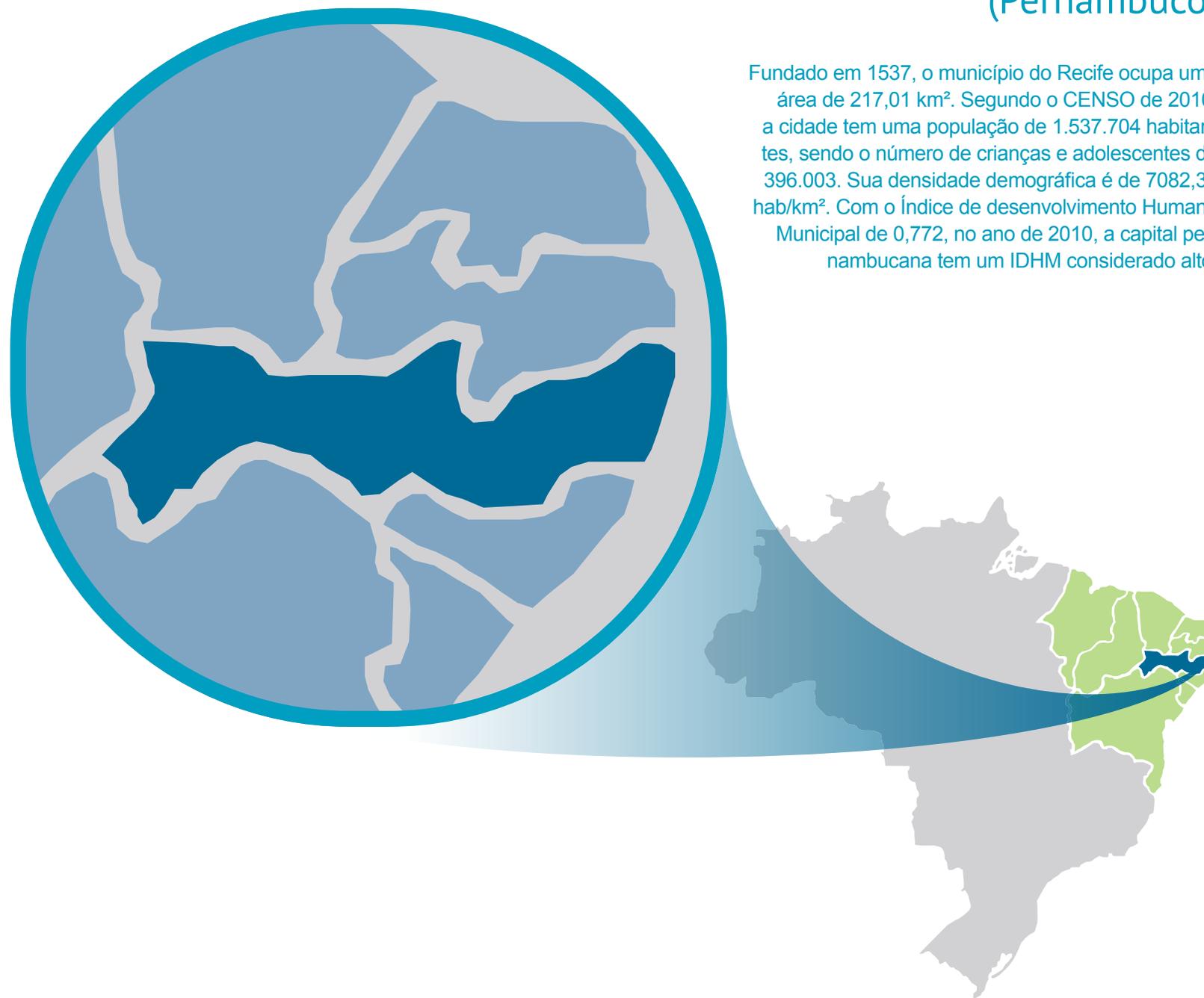
No município de Natal, o percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola aponta para uma sequência de declínios nos anos abaixo expostos. No ano de 1991, 12,79% das crianças, neste recorte etário, se encontravam afastadas das escolas. Uma queda pode ser verificada em 2000, quando se chega ao número de 4,78%. No ano 2010 há uma nova diminuição no algarismo, com 2,18% das crianças fora da escola.

1991	2000	2010
12,79	4,78	2,18

# Recife

(Pernambuco)

Fundado em 1537, o município do Recife ocupa uma área de 217,01 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 1.537.704 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 396.003. Sua densidade demográfica é de 7082,32 hab/km<sup>2</sup>. Com o Índice de desenvolvimento Humano Municipal de 0,772, no ano de 2010, a capital pernambucana tem um IDHM considerado alto.







O redirecionamento na compreensão dos direitos da Criança e do Adolescente deu-se por duas frentes: no campo externo, com a Convenção sobre os Direitos da Criança (proteção); e no campo interno, por força das mudanças de paradigmas sobre os direitos fundamentais da pessoa humana, impressas na Constituição Federal de 1988 a partir do artigo 227 (prioridade absoluta).

O Estado de Pernambuco, a partir das reivindicações da sociedade civil – que teve relevante atuação nas mobilizações dos processos de participação popular da constituinte e da construção e aprovação do Estatuto – e atento ao que preconizava o artigo 88 do próprio Estatuto que ajudara a aprovar, no mesmo ano da publicação do ECA, aprovou a lei de criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Vale ressaltar que a coincidência de datas não resulta do acaso, mas, sobretudo, reflete a vanguarda de nosso Estado nas lutas libertárias para o reconhecimento dos direitos humanos dessa parcela da população e a fiança da necessidade da garanti-los.

O Estatuto da Criança e do Adolescente se propõe a contribuir para o fortalecimento dos Direitos Humanos. E, quando correspon-

sabiliza cada pessoa para assegurar tais direitos, imprime a conscientização da sociedade pernambucana sobre as dimensões de suas responsabilidades.

Neste sentido, compreendendo que esse segmento da população não pode ser apenas entendido como o adultos/cidadãos do amanhã, mas reconhecidos como pessoas que nasceram livres e iguais em dignidade e em direitos, e que, devido sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, são credores de cuidados da família, da comunidade e do poder público de todos os direitos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral com prioridade absoluta.

Então, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA/PE) comemora os 25 anos de sua existência, comemorando os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal de nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - que juntos foram capazes de dar passos para modificação da maneira como lidamos e como lutamos a fim de garantirmos direitos da população infanto-adolescente em nosso estado.

*Jaciara Arruda*  
*Presidente do CEDCA/PE*



## Memórias das mobilizações...

A campanha pelo Estatuto foi o seguinte: discutíamos nos fóruns estaduais, existiam vários fóruns, a gente preparava e ia pedindo assinaturas. Pegávamos assinaturas de todo mundo e íamos falando do Estatuto. Isso no Brasil todo. Eu só falo de Pernambuco, porque é aqui que eu estava. O Estatuto foi a única Lei que foi pensada, projetada e falada por adultos e adolescentes. Os meninos fizeram a Lei. A gente pegava, discutia nos fóruns, depois íamos à base com os meninos, para os núcleos, saber se era daquele jeito mesmo, ou não. Foi muito bem discutido aqui. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, nesse sentido, se destacou na luta da aprovação do Estatuto. O pessoal discutia, refletia, fazia política mesmo para sua aprovação. O Estatuto da Criança e do Adolescente, para mim, é a Lei da democracia, que fez com que crianças e adolescentes deixassem de ser menor, de ser objeto, e passassem a ser sujeito dos direitos.

*Helena Jansen  
Educadora Social - Recife-PE*

## Lembranças e esquecimentos...

O pessoal não se lembra do tempo antes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Existiam muitas crianças nas ruas, vitimizadas, abandonadas. O pessoal tenta jogar para o Estatuto da Criança do Adolescente a culpa por alguns problemas de violência hoje, mas, antes do Estatuto, a violência contra a criança era muito grande. O órfão também era mais presente do que é hoje. Talvez não a violência, o abuso sexual não fosse tão forte como é hoje, mas o abandono e orfandade eram muito fortes. O sonho de algumas famílias pobres era colocar dentro de uma instituição, com a esperança de ter acesso à cultura e à educação. Essa era cultura da institucionalização.

*Silvino Neto  
Professor/Escola de Conselhos de Pernambuco  
- Recife-PE*



## Ocupando as ruas e o Congresso

“Aí teve o primeiro Encontro Nacional em que os meninos brigavam por leis, brigavam contra a violência, brigavam por todos os direitos básicos, e depois do primeiro encontro houve a necessidade de ocorrer o segundo encontro e esse já foi uma briga mais consistente por uma lei. Aí, houve toda uma mobilização do Movimento a nível nacional que participamos juntos dos meninos e meninas. Um dos meninos propôs que houvesse uma Lei que regesse suas condições de crianças e adolescentes no país. No terceiro Encontro Nacional, nós participamos, em defesa da constituinte. Nós nos mobilizamos aqui em Recife com assinaturas para que essa constituinte passasse e entrasse na Constituição Federal. Nós fazíamos campanhas nas ruas, colhemos assinaturas na porta do trem, na rodoviária, nos ônibus, praças e nos mobilizamos nesse sentido. Lembro que, no terceiro Encontro Nacional, os meninos aprovaram simbolicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, em Brasília, quando ocupamos o Congresso Nacional.”

*Maria do Nascimento (Dudui)  
Educadora Social - Recife-PE*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)  
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município do Recife, no ano de 2010, aponta o número de 0,763, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital pernambucana foi a Longevidade, com índice de 0,825, logo após vem Renda, com índice de 0,798, e o de Educação, com 0,698. No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,576. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,660. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,772.

1991	2000	2010
0,576	0,660	0,772

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A mortalidade infantil em crianças de até um ano na capital pernambucana, no ano de 1991, era de 42,82% por mil nascidos vivos. Em 2000, reduz-se a taxa para 29,78. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, cai para 15,56%.

1991	2000	2010
42,82	29,78	15,56

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS (IBGE)

No que se refere à população de crianças e adolescentes, a capital pernambucana apresenta, em 1991, o número de 485.801 habitantes neste recorte etário. No ano 2000, um decréscimo pode ser percebido, chegando a 457.043 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 outra queda é observada, chegando-se a 396.003.

1991	2000	2010
485.801	457.043	396.003

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS (Portal ODM)

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, em Recife, tendo em vista o levantamento dos anos de 1991, 2000 e 2010, apresenta um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava 58,1%. O número sofre uma queda no ano de 2006, onde passa de 58,1%, do levantamento anterior, para 2,7%. Em 2013 um novo declínio pode ser verificado, chegando ao percentual de 0,7.

2000	2006	2013
58,1	2,7	0,7

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA**

( Portal ODM )

Em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, a capital pernambucana apresenta uma sequência de aumento neste índice nos anos abaixo expostos. No ano 2000, o número apontava para 93,6%, crescendo o atendimento em 2006 para 96,1%. Uma nova ampliação no percentual pode ser verificada em 2013, quando se chega 96,9%.

2000	2006	2013
93,6	96,1	96,9

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A capital pernambucana, em relação ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, apresenta um decréscimo ao compararmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 56,30, no segundo, de 45%.

\*Dados indisponíveis

1991	2000	2010
*	56,30	45

**PERCENTUAL DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**

( Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil )

No que se refere ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, o Recife apresenta um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 2,17%, para o ano 2000, quando se chega a 3,49%. Já em 2010, a cidade indica uma queda em relação à aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,76%.

1991	2000	2010
2,17	3,49	2,76

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

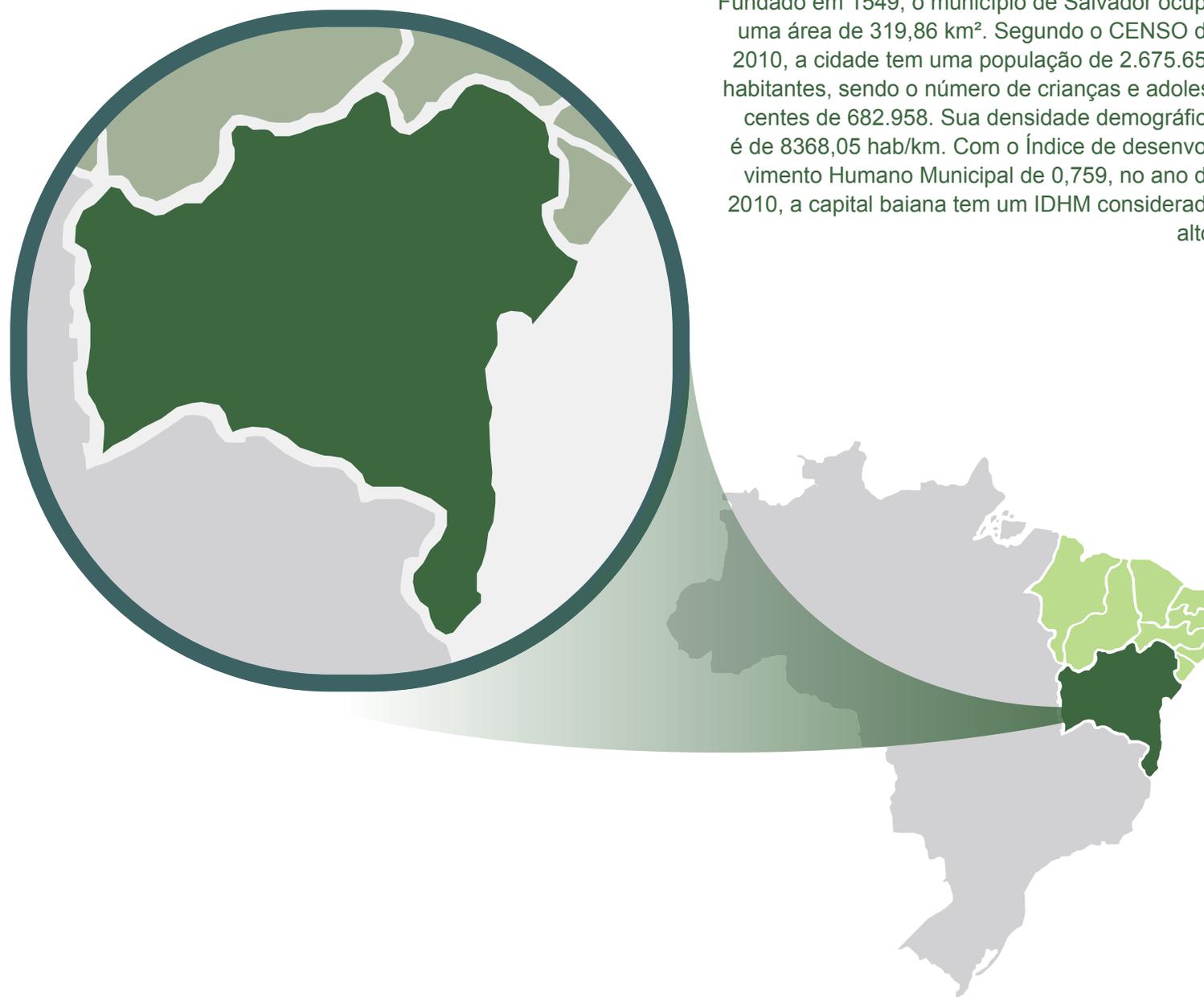
O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, no município do Recife, aponta para uma sequência de quedas nos anos abaixo apresentados. Em 1991, 13,21% das crianças, neste recorte etário, se encontravam afastadas das escolas. Um declínio pode ser verificado em 2000, chegando ao número de 4,63%. Em 2010 há uma nova diminuição no percentual, com 2,95%.

1991	2000	2010
13,21	4,63	2,95

# Salvador

(Bahia)

Fundado em 1549, o município de Salvador ocupa uma área de 319,86 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 2.675.656 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 682.958. Sua densidade demográfica é de 8368,05 hab/km. Com o Índice de desenvolvimento Humano Municipal de 0,759, no ano de 2010, a capital baiana tem um IDHM considerado alto.





O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA revolucionou os direitos infanto-adolescente no Brasil, introduzindo mudanças fundadas na Doutrina da Proteção Integral constituída pelos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, rompendo com uma legislação discriminatória, segregacionista e repressiva como foi o Código de Menores.

O legado desses 25 anos do ECA, em Salvador, foi marcado por uma série de avanços no campo das políticas públicas, particularmente nos últimos 10 anos, que contribuíram para a redução do trabalho infantil, a melhoria dos indicadores de escolarização, a redução da desnutrição e da mortalidade infantil, a implementação de uma importante rede de proteção social estruturada a partir do Sistema Único de Assistência Social, a redução significativa da extrema pobreza, com a consequente melhoria das condições materiais de vida e saúde das famílias e de seus membros.

O Sistema de Garantia de Direitos avançou com o funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares em todos os municípios – que na Bahia representa a totalidade deles, a implantação de Delegacias Especializadas, do Núcleo Integrado de Atendimento Socioeducativo fortalecendo a articulação operacional entre os diversos atores do Sistema, a instituição da Política Estadual de Direitos Humanos

de crianças e adolescentes e o reordenamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ampliando a participação da sociedade, o fortalecimento da rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, incluindo o conjunto de organizações da sociedade civil que participaram da luta em defesa do ECA e que vêm atuando na perspectiva de sua consolidação no Estado da Bahia.

Os motivos são muitos para comemorar os 25 anos do ECA. Esta lei deu os fundamentos da proteção, promoção e da defesa dos direitos humanos e de cidadania de crianças e adolescentes. Embora, ainda existam muitos desafios a serem superados.

É preciso avançar sobre o processo de articulação para romper com a fragmentação e construir uma política pensada na perspectiva da proteção integral, orientada pelo trabalho em rede, garantindo a todas as crianças e adolescentes o seu direito de desenvolver, independentemente de sua raça ou etnia, condição física, gênero ou local onde vivem, desafios que vêm sendo enfrentados pelo estado.

É preciso, também, uma maior institucionalidade da política, principalmente, através dos conselhos dos direitos para que possam promover as ações necessárias à sua efetivação, e um processo de mobilização consequente, capaz de promover o entendimento dessa legislação

e de sua aplicação na vida cotidiana para que possa ser amplamente acolhida, tanto pela sociedade, quanto pela família e pelo Estado.

Para finalizar, e a título de reconhecimento, vale destacar o papel de um grupo de defensores dos direitos humanos da Bahia que, na década de 1990, atuou de forma intensiva nos processos de mobilização, nacional e local, para a aprovação do Estatuto a exemplo de Cesare de La Rocca, fundador do Projeto Axé e Wanderlino Nogueira, atual membro do Comitê de Proteção aos Direitos da Criança da ONU e que também contribuíram na redação do texto legal; Maria América Ungaretti, Ruy Pavan e Yves de Roussan (In Memoriam), representantes local do UNICEF; Valdemar Oliveira, Presidente do CEDECA; Hélia Barbosa, Defensora Pública; Isabel Lima, Juizado da Infância; Manoel Moreira Costa (In Memoriam), Ministério Público; Cristina Firmo, Pastoral do Menor; Ená Benevides do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Vera Leonelli Secretária Executiva da Juspopuli; Celeste Santana (In Memoriam) Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Carlos Formigli, FUNDAC; Normando Batista, CE-CUP e atual Secretário Executivo do CECA.

Irani Lessa  
Escola de Conselhos da Bahia





## Memórias da luta em defesa do Estatuto

A gente estava trabalhando a ideia da redemocratização do país, das "Diretas Já"... Morando em Salvador, estava vendo todas aquelas manifestações e estava participando daquele processo, Conversando com as comunidades sobre o processo de eleição de deputados, na escolhas de deputados estaduais e federais que fossem comprometidos com a proposta. Até que vem a Constituição promulgada, o Estatuto começando a ser constituído, aquele movimento das assinaturas... Estava participando da recolha das assinaturas e de todo movimento. Eu não conseguia avaliar exatamente o que é que era, o que vinha, mas eu sabia que era melhor do que o Código de Menores.

Edmundo Ribeiro Croger  
Conselheiro do CEDECA/BA e CONANDA  
Salvador - BA



## Os desafios de garantir o fortalecimento dos conselhos de direitos...

Como garantir a autonomia dos conselhos? Como garantir o respeito às deliberações? Acho que a Constituição Federal estabeleceu a democracia participativa, mas nós temos uma cultura autoritária secular nesse país que o governo decide, manda e acabou. Não tem participação da sociedade. Aí os conselhos são inviabilizados. Questiona-se muito, mas não liberam recursos e não mandam as coisas e ainda tem a fragilidade da sociedade civil com trinta anos de ditadura e a consequente não participação, ou seja, não tem noção da cultura de participação do espaço político, da importância de se discutir a política e os recursos públicos, por isso as maiorias dos conselhos ficam fragilizados.

Normando Santos  
Professor/Conselheiro do CEDCA/BA  
Salvador - BA



## Os primeiros conselhos tutelares de Salvador...

Quando o conselho tutelar foi criado a sociedade soteropolitana achava que era para tirar os meninos que estavam nas ruas. Essa era a primeira coisa. Falavam que tinha menino drogado, que tinha menino caído... E como nós ficávamos bem próximo à estação da Lapa, ali tinha um quintal com árvores e ficavam muitos meninos cheirando cola. As vezes eu e outros companheiros íamos lá e conversávamos com eles. Às vezes trazíamos para o conselho. Tiveram três meninos e três meninas que conseguimos tratar. Posteriormente descobrimos que todos tinham família, pegávamos a Kombi e íamos levar os meninos. Enfim, com muito trabalho a gente conseguiu e mesmo assim eles eram resistentes. De manhã a gente continuava a investigação e os meninos já tinham fugido do abrigo... E foi assim... Com essas idas e vindas...

*João da Silva Pereira  
Militante/Fórum DCA-BA  
Salvador - BA*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de Salvador, no ano de 2010, aponta o número de 0,759, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital baiana foi a Longevidade, com índice de 0,835, logo após vem Renda, com índice de 0,772, e o de Educação, com 0,679.

No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,563. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,654. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,759.

1991	2000	2010
0,563	0,654	0,759

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

Em Salvador a mortalidade infantil em crianças de até um ano, no ano de 1991, era de 46,38% por mil nascidos vivos. Em 2000, há uma queda na taxa com o número de 36,35%. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, cai novamente, chegando a 14,92%.

1991	2000	2010
46,38	36,35	14,92

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS

(IBGE)

No que se refere a população de crianças e adolescentes, a capital baiana apresenta, em 1991, o número de 832.962 habitantes neste recorte etário. No ano 2000 um decréscimo pode ser percebido, chegando a 799.038 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 outra queda é observada, alcançando o número de 682.958.

1991	2000	2010
832,962	799.038	682.958

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS

(Portal ODM)

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, no município de Salvador, levando-se em conta os levantamentos de 1991, 2000 e 2010, apresentam um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 4,6%. Em 2006, o número sofre uma redução. Onde passa de 4,6%, do levantamento anterior, para 2,1%. Um novo declínio pode ser observado em 2013, quando o percentual chega a 0,8.

2000	2006	2013
4,6	2,1	0,8

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA.**  
( Portal ODM )

Em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, a cidade de Salvador, no ano de 2000, apontava para 95,5%, reduzindo-se em 2006 para 93,9% e em 2013 para 93,6%.

2000	2006	2013
95,5	93,9	93,6

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O município de Salvador, no que tange ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, demonstra uma queda ao analisarmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 64,53, no segundo, de 51%.  
\*Dados indisponíveis

1991	2000	2010
*	6,53	51

**PROPORÇÃO DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

No que se refere ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, a capital da Bahia demonstra um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 1,28%, para o ano 2000, quando se chega a 3%. Já em 2010, a cidade apresenta um declínio em relação a aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,22%.

1991	2000	2010
1,28	3,0	2,22

**PROPORÇÃO DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

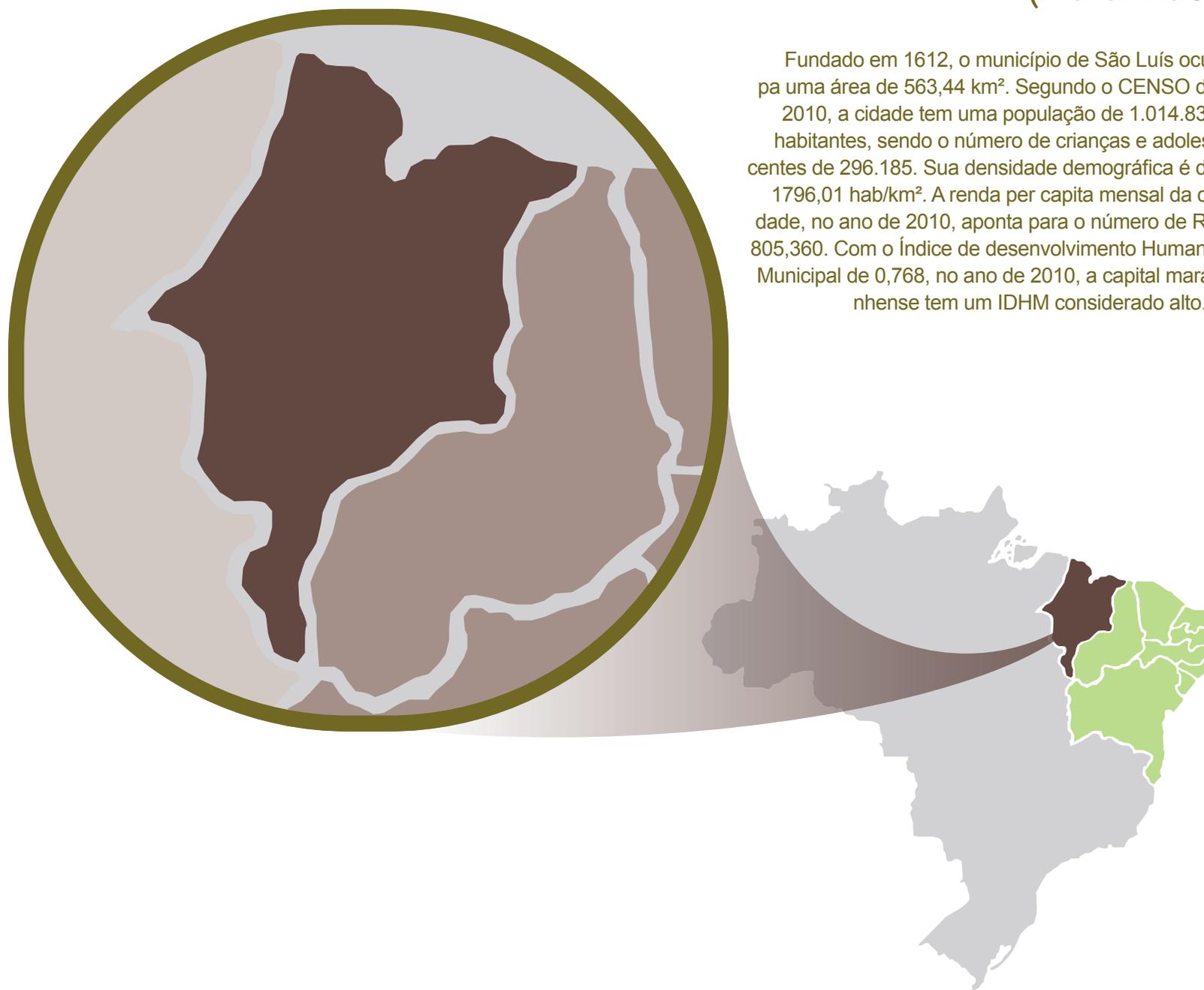
O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, na capital bahiana, aponta para uma sequência de declínios nos anos abaixo expostos. No ano de 1991, 14,63% das crianças, neste recorte etário, se encontravam fora das escolas. Uma queda pode ser verificada em 2000, quando se chega ao percentual de 4,88. Há uma nova diminuição no algarismo em 2010, com 4,15% das crianças afastadas da escola.

1991	2000	2010
14,63	4,88	4,15

# São Luís

(Maranhão)

Fundado em 1612, o município de São Luís ocupa uma área de 563,44 km<sup>2</sup>. Segundo o CENSO de 2010, a cidade tem uma população de 1.014.837 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 296.185. Sua densidade demográfica é de 1796,01 hab/km<sup>2</sup>. A renda per capita mensal da cidade, no ano de 2010, aponta para o número de R\$ 805,360. Com o Índice de desenvolvimento Humano Municipal de 0,768, no ano de 2010, a capital maranhense tem um IDHM considerado alto.





WOMADU & SONS  
para toda família



Neste ano de 2015 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos de sua aprovação. Porém, a sua implantação e implementação ainda carece da compreensão por parte dos gestores públicos (a nível federal, estadual e municipal) e sociedade em geral do princípio da Prioridade Absoluta preconizado nas legislações nacional.

Contudo, já temos muito a comemorar. A própria existência do ECA, lei que cria ao Órgãos de controle social, que visa a articulação dos diversos atores da política da Criança e do adolescente que dá existência ao Sistema de Garantia de Direitos, que garante a participação dos próprios adolescentes em deliberações inerente ao seu pleno desenvolvimento, dando sentido à ideia de cidadãos de direitos.

No Maranhão, a luta em defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes ganharam força junto com a intensa mobilização popular que se inicia ao longo dos anos 1970 pela redemocratização da sociedade brasileira, que diante dos diversos problemas que existiam na

sociedade naquela época, pouco se dava atenção à garantia de direitos de crianças.

Em nosso estado aconteceram várias mobilizações, como a realização de encontros com crianças e adolescentes, participação em encontros nacionais com delegações compostas por jovens que eram protagonistas da problemática social de extrema pobreza, além da participação de discussão com estados vizinhos que já trabalhavam alternativas para reverter à situação de calamidade dos jovens brasileiros.

Na década de 1990 surge no cenário estadual o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão como uma instância de articulação das organizações da sociedade civil, com o objetivo de reunir e fortalecer os movimentos sociais que atuam nos direitos de crianças e adolescentes. A articulação entre entidades da sociedade civil que buscam os direitos infanto-adolescente são fatores fundamentais para que o movimento em prol desse setor não enfraqueça.

*Maria da Conceição Ribeiro  
Fórum DCA - Maranhão*

## Lembranças do Cento de Defesa

“O Centro de Defesa foi assim: o movimento nacional de meninos e meninas de rua tinha essa questão de ir às delegacias, a necessidade de ter um advogado; então, no início nós pensamos o Centro de Defesa como uma assessoria jurídica para que pudesse ir junto com a gente nas delegacias, tirar os meninos, ter uma conversa com o delegado, porque a gente tinha discussão política, mas na hora da discussão jurídica a gente ficava enrolada. Então, a gente precisava de uma assessoria e por isso criamos o Centro de Defesa. Foi discutido no fórum DCA a necessidade de criação desse Centro de Defesa e depois a gente instituiu mesmo. Aí, em 1991 nós criamos o Centro de Defesa com uma coordenação, com uma equipe, mas não atrelada ao movimento e sim uma instituição independente do movimento.”

*Maria da Conceição Ribeiro  
Defensora dos Direitos Humanos - São Luís - MA*

## Memórias da FEBEM no Maranhão

“Quando eu trabalhei na FEBEM era uma instituição que estava mais voltada para uma perspectiva assistencialista, mas por incrível que pareça, a FEBEM me deu a oportunidade, porque o projeto que eu trabalhava não era para dentro da FEBEM, era para fora. Era no sentido de apoiar financeiramente a assistência técnica, aquelas instituições que hoje chamamos de associações, fundações filantrópicas. E, aí fez com que eu conhecesse a casa de João e Maria e o movimento nacional de meninos e meninas de rua que estava sendo criado (...). Os meninos eram crianças pobríssimas, famintas e muito inteligentes também, que foram para a rua procurar uma sobrevivência. E, aí a casa de João e Maria já trabalhava com os filhos das mulheres trabalhadoras do sexo naquela região ali do centro. Um menino achou a casa e chamou os outros. No momento teve conflito entre eles, mas eu participei mais fortemente do movimento nacional de meninos e meninas de rua.”

*Maria José Bacelar Almeida  
Educadora Social - São Luís - MA*

## Violação de direitos e relações étnico-raciais

“Houve uma mudança também na questão da violência, porque há uns dez anos atrás a gente não tinha a questão das facções, e hoje a gente tem tanto o aumento das facções como o aumento das drogas. Porque antes, também, você só tinha uma droga específica, que era a maconha, pouco se ouvia falar da cocaína, e hoje você tem várias outras. Dentro desse contexto, desse grupo dos que estão sendo exterminados, e dos que estão indo para as cadeias e para as penitenciárias está a população negra, e, principalmente, o jovem negro. A gente tem aqui um jornal que eu digo que é um jornal sangrento e específico da violência. Então, você vai às bancas de revista aos sábados e é uma coisa horrível. Se você for contabilizar dos que foram assassinados tanto pela polícia quanto pelas gangues ou facções, a maioria é jovem e muito nessa faixa etária de quatorze aos vinte e nove anos, poucos além dessa idade. Então está havendo um extermínio. A gente está participando aqui no Centro de Cultura Negra do Maranhão de uma discussão que está sendo puxada pela Secretaria da Juventude do Estado do Maranhão, onde vai acontecer no mês de agosto, em São Luiz, uma roda de diálogo sobre o extermínio e a violência da juventude negra.”

Ana Amélia Bandeira  
Ativista do Movimento Negro - São Luís - MA

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)  
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de São Luís, no ano de 2010, aponta o número de 0,759, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital maranhense foi a Longevidade, com índice de 0,813, logo após vem Educação, com índice de 0,752, e o de Renda, com 0,741. No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,562. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,658. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,768.

1991	2000	2010
0,562	0,658	0,768

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

Em São Luís a mortalidade infantil em crianças de até um ano, no ano de 1991, era de 49,31% por mil nascidos vivos. Em 2000, há uma queda na taxa para 27,44%. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, cai novamente, chegando a 18,10%.

1991	2000	2010
49,31	27,44	18,10

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS (IBGE)

No que se refere a população de crianças e adolescentes, a capital sergipana apresenta, em 1991, o número de 311.892 habitantes neste recorte etário. No ano 2000 um acréscimo pode ser percebido, chegando a 330.721 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 uma queda é observada, chegando-se a 296.185.

1991	2000	2010
311.892	330.721	296.185

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS (Portal ODM)

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, no município de São Luís, levando-se em conta os levantamentos de 1991, 2000 e 2010, apresentam um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 6,6%. Em 2006, o número sofre uma redução. Onde passa de 6,6%, do levantamento anterior, para 0,9%. Um novo declínio pode ser observado em 2013, quando o percentual chega a 0,5.

2000	2006	2013
6,6	0,9	0,5

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA**  
( Portal ODM )

Em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, o município de São Luís, no ano de 2000, o número apontava para 95,5%, ampliando-se em 2006 para 87%. Já em 2013, com o número de 93,6%, uma queda pode ser verificada

2000	2006	2013
95,5	97	93,6

**% DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O município de São Luís, no que tange ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, demonstra uma queda ao analisarmos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 64,73, no segundo, de 50%.  
*\*Dados indisponíveis*

1991	2000	2010
*	64,73	50

**% DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

No que se refere ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, a capital do Maranhão demonstra um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 2,18%, para o ano 2000, quando se chega a 3,02%. Já em 2010, a cidade apresenta um declínio em relação a aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,05%.

1991	2000	2010
2,18	3,02	2,05

**% DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

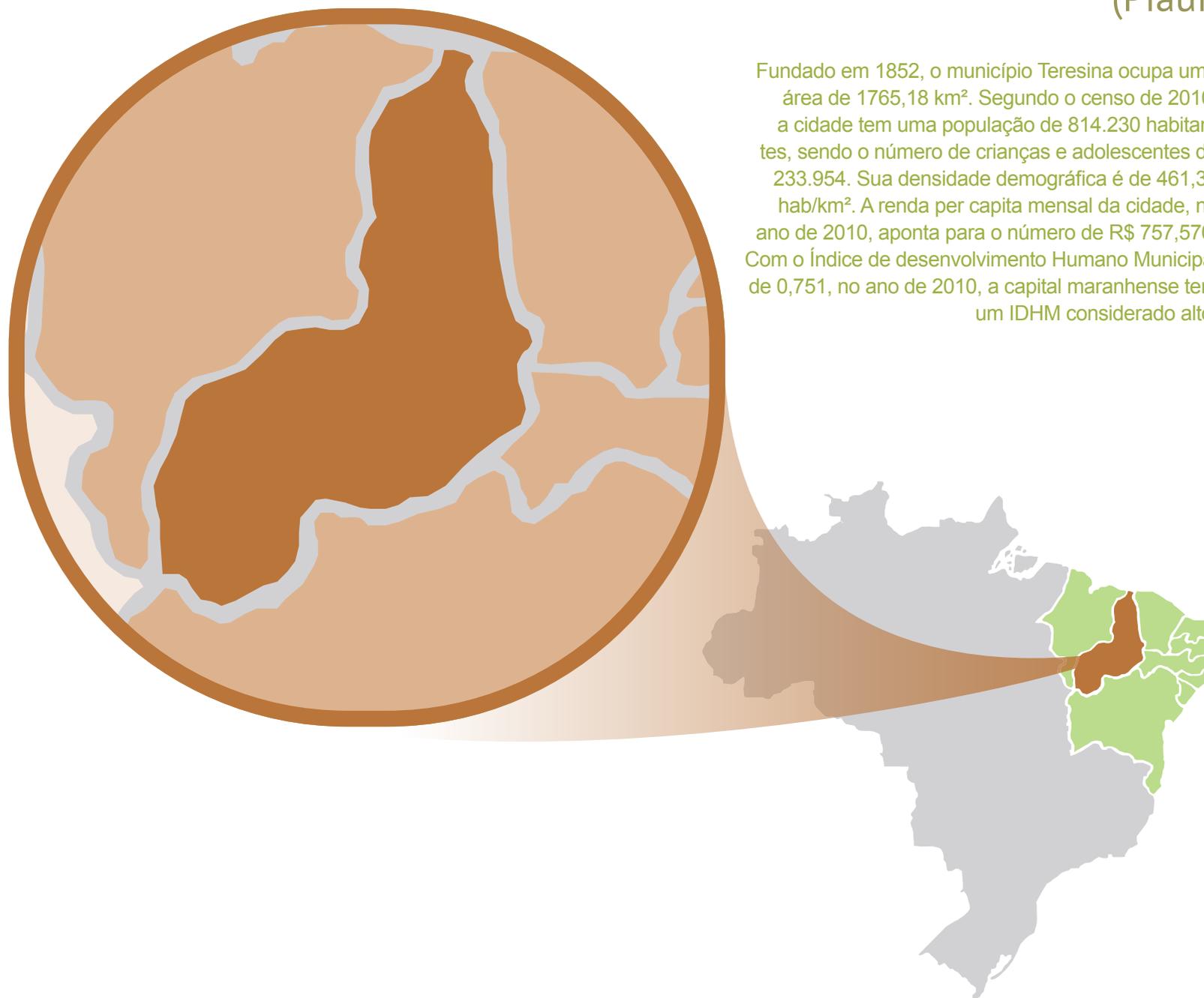
O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, na capital maranhense, aponta para uma sequência de declínios nos anos abaixo expostos. No ano de 1991, 12,68% das crianças, neste recorte etário, se encontravam fora das escolas. Uma queda pode ser verificada em 2000, quando se chega ao percentual de 3,75. Há uma nova diminuição no algarismo em 2010, com 2,18% das crianças fora da escola.

1991	2000	2010
12,68	3,75	2,18

# Teresina

(Piauí)

Fundado em 1852, o município Teresina ocupa uma área de 1765,18 km<sup>2</sup>. Segundo o censo de 2010, a cidade tem uma população de 814.230 habitantes, sendo o número de crianças e adolescentes de 233.954. Sua densidade demográfica é de 461,39 hab/km<sup>2</sup>. A renda per capita mensal da cidade, no ano de 2010, aponta para o número de R\$ 757,570. Com o Índice de desenvolvimento Humano Municipal de 0,751, no ano de 2010, a capital maranhense tem um IDHM considerado alto.





Comemorar os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente é lembrar da luta por sua efetivação. O movimento a favor dos direitos da criança e do adolescente no Piauí começou em Teresina, mais especificamente na década de 1980, com uma comissão chamada de Pró-meninos e meninas de rua, que atualmente é o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua. Posteriormente, esse movimento foi fortalecido através da igreja católica com a implantação da pastoral do menor, que fizeram um trabalho de identificação de adolescentes em alguns pontos de Teresina focos de exploração do trabalho infantil. E que naquele tempo não era considerado trabalho infantil, mas que de fato tinham muitos adolescentes que trabalhavam na produção de carvão (carvoeiras), pedreiras, salinas (Parnaíba), CEASA (Central de Abastecimento) como carregadores de caixas, e no centro da cidade como guardadores de carros.

Esses movimentos fizeram com que Teresina pudesse despertar para avançar na discussão para a proteção de crianças e adolescentes se preparando, através de educadores so-

ciais, recebendo capacitação e se articulando com as entidades sociais para que pudessem começar a fazer essa discussão em nível estadual. Foi a partir de então que surgiram vários movimentos.

Começou daí um trabalho mais eficiente para o atendimento a Criança e ao Adolescente com metas e objetivos. Os projetos foram idealizados visando o atendimento à infância abandonada. E, após a aprovação da Constituição Federal de 1988, ainda na década de 1990, começou uma mobilização estadual para implantação e implementação dos conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares.

Inicialmente foi criado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberador e controlador da política de atendimento a criança e ao adolescente, conforme preceitua o art. 249 da Constituição Estadual. Depois, uma equipe de técnicos da gestão de Estado, bem como, os conselheiros estaduais foram responsáveis em articular e mobilizar os governos e sociedades locais para que pudessem criar os conselhos

municipais dos direitos da criança e do adolescente. Desse processo, um total de 40 a 50 Conselhos foram implementados até o ano de 1994

Outra frente para se assegurar a proteção dos meninos e meninas foi a criação dos Conselhos Tutelares – 25 em 1998 e em 2005 com todos os conselhos municipais criados e 90% dos conselhos tutelares em estado de implantação. Essa mobilização foi executada pelo CADES – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social uma entidade da sociedade Civil com financiamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH em parceria com o CEDCA-PI.

Em 2010, nos 224 municípios do Piauí, havia conselhos tutelares e dos direitos criados e funcionando. Muitas entidades da sociedade civil deram grande contribuição para essa construção, dentre elas: a Pastoral do Menor, FAMEPI, SEPAC.

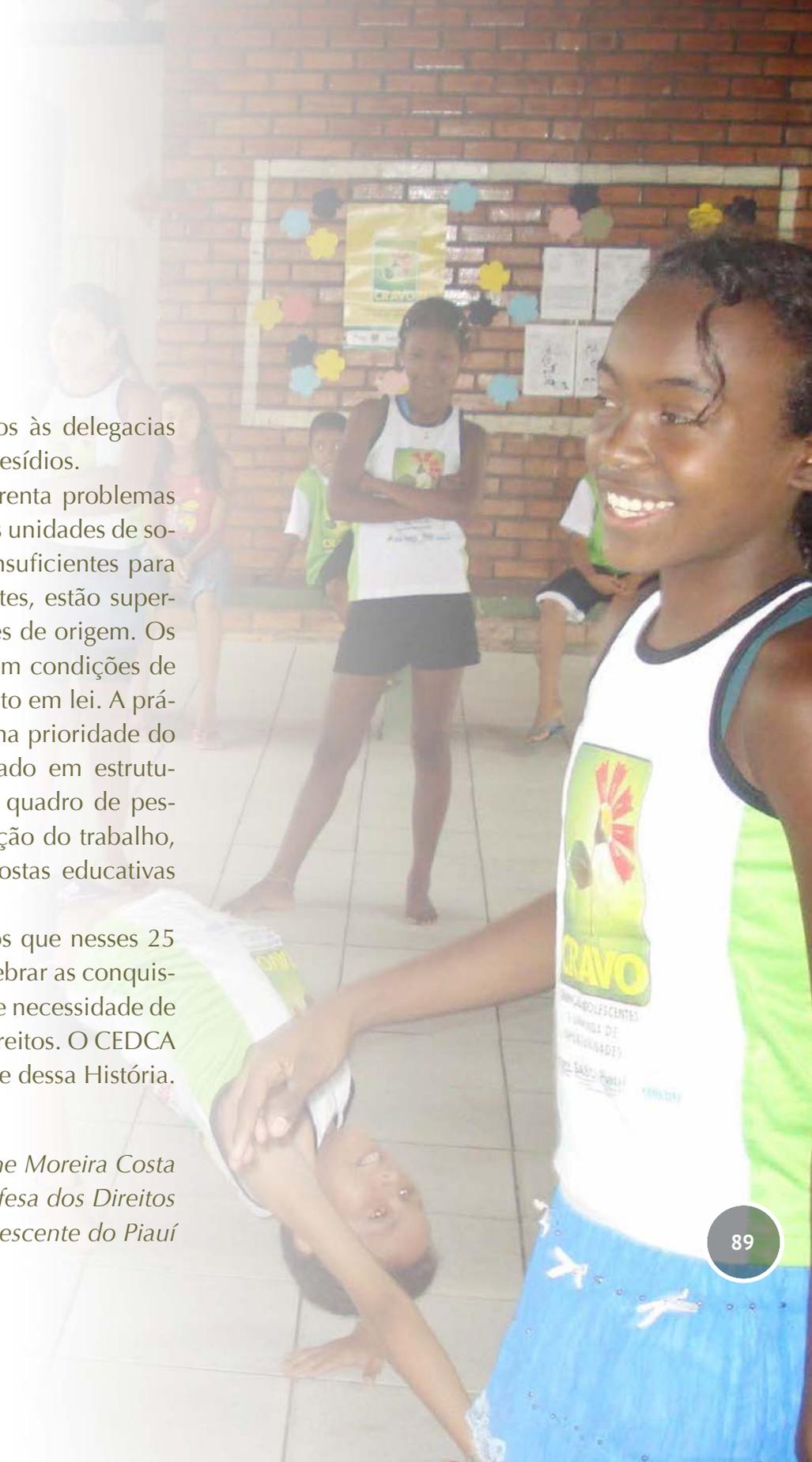
A trajetória de atendimento Socioeducativo no estado do Piauí, era profundamente degradante onde os adolescentes tinham o mesmo

tratamento de adultos, levados às delegacias comuns e posteriormente a presídios.

E, ainda hoje, o Piauí enfrenta problemas no Sistema Socioeducativo. As unidades de socioeducação existentes são insuficientes para o atendimento aos adolescentes, estão superlotados e distantes das cidades de origem. Os abrigos existentes não possuem condições de atendimento, conforme previsto em lei. A prática do atendimento não é uma prioridade do governo e vem sendo realizado em estruturas físicas inadequadas, com quadro de pessoal deficitário para a realização do trabalho, e, principalmente, com propostas educativas inadequadas.

Desse modo, consideramos que nesses 25 anos de História é preciso celebrar as conquistas, mas, também, há a urgente necessidade de lutar para se assegurar mais direitos. O CEDCA Piauí se orgulha em fazer parte dessa História.

*Horlene Moreira Costa  
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos  
da Criança e do Adolescente do Piauí*



"A trajetória para construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, aqui no Piauí, inicia na década de 1980. Através da Comissão de Voluntários Pró-Meninos e Meninas de Rua, tendo à frente a Sra. Aury Lessa e Cristina Franco, hoje conhecido como Movimento Nacional de Meninos de Meninas de Rua. O Movimento pelos direitos da criança e do adolescente ficou forte e organizado em Teresina a partir de 1985 com o surgimento da Pastoral do Menor, através da Ação Social Arquidiocesana – ASA. Nesse período eu tinha 14 anos e era um adolescente trabalhador, era um biscateiro. Eu trabalhava na CEASA/PI, carregando cesta de feira e vigiando carro. Lembro que entre 1985 e 1990, a situação estava crítica aqui em Teresina e em diversas cidades do Piauí, pois existia um número grande de trabalho infantil e as piores formas de trabalho. As crianças trabalhavam na produção de carvão, nas pedreiras, nas salinas e ainda tinha muita criança que trabalhava na roça. Lembro ainda, que em 1984 começou uma mobilização que questionava essa situação de violência, abandono, miséria e descuido. Essa realidade levou a Comissão de Voluntários Pró-Meninos e Meninas de Rua a formar um grupo de 12 adolescentes (explorados pelo trabalho infantil), e nós começamos a denunciar através do nosso testemunho a violência e o trabalho forçado. Hoje, depois de 25 anos, olho para trás e vejo que muita coisa mudou e que muitas atrocidades poderiam ter sido evitadas se houvesse naquele tempo garantia de direitos".

Ananias Cruz  
Educador Social - Teresina - PI

"E quando foi instalado o processo de escolha do conselho tutelar e estabelecido os requisitos, eu fui convidado pela federação, porque preenchia os requisitos para ser conselheiro tutelar. E perguntaram se eu topava o desafio. E ir para esse primeiro conselho tutelar. Eu topei o desafio. E já trabalhava com criança, porque minha mãe era diretora de escola e eu auxiliava. Além disso, a gente tinha uma associação de moradores no bairro e eu ajudava. Então, a gente trabalhava já com criança, e por essa questão a gente foi para o conselho tutelar (...) Na realidade, o conselho tutelar aqui no estado do Piauí estava no processo de ser descoberto. A sociedade não esperava muita coisa, porque a sociedade não conhecia o conselho tutelar. Não foi feita uma divulgação suficiente para que as pessoas pudessem estar cobrando o conselho tutelar, ou compreendessem quais as reais atribuições do conselho. Na verdade, uma coisa que aconteceu muito característica aqui na nossa capital em relação ao conselho tutelar, e que a sociedade começou a incorporar, é como se o conselho tutelar fosse o substituto do juiz de menores, tanto é, que a gente observava que as pessoas começaram a trazer os meninos e os filhos para tomarmos conta. Então, o conselho tutelar começou a ser visto como substituto do juiz de menores, embora, nós tentássemos explicar para as famílias que esse não era o papel do conselho tutelar. Mas foi esse o tom da coisa, foi o que ficou. E isso ainda hoje é muito latente aqui na capital".

Antonio José dos Santos Mendes  
Conselheiro do CEDCA/PI - Teresina-PI



“Em Teresina, na década de 1980, existia mais ou menos 40 (quarenta) crianças e adolescentes em situação de rua, vivendo nas praças ou em volta as igrejas católicas existentes na Praça da Liberdade (Igreja São Benedito) e Praça Saraiva. Esse trabalho feito junto com a Pastoral do Menor e o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua foi de grande importância, pois, serviu para acompanhar e identificar os meninos em situação de rua, bem como, procurar um abrigo para acolher esse público. Naquele tempo, essas crianças e adolescentes utilizavam cola de sapateiro como forma de se drogar. Muitos destes meninos faziam pequenos roubos e furtos para alimentar o vício, por esse motivo, muitos foram perseguidos e mortos tanto pela sociedade quanto pela polícia, ou em consequência das drogas. Já no início da década de 1990 tinha o Serse - Serviço Social do Estado, começou a criar instituições como abrigo, a serviço do bem-estar do menor, onde adolescentes que trabalhavam ou viviam em situação de exploração sexual começaram a ser atendidos. Os atendimentos e as discussões começaram a ganhar cunho político e alguns serviços passaram a ser inseridos dentro da política do próprio estado com destinação de recursos. Não podemos deixar de registrar que a luta continua. A luta por mais conselhos tutelares em Teresina. A violência é muito presente nas margens do Rio Parnaíba... As crianças e os adolescentes continuam expostas as mais diferentes violências. Não podemos deixar de lembrar que o trabalho infantil é um problema histórico que acontece em Teresina e nas estradas do Piauí - nas BR 316 e BR 343 - que são espaços de exploração sexual, da comercialização de drogas ilícitas. Nesses 25 anos de história, a luta permanece viva”.

*Horlene Moreira Costa*

*Diretora Executiva do CEDCA/PI - Teresina - PI*

### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)  
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), leva em consideração as taxas de renda, longevidade e educação.

O município de Teresina, no ano de 2010, aponta o número de 0,759, localizando a cidade na faixa alta no IDHM (IDHM entre 0,700 e 0,799). A área que mais cooperou para o IDHM da capital piauiense foi a Longevidade, com índice de 0,820, logo após vem Renda, com índice de 0,731, e o de Educação, com 0,707. No ano de 1991, o IDHM chegava a 0,509. Em 2000, um aumento é verificado, chegando-se a 0,620. O número volta a crescer novamente em 2010, com 0,751.

1991	2000	2010
0,509	0,620	0,751

### POPULAÇÃO ENTRE 0 E 17 ANOS (IBGE)

No que se refere a população de crianças e adolescentes, a capital piauiense apresenta, em 1991, o número de 270.453 habitantes neste recorte etário. No ano 2000, um decréscimo pode ser percebido, chegando a 270.061 habitantes entre 0 e 17. Em 2010 outra queda é observada, alcançando o número de 233.954.

1991	2000	2010
270.453	270.061	233.954

### MORTALIDADE INFANTIL ATÉ UM ANO DE IDADE

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A mortalidade infantil em crianças de até um ano na capital piauiense, no ano de 1991, era de 38,73% por mil nascidos vivos. Em 2000, reduz-se a taxa para 32,67. No ano de 2010 a redução da mortalidade, na referida faixa etária, cai para 16,13%.

1991	2000	2010
38,73	32,67	16,13

### PROPORÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DESNUTRIDAS (Portal ODM)

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, em Teresina, tendo em vista o levantamento dos anos de 1991, 2000 e 2010, apresentam um decréscimo. Em 2000, o percentual apontava para 12,1%. O número sofre uma queda no ano de 2006. Onde passa de 12%, do levantamento anterior, para 3,6%. Em 2013 um novo declínio pode ser verificado, chegando ao percentual de 1,1.

2000	2006	2013
12,1	3,6	1,1

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS MENORES DE UM ANO DE IDADE COM VACINAÇÃO EM DIA.**

( Portal ODM )

Em relação ao percentual de crianças menores de um ano de idade com vacinação em dia, a cidade de Teresina apresenta uma sequência de aumento neste índice nos anos abaixo expostos. No ano 2000, o número apontava para 83,2%, crescendo o atendimento em 2006 para 93,7%. Uma nova ampliação no percentual pode ser verificada em 2013, quando se chega 95,9%.

2000	2006	2013
83,2	93,7	95,9

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 0 A 5 FORA DA ESCOLA**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

A cidade de Teresina, em relação ao número de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, apresenta um decréscimo ao comparamos os anos de 2000 e 2010. No primeiro, o percentual é de 63,06, no segundo, de 49%.

\*Dados indisponíveis

1991	2000	2010
*	63,06	49

**PERCENTUAL DE MULHERES DE 10 A 17 ANOS QUE TIVERAM FILHOS**

(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

No que se refere ao número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, Teresina apresenta um aumento do ano de 1991, quando a taxa era de 1,69%, para o ano 2000, quando se chega a 3,15%. Já em 2010, a cidade indica uma queda em relação a aferição anterior, chegando ao algarismo de 2,48%.

1991	2000	2010
1,69	3,15	2,48

**PERCENTUAL DE CRIANÇAS DE 6 A 14 FORA DA ESCOLA**  
(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

O percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, no município de Teresina, aponta para uma sequência de quedas nos anos abaixo apresentados. Em 1991, 17,22% das crianças, neste recorte etário, se encontravam afastadas das escolas. Um declínio pode ser verificado em 2000, chegando ao número de 4,35%. Em 2010 há uma nova diminuição no percentual, com 2,18% das crianças fora da escola.

1991	2000	2010
17,22	4,35	2,18

# O que pensam as Crianças e Adolescentes?

Olhares sobre a Família,  
Comunidade e Escola





minha Uida  
minha Família Amm

Rosana, 12/03/2015

# Família, famílias... O lugar onde mora o amor

Pai e mãe... Mãe e mãe... Pai e pai... Pai, mãe, vovô e irmão... Família. Famílias. Para as crianças e adolescentes que participaram do Projeto 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Nordeste, o conceito de família vai para além dos laços consanguíneos. O conceito de família, para eles e elas, está intimamente relacionado às diferentes formas de viver e conviver em grupo, no mesmo espaço físico e social.

Os desenhos produzidos por meninos e meninas descortinam as diferentes possibilidades de arranjos familiares. Seja de mãos dadas ou formando cirandas, as famílias são representadas a partir das pessoas. Pessoas que aparecem em diferentes cenários. Nos jardins floridos ou reunidos em frente de uma casa. Para alguns, famílias possíveis. Para outros, famílias sonhadas.

Mas, o que é família? O conceito de família vem se construindo e reconstruindo ao longo dos tempos e espaços. De acordo com o historiador Philippe Ariès, na modernidade, “a família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os cor-

pos e as almas” (ARIES, 2006, p.194).

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, não há um conceito fechado, haja vista que não há um modelo de família, mas possibilidades de pessoas se relacionarem e conviverem. Seja natural ou substituta (constituída a partir da guarda, tutela ou adoção), o Estatuto afirma que a convivência familiar é um direito fundamental, que deve ser respeitado. De acordo com o Artigo 19: “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. De acordo com *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária*:

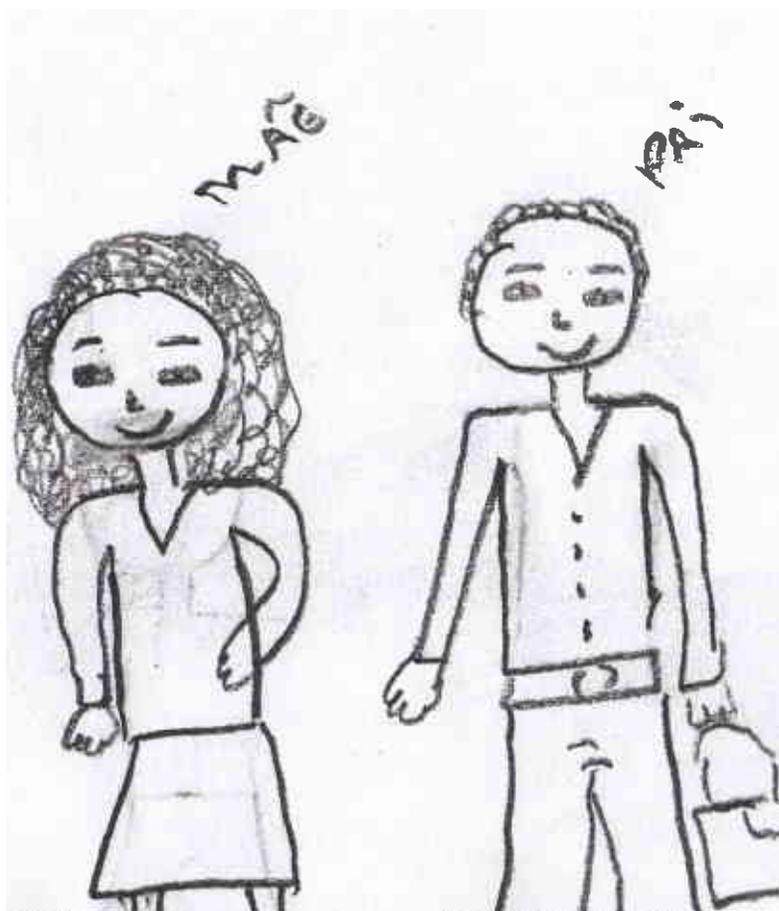
A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família, enquanto estrutura vital, lugar essencial à humanização e à socialização da criança e do adolescente, espaço ideal e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Para os nossos meninos e meninas lembrar-se de suas famílias nem sempre é uma tarefa fácil. Os

Viviane Patricia de Sousa, 12/03/2015



Elisandra dos Santos Gomes, 12/03/2015



desenhos produzidos por essas crianças e adolescentes também retratam cenários de abandono, de violência e de saudade. São desenhos que retratam presenças e ausências. Convivências marcadas também por práticas de maus-tratos, de abuso e de outras formas de violação de direitos humanos.

Os textos produzidos por algumas crianças ou adolescentes em situação de abandono ou que cumprem medidas socioeducativa em meio fechado, registram sentimento de esperança de recompor os laços familiares. São meninos e meninas que sonham com a possibilidade de integrar a uma família ou, no futuro, construir uma nova família. O registro da tristeza vem sempre acompanhado com a esperança.

As relações de afeto são pintadas de cores fortes. Para nossas crianças e adolescentes, as relações familiares devem ser marcadas pelo carinho, atenção, respeito... Ao reproduzirem no papel em branco as suas famílias, o coração recorrentemente estava presente nos desenhos. Para nossos meninos e meni-

nas, o coração simboliza o afeto, sentimento que teve permear as relações entre as pessoas que fazem parte da mesma família.

Família pode ser considerada uma instituição social, um encontro de gerações, uma comunidade, um lugar onde as pessoas doam e recebem. Seja família natural, seja família extensa ou família substituta, não importa. O que importa para os nossos meninos e meninas que participaram da pesquisa 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Nordeste, família é o lugar residem as pessoas que se amam, onde mora o amor.

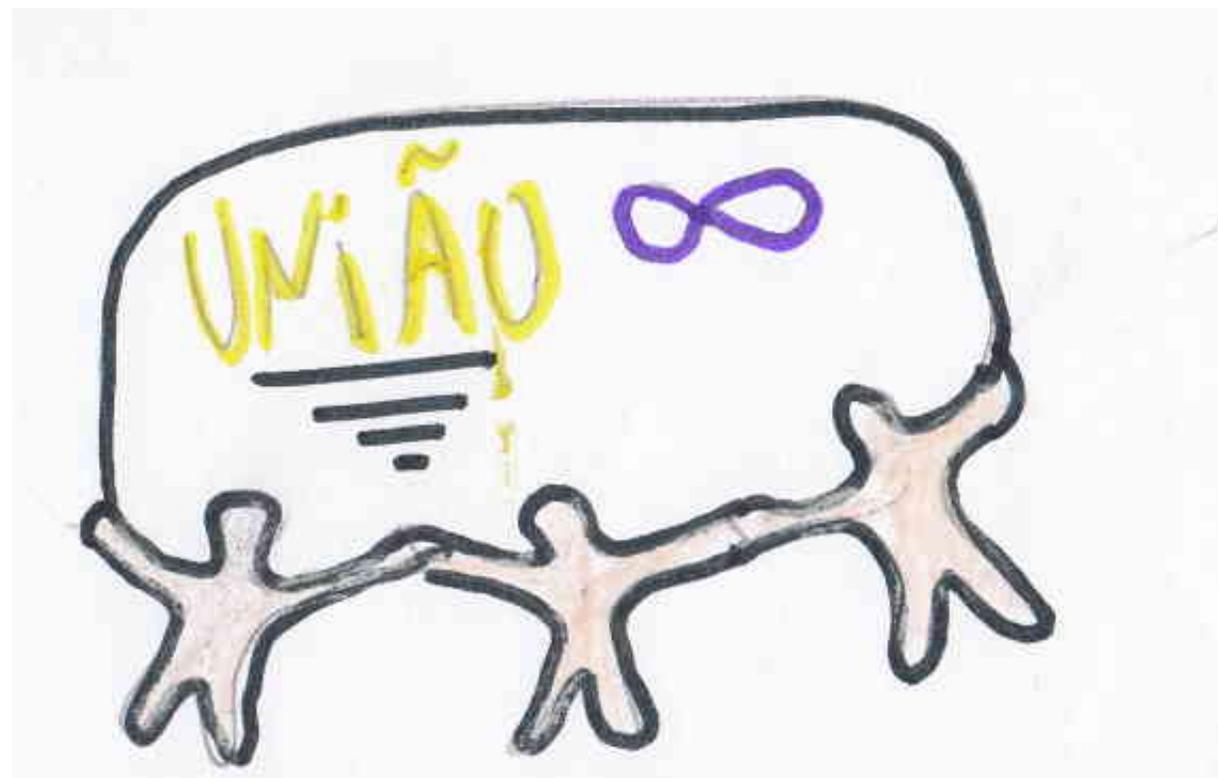
### Referências

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

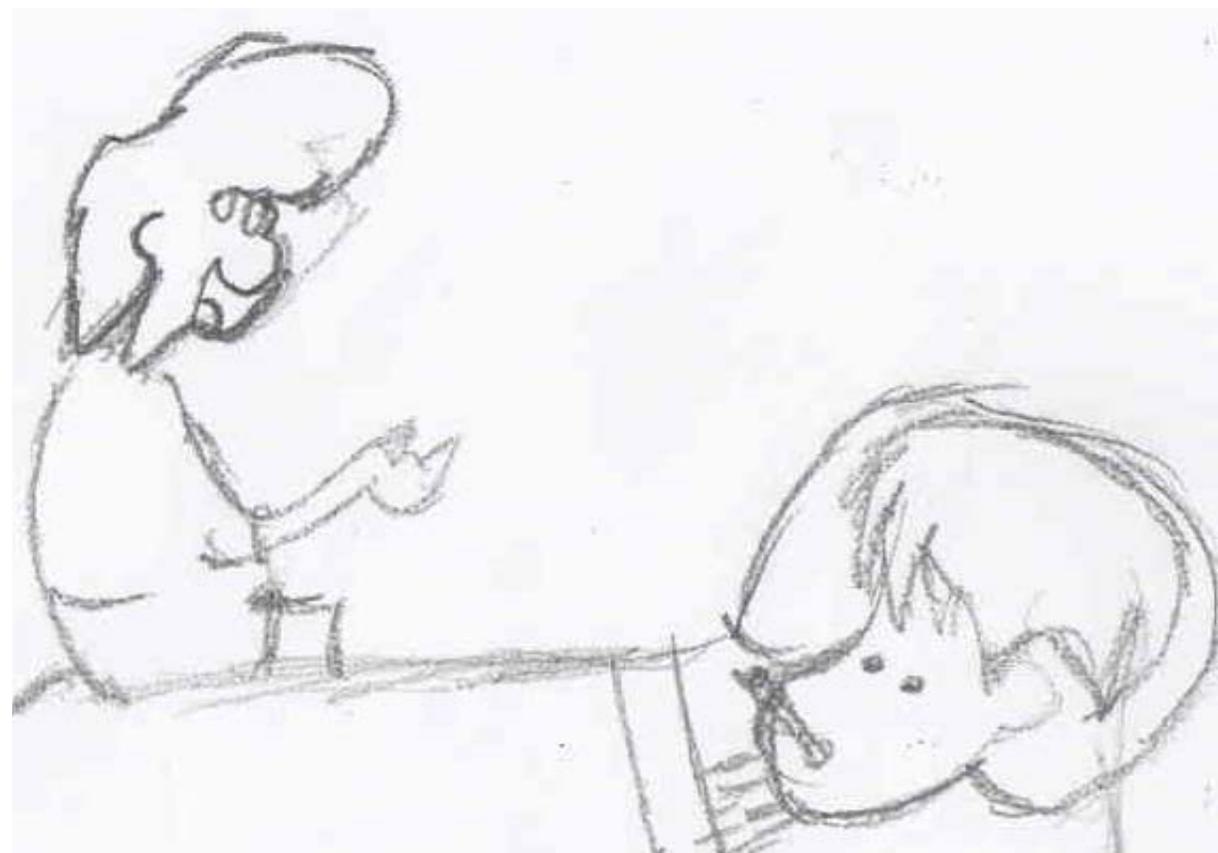
BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. **Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006.

Matheus Garcia Carvalho de Jesus, 25/05/2015



Eliseu Trindade dos Santos, 27/04/2015



# Comunidade...

É dever [...] **da comunidade** [...] assegurar, com absoluta prioridade,

a efetivação dos direitos [*da criança e do adolescente*].

ECA, art. 4º – *grifos nosso.*



**Comumente encontramos uma variedade de sentidos para o substantivo comunidade, que pode** definir desde as relações globalizantes às relações familiares, além de definir as sociedades localizadas nas áreas mais ínfimas do continente, ou designar as favelas brasileiras – pós urbanização.

Mas, o termo também é usado para denominar várias formas de associação, em que as pessoas se ligam umas às outras por laços de simpatia, crença ou ideologia – como é o caso das fraternidades religiosas, dos grupos punk, etc.

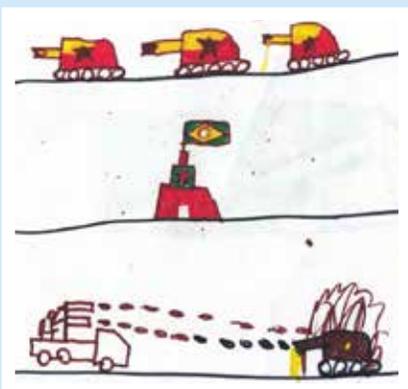
Nesse sentido, qualquer grupo humano pode constituir uma comunidade e elas podem variar em tamanho e organização, podendo ser uma aldeia ou uma grande cidade. Em comum, elas apresentam-se como o habitat do sujeito humano, vocacionada à potencializar o seu desenvolvimento.

A partir dos verbetes dos dicionários é possível definirmos comunidade como um grupo humano, de tamanho variável, integrado por pessoas que ocupam um território geograficamente definido e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica. Essa definição aproxima-se do que o Estatuto da Criança e do Adolescente idealiza.

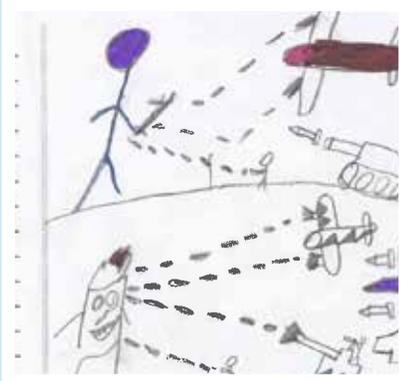
No caso do Estatuto entende-se por comunidade

o grupo em que a criança está presente, isto é, o local onde a criança e o adolescente pode exercer seu protagonismo e onde localiza-se àqueles que tem o dever de exercer o cuidado, ao passo que o educa (em todos os sentidos) para viver em/na sociedade. É o lugar do acolhimento de sua condição de pessoa em desenvolvimento. Por isso, assume a tarefa de corresponder ao que emana da Lei.

Mas, num contexto em que se intensificam as ocupações das periferias urbanas e o lugar comum deu lugar a multidiversidade cultural, e o avanço da ultramodernidade imprimiu uma característica individualizante dos sujeitos, como se situam as crianças e os adolescentes neste cenário? Além disso, a percepção da cidadania através da individualidade enfrenta a proposta de uma perspectiva coletiva apoiada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. E, nesse passo, observa-se uma relação estanque, fragmentada, caracterizada pela culpabilização pelos insucessos dos sujeitos nos vieses do desenvolvimento pessoal e/ou dos coletivos. Diríamos que estamos vivendo uma crise generalizada, onde o descuido, o descaso e o abandono são seus sintomas mais dolorosos da sociedade atual. As pessoas atualmente estão muito sozinhas, egoístas, medrosas e o que é pior, enterrando seus sonhos.



Felix



João Vitor

A proposta de comunidade impetrada pelo ECA, porém, é a promessa do deslocamento das relações sociais e políticas do âmbito privado e egóico, cuja novidade de conteúdo político aponta para possibilidade da comunidade assumir uma prática efetivamente Educadora e corresponsável pela promoção dos princípios do Estado brasileiro: a democracia, a participação direta dos seus cidadãos e os Direitos Humanos.

É, por assim dizer, o lugar do cuidado. E, este é mais do que um ato singular ou uma virtude ao lado das outras. É um modo de ser, isto é, a forma como a pessoa humana se estrutura e se realiza no mundo com os outros. Melhor ainda: é um modo de ser-no-mundo que funda as relações que se estabelecem com todas as coisas.

Daí, numa visão utópica (mas não ingênua) o ECA nos impele a participar dos destinos da vida das crianças e dos adolescentes da vizinhança, e da vizinhança vizinha – já que num mundo globalizado, as aproximações geográficas se superam com

um clic. Mas, como os adolescentes e as crianças estão sentindo (e construindo), em suas vidas, a relação com a comunidade?

Esta pesquisa, que nos convidou a ouvir crianças e adolescentes nas nove capitais do Nordeste brasileiro, rendeu algumas respostas interessantes. Vale destacar, que cada pesquisado traz uma história de um lugar próprio, e sua visão de comunidade é forjada pelos intermeio dos conflitos e dos cuidados inerentes a cada lugar. Além disso, ainda sofre forte influência dos conceitos construídos na família, da mídia e dos poderes locais. É como olhar a comunidade, fazendo uso de um binóculo: enxergamos muito de perto determinadas questões, mas nos distanciamos do todo.

Assim, sob o binóculo dos sujeitos entrevistados, é possível encontrar pistas sobre o comprometimento da comunidade na arte de educar, proteger e cuidar dos adolescentes, como ensina Daniel Marlon, 14 anos, de Fortaleza: “a comunidade é como uma es-

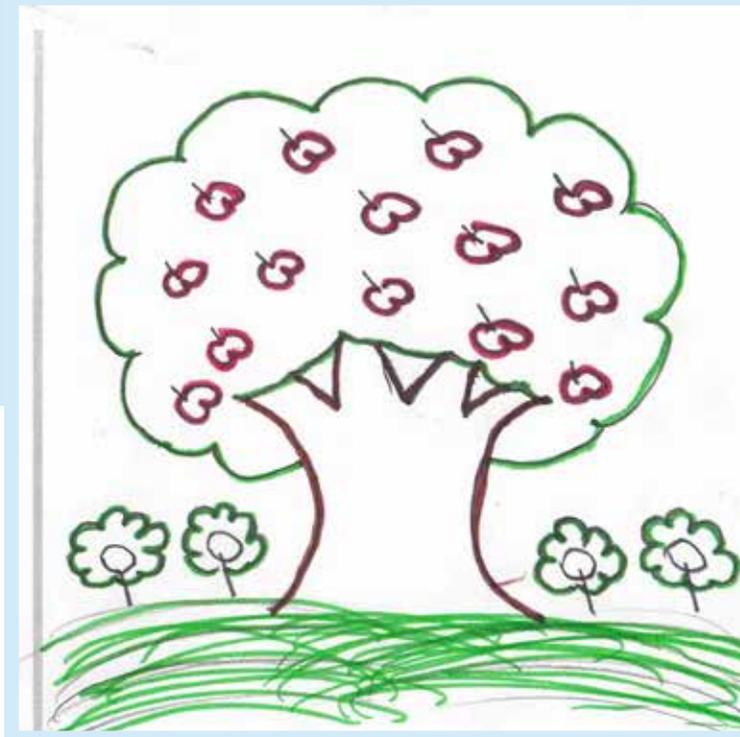
cola, que invés de ensinar matérias – como matemática ou geografia, ensina a ter respeito e união.” **É, também, o lugar propício para o desenvolvimento das brincadeiras e da sociabilidade** com os pares, como disse Laisnanda de Sousa, de São Luís: “adorava brincar, correr e me divertir, tinha amigas e adorava ficar o dia todo na rua”.

E, se de um lado “a violência retira muitas vidas inocentes” (Gabriel Assunção, 17 anos, Fortaleza) no lugar comum, de outro, alimenta o sonho e a esperança de virar o jogo, a partir da intervenção protagonizada por si: “eu também tenho um sonho de montar uma ONG e ajudar as pessoas que precisam” (Jorge Oliveira, 14 anos, Aracaju).

Por fim, como explica Gabriel dos Santos Silva, 13 anos, de Recife, por meio de um conjunto de desenhos por ele produzido, a comunidade é o habitat comum que, se de um lado, se revela integrada e harmônica, por outro contraditória e conflituosa. Dessa forma, no dizer de Santos Silva **“é o lugar em que todos somos um!”**



José Ricardo S. Galvão



Ygor M. Ferreira

# Escola, o lugar de TODOS

Escola é  
... o lugar que se faz amigos.  
Não se trata só de prédios, salas, quadros,  
Programas, horários, conceitos...  
Escola é sobretudo, gente  
Gente que trabalha, que estuda  
Que alegra, se conhece, se estima.  
(Poema: A Escola é - Paulo Freire)

Escola é lugar de encontros. Encontro de sujeitos, de histórias, de ideias, de saberes, de sonhos. Lugar da construção, forjada a partir de desconstruções contínuas e necessárias. A individualidade ganha cor, outras vozes, que nos apontam o que não nos serve mais, mas não determinam o que devemos ser; pois, esta é conquista individual e intransferível. O sujeito eu, em face do outro, num processo simbiótico de construção de identidades. É um lócus de legitimação do processo educativo; no qual, família, Estado e sociedade deverão unir-se neste propósito, conforme determina a Constituição Federal Brasileira no seu artigo 205 (BRASIL 1988).

A escola é, portanto, o lugar de todos nós. Dos que ensinam e aprendem, lugar de gentes, dos múltiplos encontros e possibilidades. Da interação entre culturas, do convívio com as artes, do exercício do

desporto e do lazer. Esta é a escola que queremos e que devemos ter. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao tratar do direito à educação, o associa ao direito à cultura, ao esporte e ao lazer; visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990). Nesses termos, o processo educativo exige vislumbrar o sujeito na sua totalidade, atuando sobre os diversos aspectos que cercam a vida humana. Para o educador baiano Anísio Teixeira: “Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra”.

A importância da escola para a vida se faz presente nos discursos das nossas crianças e adolescentes. O conceito de escola como “algo indispensável à vida”; como “fundamental para as pessoas”; como alicerce para um futuro melhor; como exten-



Mateus

são do lar ou da família; lugar do convívio, diálogo, da amizade são recorrentes nas falas destes sujeitos. Para a adolescente piauiense Camila Correia: “A escola é vida, algo fantástico, mágico, onde os conhecimentos não têm limites, os conhecimentos são incomensuráveis”.

Nas expressões das nossas crianças e adolescentes fica evidente que estes têm a clareza de que não estão na escola, mas, que eles são a escola. O estudante baiano Leonardo Santos vai além. Compreende a escola como direito, sinaliza a necessidade de acesso e permanência para todos e coloca o ECA como instrumento importante para esta conquista: “Escola pra mim é tudo. É onde aprendemos nossas primeiras letras, até onde saímos para nos profissionalizar. Escola é algo indispensável na vida de alguém. Me deixa triste saber que nem todos po-

dem ter educação, ter uma escola. Mas fico muito contente, assim como todos, que o ECA está priorizando isso, buscando que crianças e adolescentes tenham por direito o que, infelizmente, nem todo mundo tem acesso”.

Nossos jovens cidadãos demonstram saberem bem o que desejam na escola, e, principalmente, a escola que desejam. Ao longo das suas falas, sinalizam suas falhas, apontam o seu desinteresse, as violências que praticam e sofrem, a necessidade de reestabelecer o diálogo e reestruturar as relações interpessoais. Mas, também, reivindicam uma escola melhor. Uma escola com professores mais qualificados, com estrutura física que atenda às necessidades de todos e, que possibilite aprendizagens de forma a prepara-los para a vida. Nesta escola ideal, a prática esportiva é uma prioridade e conta com a

infraestrutura necessária. Segundo eles, é com esta conjuntura que se constrói uma educação de qualidade. A estudante maranhense Maria José Meireles alerta que “está faltando pessoas comprometidas com nossas crianças e adolescentes”. Segundo ela: “precisamos de uma escola de qualidade. (...) professores capacitados e gestores compromissados com a causa da infância e juventude do nosso país”.

Eles se enxergam como sujeitos de direitos e estão cientes das suas obrigações. Não querem uma escola pensada para eles, mas ajudar a construir a escola que desejam. O protagonismo juvenil se faz presente em suas expressões. Gleice Beatriz, estudante maranhense, questiona o direito à participação pela via do grêmio estudantil, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996): “E o grêmio estudantil que às vezes não funciona, será que é preciso mudar essa situação correndo atrás dos nossos direitos como crianças e adolescentes? ”. A participação é fundamental para eles. É um instrumento pelo qual exercem sua cidadania e tornam-se protagonistas das suas conquistas. Para a estudante paraibana, Welma Vitória, a participação na escola é um direito que precisa ser conquistado, conquista que requer um empenho coletivo: “A escola é um lugar de segurança, é um lugar que você expressa

suas opiniões; mas, nem todas as escolas dão esse direito; mas, se todos trabalharem juntos podemos mudar”. Abertura ao diálogo e a valorização da participação estudantil nas decisões escolares são apresentadas como pilares necessários para se construir uma escola mais cidadã e qualificada.

Isto nos reporta ao pensamento de Anísio Teixeira, quando coloca a educação como “base, fundamento, condição” necessária para se fundar uma sociedade democrática. A escola tem por objetivo formar o sujeito para viver de forma democrática, devendo mostrar-lhes suas limitações, a necessidade e importância do outro, da ação coletiva para superarmos as fragilidades individuais e tecermos conquistas mais perenes. “Cada um dependendo de todos e todos dependendo de cada um” (TEIXEIRA, 1994). Nesses termos, a educação é vista como instrumento a serviço da democratização, capaz de formar sujeitos participantes, que por meio do diálogo e da ação coletiva poderão intervir no mundo e modifica-lo. Sobre este aspecto, o educador pernambucano, Paulo Freire, acrescenta: “que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos” (1991, p. 126).

Pensar a escola, requer, vislumbrar os processos educativos que nela se desenvolvem e o projeto de

sociedade que estão imbricados. Tarefa que nossos meninos e meninas desempenharam brilhantemente ao tecerem suas concepções de escola. Uma escola constituída por pessoas, pelas suas histórias, suas práticas, seus conflitos, suas crenças e seus sonhos. Sonhos que exigiriam inúmeras edições para serem descortinados. Traduzindo as falas dos nossos meninos e meninas, podemos afirmar que, não temos, ainda, a escola que sonhamos; mas, temos uma escola que nos faz sonhar. E que temos, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente como um grande aliado para alcançarmos esta e outras conquistas.

#### Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 janeiro de 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. São Paulo: Cortez; 1991.

TEIXEIRA; Anísio. Educação não é privilégio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.



# ESTATUTO VIVO

2  
REAIS

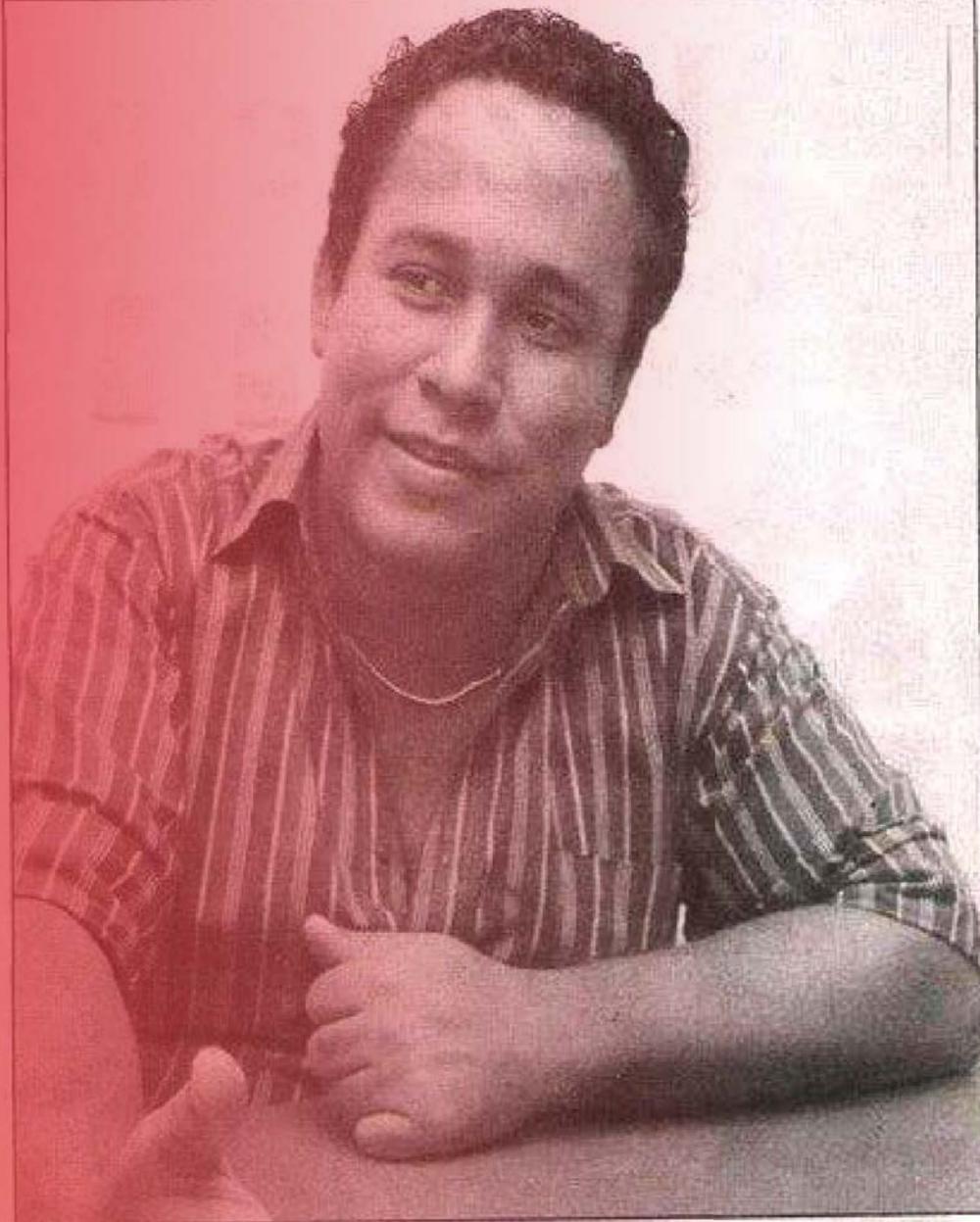
O JORNAL

ALAGOAS

Maceió, domingo, 13 de julho de 2008 | Ano XIV | Nº 240 | www.ojornal-al.com.br

Estatuto vivo.  
Que muda a vida, que reconstrói  
trajetórias, que faz nascer outros  
caminhos...  
Novos mundos são criados.  
Novas expectativas são elaboradas.

Os fragmentos registrados a seguir traduzem a História de meninos e meninas que vivenciaram as mais diferentes situações de vulnerabilidade ou que conheceram o Estatuto a partir de momentos luta para sua consolidação. Crianças e adolescentes que conheceram o perigo das ruas, as ameaças da exploração do trabalho infantil, entre outras violações de direitos. Hoje, são educadores sociais, operadores da Lei, militantes dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto vivo.



*Atila Vieira, do Projeto Êre, acompanha crianças em situação de risco*

# ECA faz 18 anos, mas é pouco utilizado

Alvos dos benefícios previstos no Estatuto, crianças e adolescentes, em sua maioria, desconhecem seus direitos

**“Eu acho que no percurso desses meninos e meninas, conversando e aprofundando um pouco a situação com eles, você percebe que eles falam de um mundo que não é necessariamente um mundo do direito e sim um mundo que eles e elas organizaram no universo”**

Manoel Onofre de Souza Neto  
Promotor de Justiça - Natal - RN

**O** recado que eu deixo é o seguinte: só faça o que você tiver paixão, só faça o que você, de fato, se interessa, porque quando você faz uma coisa que você não tem interesse, não tem envolvimento, você não faz. E, nessa área de direitos humanos, deve atuar com crianças e adolescentes só quem tem paixão por essa área, porque a criança é algo que você está criando, vendo crescer e você tem uma responsabilidade enorme por aquela criança, responsabilidade de apoiar, responsabilidade de manter, educar e, se você não se apaixona por ela, você não faz o certo.

Telma Souza Santana  
Escola de Conselhos de Sergipe - Aracajú – SE

**V**ocê dando visibilidade para o adolescente, eu tive essa facilidade na minha vida e acredito muito nisso, eu acredito que a gente fazendo deles protagonistas e multiplicadores é a primeira ideia que a gente tem. Quando você dá para um menino desses o conhecimento do que ele tem de direito a ideia que você passa para ele de que não é como as pessoas falam para ele que é, ter o adolescente (...) Espero do estatuto hoje é conseguir fazer com que o adolescente tem clareza do estatuto por que ele tendo conhecimento ele é o primeiro a ir, é aquela que coisa de se você capacita um adolescente não tem quem faça você voltar atrás.

Raíssa Estela Nunes  
Conselheira CECA/CE - Fortaleza – CE

**A**cho que o Estatuto me oportunizou em um bocado de coisas. Acredito, que dentro do espaço da Pastoral, ele adentrou-se e me apresentou como funcionava, o que eu poderia acessar, apesar de alguns serviços terem qualidade questionáveis, ele me garante, entre outras coisas, saúde, educação (...) No sistema específico de garantia de direitos da criança e do adolescente nós temos muitas lacunas e, às vezes, a gente se esquivava quando a responsabilidade chega até nós. Isso eu falo desde a comunidade, a base que está fazendo o trabalho com o menino, até o judiciário. Eu acho que a gente deixa muito a desejar, acho que quando a responsabilidade chega até nós, a gente passa logo por que achamos que é muito peso. Então, temos de fortalecer isso para avançarmos mais, assim, os próprios atores do sistema de garantia de direitos precisam assumir mais os seus papéis. Eu falo isso principalmente diante das inquietações em que me via quando eu era criança e adolescente... porque nós temos nossas referências e quando eu fui para o outro lado da moeda eu me decepcionei com muitas pessoas em virtude de muitos discursos não estarem coerentes com a prática, então, a gente tem que viver em sintonia.

*Andressa Ribeiro Gomes  
Educadora Social - João Pessoa - PB*

**E**u ainda ressalto que 25 anos com o Estatuto houve uma mudança ideológica, mudança de paradigma e acho que é de se comemorar quando a gente parou de pensar que o problema é do indivíduo e começou a culpar a sociedade até por que não se constitui indivíduo sem sociedade e aí a uma grande discussão sobre essa questão. Eu acho que essa mudança é uma visão mais humanista até, porque o código de menores era sempre na linha de punir e é o que a mídia e a grande massa desejavam, então quando a gente para de punir e tentamos compreender e ajudar aí eu acho que isso é de se comemorar, acho que esse é o grande avanço que o Estatuto traz, mas não só o Estatuto por que a Constituição vem antes e acho que isso é o que se comemora no Brasil enquanto legislação.

*Reinaldo dos Santos Mendes da Silva  
Educador Social - João Pessoa - PB*

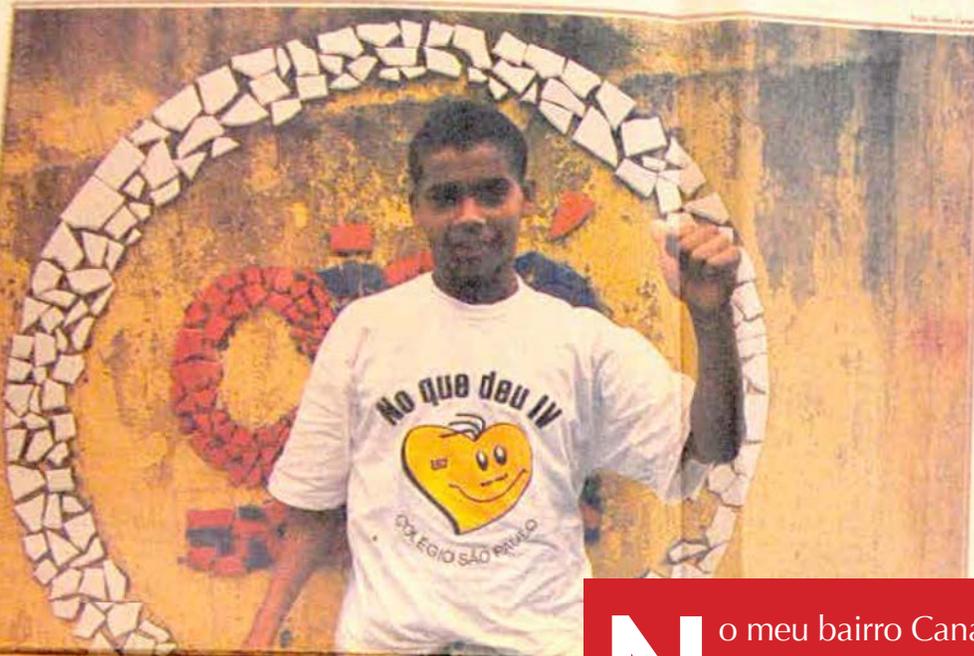
**A** partir dos movimentos populares, dos movimentos sociais e da implantação do estatuto da criança e do adolescente e sua execução, isso mudou. Hoje a grande sociedade tem outra linguagem, menino pode demais, menino tem direito demais, deram liberdade demais a esses meninos, essa é a linguagem agora, isso por que eu acredito que o estatuto ainda é mal interpretado e mal compreendido por uma grande parcela da sociedade. Eu consigo ver vários avanços, a escola saiu de um ambiente fechado, arcaico, de prender o aluno na cadeira e chega o professor e impõe respeito, hoje eu consigo ver diferente. Hoje a escola teve que se abrir, teve que mudar sua forma de fazer, o estado também que era punitivo, que corria atrás para prender, aniquilar e matar, hoje teve que abrir o sistema socioeducativo, as unidades de internação, ele tem que apoiar as oficinas pedagógicas, tem que ser parceiro das instituições e dos centros de defesa para realizar o serviço, embora ainda seja difícil a relação com o estado e eles ainda queiram voltar atrás.

Marcone Correia de Lima  
Educador Social - Maceió - AL

**O** que muda é que a gente agora com 25 anos tem de fiscalizar toda essa política pública, porque o movimento fez toda essa organização de estudar, construir essa política junto com todos que está dentro da garantia dos direitos e agora é o movimento e toda a sociedade fiscalizar se isso está dando certo ou não para que a gente possa de fato estar cobrando. Então, nesses 25 anos é o movimento e todos os fóruns dentro da garantia dos direitos da criança e do adolescente a gente tem que estar cada vez mais se capacitando, se formando e fiscalizando para sair de fato dessa cartilha, desse estatuto e ser real.

Antônio José da Silva (*Tonho das Olinda*)  
Educador Social - Recife - PE

# Lideranças cidadãs



Gen. Moura

Liderança. Este é o tema do relatório da Unicef Situação Mundial da Infância - 2002. Além de fazer um balanço sobre a realidade de meninos e meninas, o documento destaca personalidades como o garoto Farid Dudahry, de apenas 11 anos, que colheu mais de mil assinaturas em sua luta na Rede de Paz Criança-por-Criança, no distrito de Azeitão. Com a iniciativa, o Unicef reconhece e dá visibilidade à atuação de pessoas que ajudaram a mudar para melhor a vida de suas crianças.

Nessa lista, o Brasil está muito bem representado. Dos 30 nomes destacados, três atuam no País: Odele Grajew, fundador e diretor presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e criador da Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), é um deles. Com seu trabalho, ele conseguiu despertar as instituições privadas para o investimento na área social. Hoje, a Fundação Abrinq congrega cerca de duas mil empresas e beneficia mais de um milhão de crianças no Brasil.

A luta do padre João Lancellotti em defesa dos interesses de meninos e meninas também foi reconhecida. Uma das maiores reivindicações de Lancellotti é a reforma das instituições que abrigam jovens em conflito com a lei, as antigas Febens. Principalmente as problemáticas unidades paulistas, foco da ação do religioso.

Outro destaque nacional é a jornalista Airmar de Barros, coordenadora executiva do Instituto Akatu e presidente do Conselho de Socio da Agência de Notícias dos Direitos da Infância - Anidi. Para Airmar, sua indicação é o reconhecimento ao trabalho da Anidi, instituição que criou e dirigiu entre 1992 e 1995. A Anidi é uma organização não-governamental cuja missão é cooperar para a construção de uma cultura, nos meios de comunicação, que priorize os direitos da criança.



## Esperança jovem

No que depender de Emanuel Sobrinho, de Tavares, Anderson Silva, e Tatiane Sacramento, a continuação da luta em defesa dos direitos da criança está garantida em Salvador. Eles foram indicados pelo Unicef como algumas principais lideranças jovens da Bahia.

Ainda garotos, eles arregalaram as mangueiras transformando a vida de outros jovens em comunidades. "Somos protagonistas de nossa história, não podemos ficar de braços cruzados." Com Liliane Tavares, 21 anos. Ela e alguns amigos fizeram um curso na Fundação Cidade Mãe e, em 1998, resolveram transferir o que aprenderam: fundar o Grupo Jovens do Amanhã.

Atualmente, cerca de 50 crianças e adolescentes de Canabrava participam das oficinas promovidas por eles. Liliane também é orientadora social no bairro da Paz e Sete de Abril, ainda consegue tempo para trabalhar para o vestibular.

No Parque de Pittagora, 16 meninos e meninas participam das atividades do Projeto Água Doce, criado e liderado por Anderson Silva. No começo, a ideia era criar um time de futebol. Hoje, a iniciativa oferece, além do "baba", atividades culturais, aulas de capoeira, alimentação e reforço escolar.

Foi na escola que começou a mobilização de Tatiane Sacramento, 20 anos. Ela ajudou a formar o Conselho Estudantil Organizado (CEO) movimento de vários grêmios escolares para discutir e propor soluções para os problemas educacionais da cidade. Agora, Tatiane está montando um grupo de estudos em sua faculdade para fomentar a intervenção universitária na área social.

Para quem pensa que política é coisa só para adultos, Emanuel Sobrinho, de apenas 18 anos, é o contrário.

Liliane Tavares  
Grupo Jovens do Amanhã



Tatiane Sacramento  
Conselho Estudantil Organizado

No meu bairro Canabrava muitos meninos e meninas eram exploradas... Hoje, tudo mudou em relação às crianças de Canabrava... Hoje eu vejo que eles têm, por exemplo, a escola com três turnos, as escolas disponibilizam fardas para eles, disponibilizam calçados. Uma das escolas que possui, inclusive, biblioteca Eles têm aula de dança, aula de capoeira, as escolas abriram também para algumas lideranças que desenvolvem essas atividades culturais, abriu também para a comunidade, eles são matriculados agora o que antes era difícil, pois tinham que dormir na escola para poder ter a vaga, então a qualidade da educação também evolui, também tem o projeto mais educação, para o nível da saúde tem atualmente dois postos e consequentemente a vacinação que é muito importante para todas as crianças.

Liliane Tavares Santos  
Educadora Social - Salvador – BA

Comemorar não seria bem a palavra até por que estamos em processo complicado no Congresso e se a proposta de redução da maioria penal passar é um retrocesso, então você vai ter mais adolescentes presos. A gente deve estabelecer um momento político de enfrentamento mais radical a essas situações, porque é um marco, é uma conquista de uma sociedade que teve nos filhos perdidos dentro das unidades, nós não podemos esquecer dos horrores que aconteciam nas FEBENS, nas casas de internação e para mim os 25 anos de estatuto marca uma nova forma de luta, uma forma muito social, porque tem que se organizar mais, inclusive eleger mais congressistas sensíveis nessa temática para não ter um congresso que pense em reduzir a idade penal depois de uma luta que foi estabelecer, então esse é o momento político decisivo de ganho ou de perda e comemorar, se é que vamos comemorar, significa impor que nós não aceitamos a redução e por isso esses 25 anos tem que ser estabelecido como um marco para essa questão.

Patrício Souza do Espírito Santo  
Advogado e Militante - Salvador – BA

**O** Estatuto tem quase a minha idade, somos quase irmãos, então eu consegui acompanhar alguns momentos emblemáticos dentro do movimento. O Estatuto oportunizou para as crianças e adolescentes serem sujeitos de direito e então para mim um dos grandes avanços que o Estatuto teve foi reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos, como alguém que tem direitos, como alguém que pensa, que fala, que age, que tem direito de ouvir, de ser ouvido, de falar e então para mim foi um dos grandes avanços reconhecer e inclusive a gente vê nas conferências em São Luiz que cinquenta por cento das vagas eram para adolescentes, então para mim é um grande avanço, porque outrora a gente via que as conferências e os espaços tidos para discutir direitos de crianças e adolescentes não tinham criança e nem adolescente e hoje a gente vê um cenário diferente, hoje vemos conferências onde cinquenta por cento é composto por crianças e adolescentes, então isso é um grande avanço em termos de direitos, em termos de conquistas e tudo aquilo nada foi em vão.

Edizete das Graças Ferreira da Silva  
Educadora Social - São Luís - MA

**A** minha responsabilidade é estudar para levar a questão étnico-racial para a criança e o jovem negro, a fim de influenciar as políticas. O que a gente percebe hoje é que essas crianças e jovens negros são pouco discutidos e quando se fala em criança negra quilombola é quase invisível. Elas são crianças e não têm direitos. Então, a gente precisa trazer e debater mais projetos e ações que possam contemplar essa meninada negra, pois a juventude negra está sendo exterminada, e a gente precisa discutir isso. Não posso achar que isso é normal porque não é normal, então é desse espaço que a gente precisa.

Ligia Santos  
Educadora Social - São Luís - MA

**U**ma das coisas que a gente pode comemorar é os espaços de participação, acho que o ECA vem e traz isso muito forte de que a participação da criança e do adolescente é fundamental na construção da política pública para a criança e o adolescente. Eu acho que a garantia de alguns direitos fundamentais (...) Eu acho também que a compreensão do acesso a políticas públicas avançou muito, nos direitos individuais de criança e adolescente, na proteção, eu acho que é fundamental lembrar a questão da violência sexual que avançou muito nisso no país, acho que também a situação de rua nós conseguimos reduzir muito nos últimos anos, então tem muita coisa para comemorar.

Enilson Costa Ribeiro  
Educador Social - São Luís - MA

**E**u vivia em situação de rua e hoje sou conselheiro tutelar. No meu dia a dia como conselheiro eu penso toda vez na minha história de vida pelo que não fizeram comigo, além da lei que somos obrigados, então passa um filme de que se eu tivesse sido assistido por uma instituição, por um órgão, muitas coisas de ruim não teriam acontecido. Então, é isso que passa, mas mesmo doído do passado eu tenho orgulho do meu passado, pois são histórias que tendo essa oportunidade de ter lhe conhecido e poder ter contado essa história para você, é devido também ao passado, então mesmo doído eu tenho orgulho do meu passado.

Djan Moreira  
Conselheiro Tutelar - Teresina - PI

Diário de Pernambuco, 20 de agosto de 2002  
Acervo Helena e Adriano Janssen

# VIDA NOVA PARA QUEM SAI DAS RUAS

Fotos: Ricardo Fernandes

**T**odos os dias uma equipe de educadores sai anonimamente às ruas do Recife em busca de crianças e adolescentes que perambulam pela cidade. O objetivo da abordagem é simples: é feito um convite a esses meninos e meninas — que geralmente convivem nas ruas fugindo da violência doméstica — para conhecerem uma nova realidade. Distante das drogas, dos sinais de trânsito, do barulho dos carros, eles são levados — se aceitarem a proposta — para um espaço, onde poderão experimentar uma vida nova, um novo cheiro, diferente do da cola e da gasolina, a que estão acostumados. Uma Kombi cedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife (Comdica) os leva para o Sítio Capim de Cheiro de Cima, situado no município paraibano de Caaporã, a 80 quilômetros do Recife.

A propriedade, que a princípio parece ser mais uma entre tantas situadas na zona rural de Caaporã, se diferencia, logo de cara, pelo fato de não possuir cercas nem portões. Com um total de 8 hectares, o sítio dá aos garotos uma sensação de liberdade jamais sentida. As crianças são levadas para o local pelos integrantes do **Projeto Ruas e Praças**, ONG criada há 23 anos, nascida de uma experiência da prefeitura. À sombra das fruteiras, todos se reúnem para realizar atividades e se confraternizar. “Aqui ninguém é obrigado a trabalhar, mas cada um se sente responsável por desenvolver uma atividade”, explica Helena Janssen, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.



**Helena e Adriano Janssen**, unidos há 28 anos, são os idealizadores do Centro Educacional Vida Nova, no município de Caaporã, Paraíba

gas, pode passar a morar aqui”, explica Helena.

É nesse momento que a vida do jovem muda radicalmente. “O conta-

dores-acompanhantes e uma pessoa responsável pela alimentação. Ao todo, a propriedade tem cinco casas — três utilizadas como dormitórios, o

tes como Caio, Anderson, Cleonice, Marcos e Emerson, com idades variando entre 15 e 17 anos, todos ex-viciados, e que tiveram seus destinos medi-

utilizadas na alimentação.

O sítio — que tem capacidade para abrigar até 20 moradores — sobrevive basicamente de doações, vindas de

parte do dia a dia do Sítio Capim de Cheiro de Cima. Apesar de possuir um solo fértil e água em abundância — garantida por um sistema de irrigação movido a bomba — a propriedade está necessitando de agricultura que se disponham a trabalhar pres- do assistência técnica para ampliar e diversificar a produção. Atualmente o sítio possui 5 hectares cultivados com inhame, macaxeira, feijão-verde, batata e milho. “Poderíamos ter mais produção, mas por falta de assistência técnica, ficamos impossibilitados de crescer”, afirma Adriano Janssen, que vai ao sítio uma vez por semana, sempre às quartas-feiras, para acompanhar o trabalho no campo.

Sem assistência técnica, ficam reduzidas também as chances de aumentar o faturamento com a produção. “No ano passado, o sítio vendeu 15 arrobas de inhame (cada arroba pesa 15 quilos) e o dinheiro foi utilizado para compra de alimentos, cujos custos deverão acabar dentro de alguns meses”, admitiu Maria José. Segundo Adriano Janssen, alguns convênios mantidos com entidades holandesas e alemãs também estão prestes a serem encerrados. “Temos a certeza de que sobreviveremos, porque onde não há organização nunca falta dinheiro, mas infelizmente alguns projetos, como o da fábrica de doces, não podem esperar para serem concretizados”.

O apurado com a venda da produção é destinado para o pagamento das despesas e o custeio de atividades como o encontro de mães, que acontece no sítio, sempre no mês de maio. “Alugamos um ônibus e trazem

# 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

## O que muda?

Eu lembro que na minha infância a minha mãe me dava liberdade para falar muito, mas, na escola não tinha liberdade de falar. A gente só podia falar o que a professora queria que falássemos. Hoje a gente percebe nitidamente que os meninos já possuem a liberdade do adulto. Essa liberdade foi obra do Estatuto.

Eliane Vera Cruz  
Educadora Social  
São Luís - MA



Estado do Maranhão, outubro de 1990

## OPINIÃO

Recife, terça-feira, 16 de outubro de 1990

A-7

# A morte dos meninos brasileiros

O Brasil negativo volta aos meios de comunicação da França: "Brésil: ces gosses qu'on assassine" ("Brasil: os meninos que são assassinados"), matéria da revista "Le Point", assinada por Monique Badaro Camargo e Malte. Lembro

ilustrada: foto de uma criança morta, mãos presas e amarradas, sob as vistas de policiais e outros meninos. Nela, há referência ao jornalista Gilberto Dimenstein, da "Folha de São Paulo".  
"Para lutar contra a delinquência os "justiçeiros" matam meninos esfarrapados. Meninos e Centenas de mortos. To-

qüentes. De janeiro de 1984 a junho de 1989, o Ibase registrou, em nove dos 23 Estados do Brasil, 1.397 casos de trucidamento de crianças. Basta que elas aparentem que são vagabundas. Somente isto. "Numa sociedade brasileira em crise - diz "Le Point" - que vê corroido o status da classe média, não seria possível institucionalizar a vigilância privada da infância. Comerciantes e empresários, te-

Waldimir Maia Leite  
mente reencontrados, nove".  
"Le Point" indaga, então: Praticam, os exterminadores, essa barbárie em nome do povo brasileiro?

A revista registra isto: meninos com olhos furados, rosto desfigurado, órgãos genitais arrancados. Os processos instaurados não prosseguem, pois há medo, da parte das testemunhas.  
E chega a vez de Pernambuco. Informa "Le Point": "As próprias autoridades são objeto de ameaças: o presi-

## O que permanece?

Diário de Pernambuco, outubro de 1990

Muitos que estavam vivos no início do estatuto, muitos que estavam nas estatísticas de vulnerabilidade social, da situação de rua, do uso de drogas, de miserabilidade crescente, muitos sumiram das estatísticas por que entraram em outras estatísticas, porque já foram mortos. Outros continuam a apresentar, algumas vezes dizem que diminuiu o número de meninos de rua, mas é por que aumentou o número de meninos como mão de obra escrava do crack e da marginalidade como refúgio. Eu acompanho todos os dias os dados de referência criminal, melhorou a participação dos movimentos sociais, melhorou a compreensão de parte da sociedade em relação a importância dessa causa, mas as estatísticas oficiais da violência mostram claramente que aumentou o abismo, basta ver as estatísticas da violência.

*Heloísa Helena  
Parlamentar  
Maceió - Alagoas*

No decorrer da pesquisa diversas questões foram suscitadas nas oficinas e entrevistas realizadas. Na construção da trajetória de 25 anos do Estatuto, os participantes construíram memórias e ressaltaram os desafios cotidianos na luta por uma cultura dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Na procura de sistematizar o resultado da pesquisa, registramos as questões mais discutidas no por nossos (as) participantes.

## Conquistas...

- 1 Os centros de defesa
- 2 Os conselhos tutelares
- 3 Os conselhos dos direitos
- 4 O Movimento de Meninos e Meninas de Rua
- 5 As campanhas contra as violações de direitos
- 6 A participação das crianças e dos adolescentes
- 7 Orçamento Criança
- 8 Conferências
- 9 Medidas Socioeducativas
- 10 As medidas de proteção

## Desafios...

- 1 As torturas nas unidades de internação
- 2 O extermínio da juventude negra
- 3 A violência contra a adolescente menina
- 4 Liguagem
- 5 Clientelismo
- 6 Menorismo
- 7 Adultocentismo
- 8 Primeirismo
- 9 Exploração e abuso sexual
- 10 Trabalho infantil

# Perspectivas...

- 1 A formação continuada dos conselheiros dos direitos e tutelares
- 2 O fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos
- 3 A concepção tradicional de família X os arranjos familiares
- 4 A diversidade de gênero
- 5 Fundamentalismo religioso
- 6 A aplicação das medidas socioeducativas
- 7 A imprensa menorista
- 8 A estrutura do sistema de justiça
- 9 A educação de qualidade
- 10 A participação cidadã de crianças e de adolescentes





Adriano Janssen e Helena Janssen - Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua



Ana Vasconcelos - Casa de Passagem

# Entre a Lei e a Vida

## Polícia não tem pistas dos assassinos de menor travesti

A Polícia ainda não tem pista dos dois rapazes que mataram, com um tiro no coração, o travesti José Trajano da Silva, "Grace Kelly", de 14 anos e feriram com dois tiros no peito o também homossexual "King Kong", de 24 anos, na madrugada da última segunda-feira, na Avenida Antônio Falcão, em Boa Viagem, onde as vítimas faziam "ponto".

Maria Madalena dos Santos, mãe de "Grace", informou que os

Foto Benedito Soares



José Trajano tinha 14 anos

homossexuais estavam naquele local quando parou um Gol de cor Laranja. "King Kong entrou no veículo e começou uma briga corporal com os rapazes que estavam no carro. Quando meu filho chegou na porta do automóvel foi alvejado por um tiro, caindo na calçada juntamente com King Kong, que também foi atingido no peito", explicou a doméstica.

"Esta é a versão de King Kong, que diz reconhecer os assassinos. Somente ele pode contar como tudo ocorreu. Esta é a segunda vez que tentaram matá-lo, a primeira foi há cerca de uma semana, quando foi baleado no peito, mas como pegou de raspão, ele se recuperou logo" disse Maria Madalena.

### FUGA DA FEBEM

A mãe de "Grace" afirmou que, em março do ano passado, o filho foi morar com "King Kong" numa pensão da Rio Branco, fui até com a Polícia e colocamos ele na Febem de Vitória de Santo Antão. Após 7 meses ele fugiu, mas voltei a levá-lo para lá. Novamente ele fugiu e eu não quis mais saber", disse.

Há cerca de um ano o menor não morava com a família, porém sempre fazia visitas. "Que eu saiba, meu filho não era viciado em drogas, o único defeito dele era ser travesti, influenciado pelas más companhias. Todas as vezes que ficou detido na Febem foi com minha autorização, para resguardá-lo de uma tragédia como esta", ressaltou Maria Madalena.

### ECA - Artigo 15.

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.



**ECA - Artigo 19.**  
Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

**Burocracia evita fraudes**  
A Prefeitura Municipal de Recife, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, vem adotando medidas para evitar fraudes em licitações públicas. Segundo o secretário municipal, a medida consiste em exigir que as empresas licitadoras apresentem uma declaração de que não possuem qualquer vínculo com os membros da comissão de licitação e que não possuem qualquer interesse em obter o contrato. Além disso, a Prefeitura também adotou a medida de exigir que as empresas licitadoras apresentem uma declaração de que não possuem qualquer vínculo com os membros da comissão de licitação e que não possuem qualquer interesse em obter o contrato.

### Programação especial para as crianças

A Prefeitura Municipal de Recife, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, vem adotando medidas para evitar fraudes em licitações públicas. Segundo o secretário municipal, a medida consiste em exigir que as empresas licitadoras apresentem uma declaração de que não possuem qualquer vínculo com os membros da comissão de licitação e que não possuem qualquer interesse em obter o contrato. Além disso, a Prefeitura também adotou a medida de exigir que as empresas licitadoras apresentem uma declaração de que não possuem qualquer vínculo com os membros da comissão de licitação e que não possuem qualquer interesse em obter o contrato.

# Fórum vê prática do Estatuto da Criança

Dois semanas após sua oficialização, o Estatuto da Criança e do Adolescente - instituído através da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho -, trava difícil batalha contra a falta de recursos, despreocupação dos governos estaduais e da própria sociedade, para sair do papel e tornar-se prática assistencial de fato. Esta realidade está sendo levantada no "XII Fórum Nacional de Dirigentes de Órgãos Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente" (Fonocri), que acontece até a próxima quarta-feira, no Park Othon Hotel. Na pauta, a experiência de 15 estados brasileiros na implantação do estatuto.

Realizado a cada três meses, o Fonocri, que desta vez é sediado no Recife, quer que o estatuto seja discutido por aqueles que estão diretamente envolvidos com sua operacionalização. Para tanto, além de reunir representantes das Federações, entidades LBA, o Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), a antiga Funabem e juizes de menores. Com essa proposta, além da necessidade de se estabelecerem parâmetros, pretende-se visualizar como as mudanças necessárias estão sendo recebidas. Em alguns estados, os problemas são tão grandes que falar em implantação definitiva do Estatuto da Criança e do Adolescente é um empenhamento encarado para, no mínimo, dois anos.

Essa é o caso de Ceará, com um milhão e setecentas crianças em situação de total miséria - 378 mil só na Região Metropolitana de Fortaleza - e onde apenas 50 mil são atendidas pela Fobem cearense. O pres-

dent da Fobem, Edmario Benem Neto, identifica a desarmonia da linguagem de trabalho do Governo, Polícia e Juízes, como a maior dificuldade enfrentada hoje em seu Estado. Sem uma linha única de ação, por exemplo, o Ceará vive problemas como a desinformação por parte do policial quando prende um menor. "Ele não sabe se o leva recluso ou se o encaminhá para uma unidade nossa", citou o titular da Fobem.

### FINANCIAMENTO

O Ceará, assim como a grande maioria dos estados representados, discute questões em torno das várias situações dentro do Estatuto por causa das poucas verbas à disposição. Apesar de ser prioridade do Governo federal, o menor brasileiro, dentro de seu programa assistencial, não tem verba compatível com o status do Estatuto. Dos Cr\$ 97 bilhões recebidos pelo Ministério de Ação Social, apenas recursos suplementar Cr\$ 59 milhões foram destinados à LBA, em contraste aos Cr\$ 11 milhões enviados ao Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - responsáveis pelo repasse de dinheiro para os estados e distritos, para os municípios. "Com isso, 92% das nossas despesas gastas com as crianças e adolescentes são oriundas dos cofres públicos estaduais - o que equivale a dizer Cr\$ 380 milhões".

Roberto Avcioly, representante da Fobem, de Sergipe, está há quatro meses recebendo verba do Governo federal, não reajustada, no valor de um milhão de cruzeiros, para ser redistribuída entre os seus 14 municípios. "Trabalhar sem dinheiro é impossível", disse. Acredi-

tando que CBIA é uma entidade com cara nova, mas com conceitos de antiga Funabem, Avcioly admite poucos avanços para a implantação do Estatuto. "Necessitamos de uma verba de Cr\$ 100 mil para manter cada uma de nossas 30 crianças por mês, e sem dinheiro é difícil falar em melhorias". Aludindo logo à omissão do Governo sergipano e à pouca participação do Poder Judiciário, Sergipe não conseguiu implantar nenhum Conselho Municipal Tutelar, que será o responsável pelo encaminhamento dos menores.

### SOCIEDADE

Outro ponto bastante comentado, ontem, pelos participantes do Fonocri, foi a participação da sociedade para o sucesso do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pelo menos quanto a esse tópico, uma reação negativa já foi identificada devido ao artigo 68, do Capítulo dos Direitos à Profissionalização e à Proteção no Trabalho. Nele, os maiores de 14 anos são segurados pela Previdência Social. Isso vem provocando desligamento em massa de estagiários por parte das indústrias que não querem responder com o novo encargo. Em Pernambuco, o problema atinge 2.300 adolescentes. A presidente da Fundação do Estado, Miriam Guerra, admitiu que na próxima quarta-feira estará em reunião com representantes de 37 indústrias no sentido de se encontrar uma solução para o problema. "Atualmente, o futuro de nossas crianças e adolescentes é responsabilidade de cada um e, por isso, torna-se imprescindível a colaboração de todos".



As questões da aplicação do Estatuto da Criança estão sendo debatidas em seus artigos legais.

## Brinquedo como terapia infantil

Mais do que um instrumento de apoio ao desenvolvimento das crianças, os brinquedos podem auxiliar bastante nas terapias e tratamentos infantis. Para discutir a utilização correta e a importância dos brinquedos em trabalhos pedagógicos, grupo de psicólogos do Recife vai reunir-se, nos próximos dias 2 e 10, no Centro Cultural Adalgisa Fátima, em Casa Forte, no caso, sobre "Brinquedo e suas ações". Nos dois dias de duração do encontro que contará, ainda, com a presença de psicólogos e pedagogas, se-

rá discutida a importância das formas lúdicas de trabalho com crianças. Apesar de reconhecer a importância do brinquedo nos trabalhos, esse é um assunto pouco estudado no Brasil", afirmou uma das organizadoras do seminário, Cibélia Carvalho.

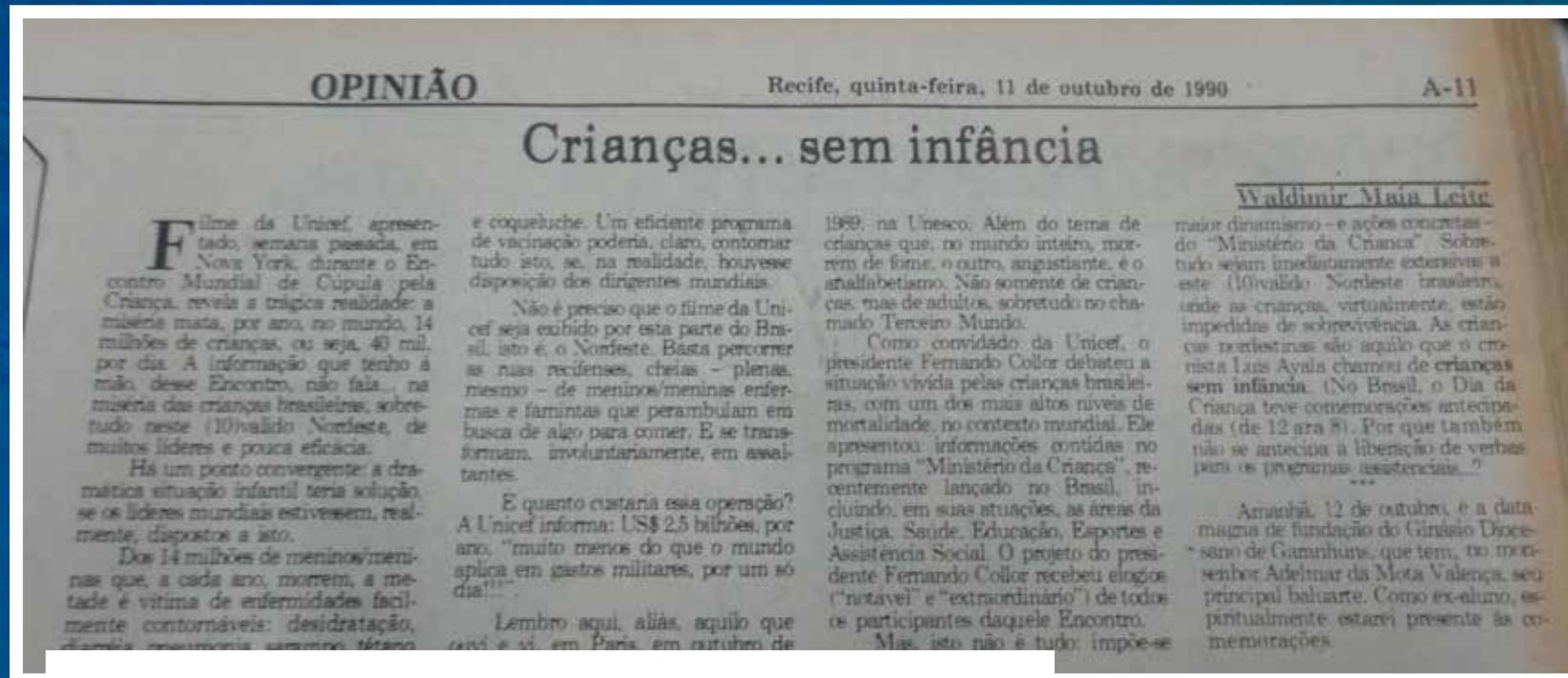
Além de discutido o respeito da importância do brinquedo como instrumento, acadêmicos também pretende chamar a atenção dos profissionais da área para a necessidade de estudar as formas de tratamento de psicólogos infantis, e não

apenas os psicólogos em si. "Os brinquedos são, nesse caso, uma grande ajuda, porque exploram várias fases da vida das crianças e por isso facilitam a entrada das crianças no mundo da arte", disse a psicopedagoga Lucélia Costa.

O tema deverá estar aberto aos debates após as experiências práticas feitas nos dois dias pedagógicos. O encontro, pelo psicopedagogo Cláudio Rocha e pelo pedagogo Marcelo Ferreira, que deverá contar o trabalho de do seminário, dividindo os trabalhos com material de apoio para a confecção de brinquedos.

## ECA - Artigo 86.

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.



Diário de Pernambuco, outubro de 1990

#### ECA - Artigo 4.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

# **PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: um trabalho em rede...**



Escola de Conselhos de Sergipe.

Criada em dezembro de 2001, A Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade SEMEAR - é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público-OSCIP. Tem como objetivo ajudar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através do fortalecimento da cidadania em suas diversas formas de expressão.

#### **Oficina de Mobilização com Crianças e Adolescentes**

Iris Samara M. Dos Santos  
Maria Camille de Jesus Santos  
Hiroshi Wendel Pereira de Melo  
Camila Valdez Ribeiro  
Claudio Valdez Ribeiro  
Guilherme Araújo dos Santos  
Lizandra Matias Lisboa  
Willy Elvis dos Santos Moura  
Rodrigo Fonseca de Melo Júnior  
Eliseu Trindade dos Santos  
Thalita G. dos S. Félix  
Jorge Antonio Almeida Oliveira  
Jeanderson Nascimento Lima da Silva  
Alisson Santos da Silva  
Paulo Henrique Farias Nascimento  
João Vítor de Jesus Santos  
Bruno Lopes Silva de Souza

#### **Oficina de Mobilização com operadores do ECA**

Luiza Cazumbá Pereira  
Telma Souza Santana  
Valmir J. dos Santos Dantas  
Weverton Lima dos Santos  
Gilson Reis  
Glícia Thais Salvador de Miranda  
Tâmara Rubis S. Calasans  
Florisa Jurubeba da Silva  
Natalia Pereira Dalto dos Santos  
Catharina da Silva Santos Menezes  
Jorge José  
Humberto da Silva Miranda  
Karla Crístian da Silva  
Thiago Farias Cruz



## REMAR - Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes

A Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba - REMAR surgiu em 2003, sendo fruto de uma articulação entre organizações governamentais e organizações da sociedade civil. Tem como missão beneficiar a articulação, mobilização e integração em rede as instituições governamentais, não governamentais e a sociedade para a efetivação da Política de Proteção Integral da Criança, do Adolescente e de suas Famílias em vulnerabilidade social da Área Metropolitana de João Pessoa.

### **Oficina de Mobilização com Crianças e Adolescentes**

Raquel Silva  
Matheus Felipe  
Emanuelle Fiel de Sousa  
Flávia Camila de Souza Pereira  
Igor Lopes dos Santos  
Luana Mesquita Peixoto da Silva  
Maria Gabrielle de Souza Macedo  
Welma Vitória Fernandes de Melo  
Bruno Francisco de Araújo  
Luciana Camilo da Silva  
Natália Luana Alves de Freitas

### **Oficina de Mobilização com Operadores do ECA**

Lenon Jane  
Lucia Maria dos Santos Cordeiro  
Maria Madalena Pessoa Dias

Ana Vania Targino  
Dimas Gomes da Silva  
Jupiratan de Aguiar Ramos  
Maria do Socorro A. de C. Sá  
Elaine Farias de Santana  
Carmen Lúcia da Cunha  
Maria do Socorro Ferreira  
Ana Luísa Costa de Melo  
Laudicéia Cavalcante da Silva  
Themis Gondim de Oliveira  
Marcio S. Feitosa  
Maria do Socorro de S. Vieira  
Teomary de Andrade Alves  
Thiago Farias Cruz  
Laura Simone de Oliveira Silva



Frente de Assistência à Criança – FACC

FACC é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos. Fundada em 1986, vem acompanhando a mudança das demandas sociais e políticas dos segmentos populares em exclusão social, na perspectiva de contribuir para a construção de uma cultura de paz, através da transformação e melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes e jovens em integração com famílias e comunidades.

#### **Oficina de Mobilização com Crianças e Adolescentes**

Carlos Leandro Quaresma da Silva  
Daniel Marlon Costa de Freitas  
Gabriel Assunção  
João Batista Barbosa da Silva Neto  
Eriberto Kier  
Maelen Rizia Moraes da Silva  
Donato Dieudonnê Alfredo Melo  
Jéssica Monteiro  
Elaine F. Santana

#### **Oficina de mobilização com operadores do ECA**

Rômulo da Silva Teixeira  
Jacinta Rodrigues  
João Edson Borges Santos  
Ricardo Diniz de Souza  
Aurelina Duarte de Nobrega Ramos  
Mônica Sillan de Oliveira  
Maria da Conceição Nunes  
Neilyanne Almeida  
Ana Márcia Diogénes Paiva Lima  
Maria Walhirtes Frota de Albuquerque  
Sandra Valeria Macedo

#### **Representante da Petrobras**

Sandra Valéria Macedo



UIF- Unidade de Internação Feminina.

Fundada em dezembro de 1981, a Unidade de Internação Feminina (UIF) da Superintendência de Assistência Socioeducativa (Sase), tem por objetivo de acolher meninas entre 12 e 21 anos em conflito com a Lei, para o cumprimento das medidas socioeducativas na unidade.

#### **Oficina de Mobilização com Crianças e Adolescentes**

Carla Dayana Tavares dos Santos  
Marcelle Liliane Ventura da Silva  
Hálina Tuany de Oliveira  
Mariana dos Santos Castelo Branco  
Karla Karollyne Gouveia Lima  
Maria Gabriela Dias dos Santos  
Luana dos Santos de Melo  
Mayara Beatriz Cavalcante de Souza  
Viviane Patricia Souza  
Vitória Mariano França

Thainá Ferreira da Silva  
Letícia dos Santos Guimarães  
Shirley Laís Conceição Lins  
Maria Livenia da C. Martins  
Alice Pereira Barbosa  
Jaqueline Almeida dos Santos  
Flavia Ingrid Leodino de Lima  
Mayara Soares da Silva  
Rosana Afonso da Silva  
Ellys Regina Accioly Miranda  
Maria Lucineide da Conceição



### **Oficina de Mobilização com Operadores do ECA**

Gracielda Maria Bezerra Carvalho

Elisangella Silvia de Melo

Fernanda Ferreira da Silva

Rute Vasconcelos

Maria das Graças Bezerra

Allia Maria Toledo Cardoso

Mario Pessoa

Roseane da Silva Farias

José Elino do N. Gomes

Rickelane Maria dos Santos Gouveia

Valdenize Ferreira de Lima

Alana Dmisliane

José Gouveia

Cresivaldo Lucio de Lima

José Maria Nunes da Silva

Átila Vieira Correia

Marta Maria Queiroz de Moura

Maria dos Prazeres Batista Silva

José Augusto O. L. De Melo

Marcia Rodrigues

Jan Sant da N. Santo

Emanuel da Silva Pedrosa

Cecília Oliveira da Silva

Archimedes Washington Ferreira dos Santos

Rita de Cássia Tenório Mendonça

Roseane Cavalcante de Freitas



Escola Estadual Djalma Aranha Marinho

A Escola Estadual Djalma Aranha Marinho, localizada no bairro de Pitimbu, na cidade de Natal, foi fundada no ano de 1982. Atualmente, possui 786 alunos frequentando suas dependências, oferecendo a educação básica.

### **Oficina Mobilização com crianças e adolescentes**

Regiliane da Silva Santana  
Sidney Maycom Santos Diniz  
Gabriel Carlos do Nascimento  
Fernanda Yasmim Almeida  
Ângela Natalia de Oliveira  
Ana Flávia Lima  
Suely Belino de Araújo  
Brena  
Vitória Cabral dos Santos  
Natan Lima do Nascimento  
Paulo Henrique Barbosa da Silva  
Yuri da Silva Nogueira  
José Danilo susdino di Lima  
Heduarda da Souza Vieira

Lucelia Matias  
Genilda Araújo  
Rosangela Evangelista Barbosa  
Samuel Ramos do Nascimento  
Shirlene santos  
Vandalúcia Antonia da Costa Rebouças  
Tomázia Isabel F. de Araújo  
Maria de Fátima de Araújo  
Karla Crístian da Silva  
Sílvio Ricardo Gouveia Cadena  
José Almir do Nascimento

### **Oficina de Mobilização com Operadores do ECA**



### Cidade Evangélica dos Órfãos - CEO

A Cidade Evangélica dos Órfãos - CEO é um orfanato criado em 5 de julho de 1964 pelo empresário Genaro de França Barreto. Tal instituição filantrópica está localizada na Região Metropolitana do Recife, no município de Moreno. Hoje, após 50 anos de sua fundação, a CEO contabiliza o número de 1.500 egressos.

#### **Oficina de Mobilização com crianças e adolescentes**

Bruna Rebeca Alves da Silva  
Emanuel Firmino Nascimento  
Joane Maria da Silva  
Jamile Ferreira Lima da Silva  
Ana Letícia Alves da Silva  
Jaqueline Maria da Silva  
Leandro Ferreira da Silva  
Anderson de Paulo Isidoro  
José Roberto da Silva  
Tiago Mateus  
Gabriel dos Santos Silva  
Leonel Maurício da Silva  
Lucas Ferreira de Lima  
Leonidas Lourenço da Silva

Nely B. de Santana  
Maria do Livramento de Aguiar  
Maria Conceição da Silva  
Nivaldo Pereira  
Thiago Farias Cruz  
Rosa Barros  
Inéz leitão de Lemos  
Laura Amione de O. Silva  
Maria da Conceição Ferreira B. de Melo  
José Ricardo de Oliveira  
Silvino José de M. Neto  
Maria Cristina Tavares  
Rafael Reis  
Thiago Oliveira L. Nunes  
Gicélia Domingues de Carvalho Souza

#### **Oficina de Mobilização com Operadores**

Marcia Maria S.S. Gonçalves



## Rede Amiga da Criança.

A Rede Amiga da Criança é uma articulação de 29 organizações governamentais, não governamentais e conselhos dos direitos e tutelares, desde o ano 2000. Sua missão é garantir direitos de crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade, prioritariamente em situação de rua, em São Luís (MA), por meio de uma atuação articulada.

### **Oficina de Mobilização com Crianças e Adolescentes**

02/04/2015

Bianca Camilla Costa  
Helissandra Abreu  
Graciene Beatriz Catanhede  
Manoela Lima dos Santos  
Igor Leonardo M. Ferreira  
Laísmanda da Silva de Souza  
Izaura Maíra Matos da Silva  
Thâmara Ligia Silva Almeida  
Luciana Silva Catanhede  
Thaynara Silva Almeida  
José Ricardo Souza Galvão  
Edizete das Graças Ferreira da Silva  
Flávia Ferreira do Nascimento  
Sidney Martins Mendes  
Arimatria José de Souza

### **Oficina de Mobilização com operadores do ECA**

Maria Ribeiro da Conceição  
Eliane Cristina Cantanhede Vera Cruz  
Edizete Silva  
Humberto Miranda  
Edleuza Araújo  
Carlos Sergio Sousa Araújo  
Silvana dos R. G. de A. e Silva  
Maria José Barcelar Almeida  
Guilherme F. Oliveira Lima  
Quesia Barros Madeira  
Lígia Regina Santos Ferreira



Apoiadora de projetos sociais, a Igreja Batista das Pedras Vivas tem objetivo de promover ações socioeducativas. Atua na capital e em municípios do interior da Bahia, no campo do atendimento a usuários de substâncias psicoativas, que vivenciam a situação de vulnerabilidade social.

#### **Oficina de Mobilização com Crianças e Adolescentes**

Monalisa Santos Pereira  
Alvaro Teixeira Lima  
Elisandra dos Santos Gomes  
Vitoria Farias de Jesus  
Thaís Nery Romão da Conceição  
Matheus Garcia Carvalho de Jesus  
Reinaldo Menezes de Almeida  
Maria Alves Rodrigues  
Enzo Elias Costa de Jesus  
Rafael Jesus do Bonfim  
Leonardo do S. dos Santos  
Leilane Lopes dos Santos  
Aline Falcão Moraes de Almeida  
Damião Chagas  
Mayara Morgania Gurgel do Rosario  
Mara Kátia de Oliveira Nascimento  
Thiago Santos dos Mercês  
José Henrique dos Santos  
José Pedro Santos Silva  
Ivirson Santos da Encarnação

#### **Oficina de Mobilização com operadores**

#### **do ECA**

Laís Leal  
Manuela Souza de Sant'ana  
Hélia Barbosa  
Paulina Martins  
Liliane Tavares Santos  
Sílvia Maria Porto  
Marisa I. Amorim  
Ligiane Lobo Pinheiro  
Joana Fialho Magalhães  
Bruno Jeneale de Sousa  
Antonisa Vieira Vale  
Ednaide Pessoa Damasceno  
Irani C. Freira  
Elizângela de M. B. Telos  
Mayara Morgania Gurgel de  
Mara Kátia de O. Nascimento  
Reinaldo Menezes de Almeida  
David Chagas  
Andréa Cristina S. Santos  
Altair H. Pacheco

Normando Batista Santos  
Pedro Augusto Moraes S. Júnior  
Adriana França  
Charles Ferreira Ping  
Ednaldo Ribeiro T.  
Patrício Souza do E. Santos  
João da Silva Pereira  
Helio Oliveira

#### **Representante da Petrobras**

Iva Valadares



## Casa Dom Barreto

A Casa Dom Barreto trata-se de uma instituição assistencial fundada no ano de 1984, pelo professor Marcílio Flávio Rangel de Farias que tem por objetivo oferecer ações no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes. A casa funciona com o regime de atendimento permanente, através do Instituto Dom Barreto.

### **Oficina de Mobilização com Adolescente**

Charles André Ribeiro Dias  
Ester Vitória Costa de Sousa  
Aêda Mikaelly Ribeiro Dias  
Nathyelle  
Camilo Correia Franco  
Tamires Vitoria  
Kledsom Natyhil Bezerra Silva  
JoãoVito Beserra Silva  
Rômulo da Silva Santos  
Dimas Batista da Silva  
João Paulo Lucas  
Felipe Correia Franco  
Marcos Vinisi Bezerra Silva

### **Oficina de Mobilização com Operadores do ECA**

Laura Simone de Oliveira Silva  
Antônio José dos Santos Mendes  
Francisco Leite da Silva  
Vera Lúcia Silva Gameleira  
Diana Pacífico Oliveira  
Luciana Evangelista Fernandes Franco  
Marcos Vinicius de Lima Gomes  
Telmo Bartolomeu R. Rocha  
Karla Crístian da Silva



Esta publicação foi composta utilizando as famílias tipográficas *PT Sans* e *Optima*. Produzido em Papel Couché Fosco 115g/m<sup>2</sup> para o miolo e Papel DuoDesign 300g/m<sup>2</sup> para a capa.

Montado e Impresso por Gráfica e Editora Liceu/Recife-PE.

Realização



Parceiro Institucional



Patrocínio



Parceiro Estratégico

